UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
CENTRO DE POLÍTICAS PÚBLICAS E AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO PROFISSIONAL EM GESTÃO E AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO PÚBLICA

José Manoel de Jesus Ribeiro

A formação continuada de docentes da Escola Estadual Mundo Encantado e as atividades extraclasse

Juiz de Fora
2025

José Manoel de Jesus Ribeiro

A formação continuada de docentes da Escola Estadual Mundo Encantado e as atividades extraclasse

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública, da Universidade Federal de Juiz de Fora como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Gestão e Avaliação da Educação Pública.

Orientadora: Prof.ª Dr.ª Beatriz de Basto Teixeira

Juiz de Fora

2025

Ficha catalográfica elaborada através do programa de geração automática da
Biblioteca Universitária da UFJF,
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Jesus Ribeiro, José Manoel de .
A formação continuada de docentes da Escola Estadual Mundo Encantado e as atividades extraclasse / José Manoel de Jesus Ribeiro. -- 2025.
140 f.

Orientadora: Prof.ª Dr.ª Beatriz de Basto Teixeira
Dissertação (mestrado profissional) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Educação/CAEd. Programa de Pós-Graduação em Gestão e Avaliação da Educação Pública, 2025.

1. educação básica. 2. atividades extraclasse;. 3. formação continuada de docentes. 4. reuniões coletivas. I. Basto Teixeira, Beatriz de, orient. II. Título.

José Manoel de Jesus Ribeiro

A formação continuada de docentes da Escola Estadual Mundo Encantado e as atividades extraclasse

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública da Universidade Federal de Juiz de Fora como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Gestão e Avaliação da Educação Pública.
Área de concentração: Educação

Aprovada em 02 de abril de 2025.

BANCA EXAMINADORA

Prof.(a) Dr.(a) Beatriz de Basto Teixeira -
Orientador Universidade Federal de Juiz de Fora

Prof.(a) Dr.(a) Miriam Raquel Piazzi Machado
Universidade Federal de Juiz de Fora

Prof.(a) Dr.(a) Cássio José de Oliveira Silva
Universidade do Vale do Sapucaí

Juiz de Fora, 24/03/2025.

Documento assinado eletronicamente por Beatriz de Basto Teixeira, Usuário Externo, em 03/04/2025, às 12:11, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

Documento assinado eletronicamente por Miriam Raquel Piazzi Machado, Usuário Externo, em 03/04/2025, às 16:07, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

Documento assinado eletronicamente por Cássio José de Oliveira Silva, Usuário Externo, em 14/04/2025, às 17:24, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no Portal do SEI-Ufjf (www2.ufjf.br/SEI) através do ícone Conferência de Documentos, informando o código verificador 2312495 e o código CRC 539E6FFF.

Dedico este trabalho à minha mãe Maria Rosa de Jesus e ao meu irmão Edmar de Jesus (in memoriam).

Aos meus irmãos Maria Neide, Elza, Gerolina, Zeilza, Nadim, Clemente, Joaquim e Deli.

Aos meus sobrinhos, amigos e a todos os profissionais da educação pública, que lutam diariamente por uma sociedade justa com oportunidades e com condições de ascensão para todos.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus pelo dom da vida e pela oportunidade de vivenciar uma formação tão intensa e transformadora como foi esta do mestrado profissional do PPGP junto à turma de 2022.

Obrigado à minha família pela paciência e pela compreensão neste período de dedicação a este trabalho, em especial à minha irmã Maria Neide, que sempre foi uma apoiadora em toda a minha jornada, e aos meus sobrinhos-netos, Pedro Augusto, Gustavo e Davi, pela torcida, pelo encorajamento e pelo motivo de me manter na luta em prol de uma educação transformadora e libertária.

Agradeço à minha orientadora, Dr.ª Beatriz de Bastos Teixeira, por seus direcionamentos pontuais, concisos e precisos. Muito obrigado, a Marina F. Terra, ao Vitor F. Figueiredo e ao Ademir A. Veroneze Júnior, que atuaram como suportes acadêmicos e acompanharam cada etapa deste projeto, com paciência, solidariedade, profissionalismo e competência.

Obrigado a toda equipe do PPGP da UFJF que, com competência e qualidade, proporcionou momentos de aprendizagem e de reflexão. Em especial, agradeço à Dr.ª Juliana A. Magaldi, Débora Vieira (secretária) e suas equipes por tamanha dedicação e humanidade. Aos professores que propiciaram encontros e atividades reflexivas, desafiadoras e transformadoras. À professora Edna Rezende, que abalou minhas frágeis estruturas com sua arte provocativa, reflexiva e “humano divinizadora”, um êxtase para qualquer epifania.

Agradeço, imensamente, com a voz embargada e os olhos marejados, aos companheiros, vulgo “As BBBs do PPGP – 2022" Gustavo Frederico P. Pimenta, Leonardo de S. Fernandes e Wagner G. da Silva, que dividiram as estadias, os afetos e os encorajamentos aos estudos e à vida. Às colegas do grupo de trabalho D29 Ana Paula Vieira, Andreia Vilela, Lidiane Kelle e Izabel Cristina de S. por partilharem seus conhecimentos na realização das tarefas e dos trabalhos.

Aos companheiros de ofício Angélica Cristina R. e Leonardo Barcelos por auxiliarem nas demandas técnicas do trabalho, além de serem inspiração na confecção desta pesquisa, que visa incentivar, organizar e promover a formação continuada dos docentes. Ao querido professor Dr. Philippe O. de Almeida e à querida amiga Vanessa A., por manter as portas abertas de seu cantinho em Diadema SP.

Por fim, agradeço ao Governo de Estado e à SEE-MG, que, por meio do projeto Trilhas do Futuro Educadores, possibilitaram esta conquista. Ainda, agradeço a todos que, direta ou

indiretamente, contribuíram para que esta formação fosse possível, comprometendo-me a cooperar para que a educação cumpra o seu papel transformador na sociedade.

"[...] considerar a escola como lócus de formação continuada passa a ser uma afirmação fundamental na busca de superar o modelo clássico de formação continuada e construir uma nova perspectiva na área de formação continuada de professores".

(Candau, 1997, p. 57)

RESUMO

A presente dissertação aborda os desafios enfrentados pela gestão da Escola Estadual Mundo Encantado em Belo Horizonte/MG, que consiste em acompanhar as atividades extraclasse (AEC) e promover a formação continuada de docentes. A pesquisa é norteada pela seguinte questão: quais desafios a gestão da Escola Estadual Mundo Encantado tem encontrado para realizar a formação continuada na carga horária destinada às AEC? A partir desta, foi definido o objetivo geral de identificar e compreender os desafios da gestão da Escola em realizar a formação continuada na carga horária destinada às AEC. Este objetivo se desdobrou em três específicos: I - descrever a Escola Estadual Mundo Encantado e a organização, acompanhamento e execução das AEC em consonância com as leis, com os documentos, com os ofícios, com os decretos e com as orientações vigentes promulgadas pela Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais (SEE-MG); II - analisar os desafios da gestão da escola em questão para realizar a formação continuada na carga horária destinada às AEC; e III - propor ações para superar os desafios identificados para que a gestão da escola já mencionada possa realizar a formação continuada na carga horária destinada às AEC. O referencial teórico deste estudo se valeu de Candau (2010), Arroyo (2015), Gatti (2017), Alvarenga e Quintanilha (2018), que abordam sobre a escola como espaço de formação e de desenvolvimento profissional do docente. Para compreender os conceitos de gestão escolar e de gestão pedagógica, utilizaram-se as análises de Libâneo (2007), Lück (2006, 2009), Paro (2007, 2008, 2009) e Vieira, Vidal e Nogueira (2020). A metodologia empregada neste estudo possui uma abordagem qualitativa. Para a coleta de dados propõe-se a realização de entrevista estruturada com a gestão escolar e a três Especialistas em Educação Básica (EEBs) da escola. A análise revelou a falta de formação continuada nas AEC pela EEME e os obstáculos existentes pelo excesso de normativas da SEE-MG, que não consideram as especificidades das escolas. As EEBs, também, enfrentam dificuldades em monitorar as AEC e promover a formação. Propôs-se um Plano de Ação Educacional (PAE) com seis ações para melhorar o acompanhamento e a formação dos docentes. Conclui-se que a SEE-MG deve revisar o quadro de pessoal das escolas e incentivar o uso de cursos oferecidos pela Escola de Formação e entidades parceiras.

Palavras-chave: educação básica; atividades extraclasse; formação continuada de docentes; reuniões coletivas.

ABSTRACT

This dissertation addresses the challenges faced by the management of the Mundo Encantado School in Belo Horizonte/MG, which consists of monitoring extracurricular activities (AEC) and promoting continuing education for teachers. The research is guided by the following question: what challenges has the management of the Mundo Encantado State School encountered in carrying out continuing education in the workload allocated to AEC? Based on this, the general objective was defined to identify and understand the challenges of the school's management in carrying out continuing education in the workload allocated to AEC. This objective was divided into three specific objectives: I - to describe the Mundo Encantado State School and the organization, monitoring and execution of AEC in accordance with the laws, documents, official letters, decrees and current guidelines promulgated by the State Secretariat of Education of Minas Gerais (SEE-MG); II - to analyze the challenges of the management of the school in question in carrying out continuing education in the workload allocated to AEC; and III - propose actions to overcome the challenges identified so that the management of the aforementioned school can carry out continuing education in the workload allocated to AEC. The theoretical framework for this study was based on Candau (2010), Arroyo (2015), Gatti (2017), Alvarenga and Quintanilha (2018), who address the school as a space for teacher training and professional development. To understand the concepts of school management and pedagogical management, the analyses of Libâneo (2007), Lück (2006 and 2009), Paro (2007, 2008, 2009) and Vieira, Vidal and Nogueira (2020) were used. The methodology used in this study has a qualitative approach. For data collection, it is proposed to conduct a structured interview with the school management and three Basic Education Specialists (EEBs) of the school. The analysis highlighted elements that hinder the provision of continued training in AEC and, with the support of the studied theory, supported the set of six actions proposed to promote this provision.

Keywords: basic education; extracurricular activities; continuing teacher training; group meetings.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 Linha do tempo da legislação sobre o desenvolvimento das atividades extraclasse 33

Quadro 1 Comparação entre as Leis Estaduais nº 15.293/2004 e nº 20.592/2012 24

Quadro 2 Carga horária do professor de Educação Básica 29

Quadro 3 Reuniões coletivas no ano 2022 da EEME 55

Quadro 4 Reuniões coletivas no ano 2023 da EEME 58

Quadro 5 Objetivos e metas do PNE, 2014 a 2024 69

Quadro 6 Resumo das percepções das entrevistadas acerca das atividades extraclasse ... 96

Quadro 7 Proposta de promoção da formação continuada 99

Quadro 8 Ação 1: Reuniões de divulgação e construção das AEC na EEME 101

Quadro 9 Ação 2: Oficina de gestão do tempo 104

Quadro 10 Ação 3: Proposição da Comunidade de Aprendizagem Profissional (CAP) .. 106

Quadro 11 Ação 4: Encontros e parcerias – escola e família de mãos dadas 108

Quadro 12 Ação 5: Oficina de organização financeira para docentes 111

Quadro 13 Ação 6: Seminário de boas práticas 113

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 Beneficiários do Programa Bolsa Família (2023) 36

Tabela 2 Reuniões de pais ou de responsáveis, registro de presença nos anos (2022 e 2023) 37

Tabela 3 Quantitativo de vagas turno, turma e estudantes da EEME (2022 e 2023) 38

Tabela 4 Ocorrências de violência na EEME (2022) 39

Tabela 5 Quantitativo de promoção, de reprovação e de progressão parcial na EEME – 2022 41

Tabela 6 Dados do SAEB 43

Tabela 7 Carga horária dos professores da EEME (2022) 48

Tabela 8 Faltas (F) e licença tratamento de saúde (LTS) de professores (PEB), especialista em educação básica (EEB), assistentes técnicos de educação básica (ATB) e assistentes de educação básica (ASB) em 2022 da EEME 51

Tabela 9 Declarações eleitorais (TRE) de professores (PEB), especialista em educação básica (EEB), assistentes técnicos de educação básica (ATB) e assistentes de educação básica (ASB) em 2022 da EEME 52

Tabela 10 Licença afastamento eleitoral (TRE) de professores (PEB), especialista em educação básica (EEB), assistentes técnicos de educação básica (ATB) e assistentes de educação básica (ASB) em 2022 da EEME 52

Tabela 11 Licença afastamento especialista em educação básica (EEB) turno vespertino da EEME 54

Tabela 12 Calendário atividades extraclasse da EEME 57

Tabela 13 Percentual de docências de professores sem formação adequada, nos anos finais do Ensino Fundamental e no Ensino Médio, por componente curricular (MG – 2022) 72

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ADI	Ação Direta de Inconstitucionalidade
AEC	Atividades Extraclasse
AEE	Atendimento Educacional Especializado
ASB	Assistente de Serviço Básico
ATB	Assistente Técnico de Educação Básica
AVA	Ambiente Virtual de Aprendizagem
BNCC	Base Nacional Comum Curricular
CAEd	Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação
CAP	Comunidade de Aprendizagem Profissional
Capes	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CAT	Certificado de Avaliação de Títulos
CBC	Currículo Básico Comum
CEB	Câmara de Educação Básica
CF/88	Constituição Federal de 1988
CH	Carga Horária
CNE	Conselho Nacional de Educação
CONAE	Conferência Nacional de Educação
Consed	Conselho Nacional de Secretários de Educação
CP	Conselho Pleno
Cras	Centro de Referência de Assistência Social
CRMG	Currículo Referência de Minas Gerais
DCN	Diretrizes Curriculares Nacionais
DED	Diário Eletrônico Digital
DF	Distrito Federal
DIRED	Diretoria de Estudos Educacionais
EaD	Educação à Distância
EC	Exigência Curricular
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
EEB	Especialista em Educação Básica
EEME	Escola Estadual Mundo Encantado
EF	Ensino Fundamental
EJA	Educação de Jovens e Adultos
EM	Ensino Médio

ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
EPMPEMG	Estatuto do Pessoal do Magistério Público do Estado de Minas Gerais
FUNDEB	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação
FUNDEF	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério
FVG	Fundação Getúlio Vargas
GE	Grupo Escolar
GT	Grupo de Trabalho
HE	Hora Extraclasse
HP	Hora Pedagógica
HTP	Hora de Trabalho Pedagógico
IDEB	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais
IVS	Índice de Vulnerabilidade Social
LDB	Lei de Diretrizes e Base
LTS	Licença Tratamento de Saúde
M1	Módulo 1
M2	Módulo 2
NSE	Nível Socioeconômico
MEC	Ministério da Educação
MPs	Mestrados Profissionais
NEM	Novo Ensino Médio
PAE	Plano de Ação Educacional
PDE	Plano de Desenvolvimento Educacional
PEB	Professor de Educação Básica
PETs	Planos de Estudos Tutorados
PEUB	Professor Em Uso da Biblioteca
PIB	Produto Interno Bruto
PIBID	Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica
PL	Projeto de Lei
PNE	Plano Nacional de Educação
PNEM	Pacto Nacional pelo Fortalecimento do Ensino Médio
PPAs	Planos Plurianuais
PPP	Projeto Político Pedagógico

PSPN	Piso salarial Profissional Nacional
RB	Regime Básico
SAEB	Sistema de Avaliação da Educação básica
SEE- MG	Secretaria Estadual de Educação de Minas Gerais
SRE	Secretaria regional de Ensino
STF	Supremo Tribunal Federal
TRE	Tribunal Regional Eleitoral
UEMG	Universidade do Estado de Minas Gerais

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO 17

2 ATIVIDADES EXTRACLASSE: UM ESTUDO SOBRE SUA REALIZAÇÃO NA ESCOLA ESTADUAL MUNDO ENCANTADO 19

2.1 APRESENTAÇÃO DAS LEIS, DOS OFÍCIOS E DAS ORIENTAÇÕES PARA AS ATIVIDADES EXTRACLASSE E PARA A FORMAÇÃO CONTINUADA DE DOCENTES NO ESTADO DE MINAS GERAIS 19

2.2 A ESCOLA ESTADUAL MUNDO ENCANTADO 34

2.2.1 Descrição da realização das atividades extraclasse na escola 44

3 ANÁLISE DA ESTRUTURAÇÃO DAS ATIVIDADES EXTRACLASSE NA ESCOLA ESTADUAL MUNDO ENCANTADO E A PROMOÇÃO DA FORMAÇÃO CONTINUADA DE DOCENTES 60

3.1 REFERENCIAL TEÓRICO 60

3.1.1 Formação continuada de docentes 60

3.1.2 Gestão escolar 74

3.1.3 Gestão pedagógica 76

3.2 METODOLOGIA E INSTRUMENTOS DE PESQUISA 78

3.2.1 Entrevista com a gestora da EEME e suas percepções acerca das atividades extraclasse e formação continuada 80

3.2.2 Entrevista com as EEBs da EEME e suas percepções acerca das atividades extraclasse e formação continuada 86

4 PLANO DE AÇÃO EDUCACIONAL 98

4.1 AÇÃO 1 – DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES EXTRACLASSE NA ESCOLA ESTADUAL MUNDO ENCANTADO 100

4.2 AÇÃO 2 – OFICINA PARA A GESTÃO DO TEMPO 102

4.3 AÇÃO 3 – PROPOSIÇÃO DA COMUNIDADE DE APRENDIZAGEM PROFISSIONAL (CAP) 103

4.4 AÇÃO 4 – ENCONTROS E PARCERIAS: ESCOLA E FAMÍLIA DE MÃOS DADAS 105

4.5 AÇÃO 5 – OFICINA DE ORGANIZAÇÃO FINANCEIRA PARA DOCENTES 109

4.6 AÇÃO 6 – SEMINÁRIO DE BOAS PRÁTICAS 111

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS 115

REFERÊNCIAS 118

APÊNDICE A – Levantamento de reuniões sobre atividades extraclasse 127

APÊNDICE B – Termo de consentimento livre e esclarecimento acerca da participação em entrevista sobre cargos, gestão e EEBS 129

APÊNDICE C – Roteiro de entrevista estruturada com a gestora da EEME 131

APÊNDICE D – Roteiro de entrevista estruturada com as EEBS EEME 132
APÊNDICE E – Instituições, cursos e formação continuada 133
APÊNDICE F – Sugestão de atividades extraclasse 134
ANEXO A – Calendário Escolar da EEME 2022 136
ANEXO B – Calendário Escolar da EEME 2023 137
ANEXO C – Planilha de registro das atividades extraclasse da EEME 138

1 INTRODUÇÃO

Esta dissertação investiga a promoção da formação continuada docente dentro da carga horária destinada às atividades extraclasse na Escola Estadual Mundo Encantado (EEME). Em Minas Gerais, essas atividades são classificadas como Módulo 2 (M2), enquanto o atendimento direto ao aluno é identificado como Módulo 1 (M1). As atividades extraclasse são concebidas no campo educacional como Horário Pedagógico (HP) ou Hora de Trabalho Pedagógico (HTP), momentos em que os docentes não estão ministrando aulas.

A pesquisa é norteada pela seguinte questão: quais desafios a gestão da Escola Estadual Mundo Encantado tem encontrado para realizar a formação continuada na carga horária destinada às AEC? A partir desta, foi definido o objetivo geral de identificar e de compreender os desafios da gestão da Escola em realizar a formação continuada na carga horária destinada às AEC. Esse objetivo se desdobrou em três específicos: I - descrever a Escola Estadual Mundo Encantado e a organização, acompanhamento e execução das AEC em consonância com as leis, com os documentos, com os ofícios, com os decretos e com as orientações vigentes promulgadas pela Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais (SEE-MG); II - analisar os desafios da gestão da escola em questão para realizar a formação continuada na carga horária destinada às AEC; e III - propor ações para superar os desafios identificados para que a gestão da escola já mencionada possa realizar a formação continuada na carga horária destinada às AEC.

A proposição deste estudo está apoiada em minha relação com a gestão escolar. Sou graduado em Filosofia e especialista em Juventude no Mundo Contemporâneo pela Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia. Ingressei no magistério da rede estadual de ensino de Minas Gerais em 2010. De junho de 2019 a dezembro de 2022, assumi o cargo de vice-diretor do turno vespertino. A partir do ano letivo de 2023, retornei à sala de aula como professor de Filosofia.

Ao longo dos anos trabalhados, pude perceber que a formação continuada do docente não é devidamente contemplada nas instituições de ensino em que trabalhei. Geralmente, as escolas têm uma agenda carregada de tarefas, o que inviabiliza a formação de seus docentes. Além disso, não costumam promover encontros pedagógicos coletivos voltados para a formação continuada e troca de conhecimentos e de experiências.

Ao levantar evidências para o presente estudo, deparei-me com dados das dificuldades para que a Escola Estadual Mundo Encantado (EEME) cumpra e acompanhe as Atividades Extraclasse (AEC) desenvolvidas pelos docentes individual e coletivamente. Sendo assim, esta dissertação de mestrado parte de minha experiência enquanto professor e vice-diretor.

Esta dissertação tem o formato de um estudo de caso. Yin (2015) afirma que o estudo de caso é utilizado em diversas áreas de conhecimento tais como: Administração, Antropologia, Educação, Psicologia e Sociologia. Por sua vez, segundo Ponte (1994), o Estudo de Caso pode ser utilizado em estudos focados em uma rede de ensino, uma unidade escolar ou na atuação de um profissional, tendo como objetivos conduzir uma reflexão mais aprofundada de um objeto ou fenômeno, apresentando suas características e importância. Para coletar dados, foram realizadas entrevistas estruturadas com a gestora escolar e três Especialistas em Educação Básica (EEBs).

O recorte da pesquisa abrange o segmento da Educação Básica de Nível Médio regular, com levantamento de dados, análise de documentos e elaboração de tabelas, considerando o período de 2016 a 2024. Entre 2016 e 2019, foram identificados apenas dois registros relacionados à execução das AEC na EEME: uma lista de assinaturas de 2016 e um caderno orientador de 2019. Os anos de 2020 e 2021 não foram incluídos no levantamento nem nas análises, devido ao impacto da pandemia da Covid-19, que resultou na adoção do ensino remoto em Minas Gerais, com o uso de planos de estudos tutorados (PETs), videoaulas e outros recursos audiovisuais.

A dissertação está organizada em quatro capítulos, iniciando por esta introdução. No segundo capítulo, está descrita a organização, o acompanhamento e a execução das AEC na EEME e sua consonância com as leis, com os documentos, com ofícios, com decretos e com as orientações vigentes, promulgadas pelo governo estadual e promovida pela SEE-MG.

Já no terceiro capítulo, foram analisados os desafios da gestão da EEME no que se refere à formação continuada durante a carga horária destinada às AEC. Para desenvolver as análises deste estudo, o referencial teórico selecionado aborda os conceitos de gestão escolar, gestão pedagógica, formação continuada de docentes e AEC. Em relação à formação de docentes, as reflexões foram apoiadas nas obras de Alvarenga e Quintanilha (2018), Arroyo (2015), Candau (2010), Chediak *et al.* (2018), Kuenzer (2011), Oliveira (2021), Peregrino (2010) e Tardif e Lessard (2009). No entendimento de gestão escolar e de gestão pedagógica, utilizaram-se as análises de Libâneo (2007), Lück (2006), Paro (2007, 2008, 2009) e Vieira, Vidal e Nogueira (2020). Neste capítulo, também se apresenta uma proposta para a pesquisa de campo com a utilização de recursos como entrevistas estruturadas para a gestão escolar e para as EEBs.

Após a realização da pesquisa de campo, o quarto capítulo foi dedicado à proposição de um plano de ação educacional (PAE) com seis ações que visam estruturar as AEC na instituição concomitantemente, por meio de sua promoção contemplar a formação continuada de docentes em serviço com seus pares.

2 ATIVIDADES EXTRACLASSE: UM ESTUDO SOBRE SUA REALIZAÇÃO NA ESCOLA ESTADUAL MUNDO ENCANTADO

O objetivo deste capítulo é descrever a Escola Estadual Mundo Encantado (EEME) e a organização, acompanhamento e execução das Atividades Extraclasse (AEC) em consonância com as leis, documentos, ofícios, decretos e as orientações vigentes promulgadas pela Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais (SEE-MG). Para isso, ele foi organizado em três seções. A primeira seção apresentará as leis, os documentos, os ofícios e decretos em que as AEC foram contempladas na esfera estadual das Minas Gerais e sua relevância para a formação continuada de docentes. Já a segunda seção irá descrever a EEME em seus aspectos físicos, sociais, pedagógicos e educacionais. Nesse sentido, será apresentada a história da escola, o quantitativo de docentes e discentes e uma descrição dos espaços físicos existentes na unidade. Ainda neste capítulo, também, será apresentado o município e a comunidade em que a escola está instalada para exibir suas características. Por último, a terceira seção abordará as maneiras como as AEC são organizadas na EEME e como sua estruturação está em consonância ou dissonância com as legislações mineiras vigentes.

2.1 APRESENTAÇÃO DAS LEIS, DOS OFÍCIOS E DAS ORIENTAÇÕES PARA AS ATIVIDADES EXTRACLASSE E PARA A FORMAÇÃO CONTINUADA DE DOCENTES NO ESTADO DE MINAS GERAIS

A organização do tempo e carga horária do docente em Minas Gerais teve início com a Lei nº 7.109/1977, que apresenta o Estatuto do Pessoal do Magistério Público do Estado de Minas Gerais (EPMPEMG). O documento estabelece o regime jurídico do pessoal do quadro do Magistério e incentiva a profissionalização. O documento ainda assegura que a remuneração do professor e do EEB seja condizente com a de outros profissionais de idêntico nível de formação. A Lei nº 7.109/1977 (Minas Gerais, 1977) também aborda a promoção na carreira do professor e do EEB de acordo com o aperfeiçoamento profissional e tempo de serviço, independentemente da atividade, da área de estudo, da disciplina ou do grau de ensino em que atuam.

A Lei nº 7.109/1977 (Minas Gerais, 1977) ainda pode ser considerada o primeiro ordenamento do Estado de Minas Gerais a estabelecer o regime básico de 24 h/a semanais, compreendendo 18 h/a de M1, atividades com os alunos da turma; e 6h/a de M2 para AEC de

caráter pedagógico, formativo e informativo. O artigo 13 da referida Lei elucida as atribuições dos módulos:

> Art. 13 São atribuições específicas: I - de Professor, o exercício concomitante dos seguintes módulos de trabalho: módulo 1: regência efetiva de atividades, área de estudo ou disciplina; módulo 2: elaboração de programas e planos de trabalho, controle e avaliação do rendimento escolar, recuperação dos alunos, reuniões, autoaperfeiçoamento, pesquisa educacional e cooperação, no âmbito da escola, para aprimoramento tanto do processo ensino-aprendizagem, como da ação educacional e participação ativa na vida comunitária da escola (Minas Gerais, 1977, recurso *on-line*).

O Estatuto do Pessoal do Magistério Público do Estado de Minas Gerais (EPMPEMG), além de reservar a carga horária destinada às AEC, permite que elas sejam cumpridas entre os intervalos de uma aula para a outra, conhecidas como "janelas" e o período do recreio, computando, assim, seu efetivo cumprimento. Porém, o documento não estipula a quantidade de horas para reuniões coletivas e formativas.

A pesquisa realizada por Silva (2018) aborda a temática da formação continuada do docente e as AEC que estão contempladas na política de M2. Silva (2018) destaca que a ausência da reserva ao espaço coletivo para o cumprimento das AEC relegou a importância do cumprimento delas a um segundo plano. Conforme a pesquisadora:

> É importante pontuar que não há, no EPMPEMG, a previsão do local de realização do M2 e muito menos se destina uma carga horária específica às reuniões coletivas. O silêncio dessa norma, quanto ao local de realização do M2, pode ter sido um dos fatores que levou essa política a ser deixada em segundo plano, tanto no âmbito escolar, quanto na Rede de ensino. [...] a ausência dessa instrução contribuiu para uma cultura de que as horas efetivamente trabalhadas pelo professor são apenas as que são cumpridas em sala de aula ou na presença dos alunos (Silva, 2018, p. 51).

Na década de 1980, o Brasil passou por várias reformas educacionais e o Estado de Minas Gerais, neste contexto, assumiu uma tendência de modernização[1] que Marques (2001) denomina de "tempo da democratização". O período é marcado por diferentes políticas e os docentes mineiros assumiram papéis multifacetados. De 1984 a 1986, o trabalho docente passou

[1] O período de modernização durante as reformas educacionais de Minas Gerais compreende os anos entre 1984 e 1994. Os governos de Hélio Garcia e Newton Cardoso empregaram medidas neoliberais (do campo empresarial e industrial) ao campo educacional. O Toyotismo (caracterizado pela flexibilização da produção, com adoção do sistema *just-in-time*, que produz conforme a demanda) passou a atuar no fortalecimento da autonomia dos professores e direção escolar. Os desdobramentos da modernização ficam explicitados nos conceitos de "tempo de modernização" e "modernização e racionalização do Estado". A responsabilização é um dos traços marcantes nesse período.

a uma condição de polivalência, cabia ao professor a responsabilidade por qualquer conteúdo ou matéria que fosse necessário para cumprir as demandas existentes. Juntamente com essa medida, foi criada a gratificação de incentivo à docência e a progressão horizontal[2].

A carga horária do docente em Minas Gerais passou a ser definida pela Lei nº 9.381, de 18 de dezembro de 1986 (Minas Gerais, 1986), que institui o quadro de Pessoal das unidades estaduais de ensino de Minas Gerais. De acordo com o art. 13 desta Lei, pelo menos duas horas semanais devem ser destinadas às reuniões previstas no planejamento da escola. Isso pode ser considerado como um avanço em relação à Lei nº 7.109/1977 (Minas Gerais, 1977), que não estipulava tempo reservado para reuniões na escola.

No período de 1987 a 1991, ocorreu a fase de "modernização e racionalização do Estado". Segundo Marques (2001), a busca por redução de custos impactou o quadro de profissionais na área educacional. Houve aumento do trabalho do profissional da educação, que passou a acumular tarefas como assumir a regência de mais de um conteúdo. A Lei nº 15.293, de 05 de agosto de 2004 (Minas Gerais, 2004), que instituiu as carreiras dos Profissionais de Educação Básica do Estado de Minas Gerais, estabeleceu, no capítulo IV, artigo 33 e parágrafo 1°, que os docentes devem cumprir 16 horas destinadas à docência e oito horas destinadas às AEC. Desse total, quatro horas semanais foram disponibilizadas para uso em local de livre escolha do professor e as outras quatro horas semanais na própria escola ou em local definido pela direção. Além disso, a direção pode reservar até duas horas semanais que devem ser dedicadas às reuniões. Percebe-se que o tempo destinado às AEC possui uma estrutura mais organizada. Além disso, a Lei dispõe de um catálogo de atividades que devem ser realizadas pelo docente.

> §5º - As atividades extraclasse a que se refere o inciso II do § 1º compreendem atividades de capacitação, planejamento, avaliação e reuniões, bem como outras atribuições específicas do cargo que não configurem o exercício da docência, sendo vedada a utilização dessa parcela da carga horária para substituição eventual de professores (Minas Gerais, 2004, recurso *on-line*).

[2] A Lei n° 9.263, de 11 de setembro de 1986, dispõe sobre os valores dos níveis de vencimentos dos cargos do quadro do magistério, de que trata a Lei nº 7.109, de 13 de outubro de 1977, e dá outras providências como a gratificação de incentivo à docência, nos termos da Lei n° 8.517, de 9/01/1984. O Art. 6º do documento registra que: a gratificação de incentivo à docência concedida ao professor e ao regente de ensino integra a remuneração do respectivo cargo, incorporando-se aos proventos da aposentadoria, após 4 (quatro) anos de sua percepção. Quanto à progressão horizontal na carreira, o capítulo IV da seção III do documento nos artigos 47 e 48 explicitam as etapas que devem ser cumpridas pelos servidores para obtê-la. Art. 47 A progressão horizontal é a promoção do professor ou especialista de educação ao grau imediato da mesma classe. Art. 48 A progressão horizontal depende de apuração do efetivo exercício no mesmo grau, pelo período de 4 (quatro) anos, bem como da avaliação de desempenho, na forma do regulamento.

A referida lei apresenta aspectos relevantes para que o docente se dedique ao planejamento de aulas, a correção e elaboração de atividades para os educandos, sobretudo atividades de recuperação da aprendizagem. Sendo assim, as AEC são fundamentais para que a melhoria do aprendizado aconteça. Ademais, faz-se imprescindível que a formação continuada de docentes integre parte dessas atividades.

Em Minas Gerais, a formação continuada de docentes na esfera estadual é coordenada pela SEE-MG. O Decreto nº 45.849, de 04 de dezembro de 2011 (Minas Gerais, 2011a), dispõe da organização dessa dimensão de maneira mais detalhada, conforme descreve o trecho a seguir:

> Art. 2º A SEE tem por finalidade planejar, dirigir, executar, controlar e avaliar as ações setoriais a cargo do Estado relativas à garantia e à promoção da educação, com a participação da sociedade, com vistas ao pleno desenvolvimento da pessoa e seu preparo para o exercício da cidadania e para o trabalho, à redução das desigualdades regionais, à equalização de oportunidades e ao reconhecimento da diversidade cultural, competindo-lhe:
> [...]
> X – Definir, coordenar e executar as ações da política de capacitação dos educadores e diretores da rede pública de ensino estadual, observadas as diretrizes estabelecidas pela SEPLAG;
> [...]
> Seção XII Da Escola de Formação de Desenvolvimento Profissional de Educadores
> [...]
> Art. 65. A Escola de Formação e Desenvolvimento Profissional de Educadores tem por finalidade a formação e a capacitação dos educadores, gestores e profissionais da SEE, nas diversas áreas do conhecimento e gestão, visando ao fortalecimento da capacidade de implementação das políticas públicas de educação, [..] (Minas Gerais, 2011a).

Uma das definições da SEE-MG para contemplar a formação continuada dos docentes foi a criação da Escola de Formação e Desenvolvimento Profissional de Educadores. Criada pela Lei Delegada nº 180, de 2011 (Minas Gerais, 2011b), a Escola passou a fazer parte da estrutura administrativa da SEE-MG. Sediada em Belo Horizonte, ela dispõe aos educadores da rede estadual de Minas Gerais uma variedade de cursos de treinamento e de formação[3] na área de Educação.

Após a promulgação da Lei do Piso, em 2008 (Brasil, 2008a), que prevê a destinação de um terço da carga horária do professor às AEC, o Estado de Minas Gerais promulgou a Lei

[3] Para se aprofundar na proposta da Escola, recomenda-se a leitura da dissertação *"Magistra* - a *escola da escola: a implementação de uma política púbica em formação continuada de educadores em Minas Gerais"* de Paulo Henrique Rodrigues (Rodrigues, 2014).

nº 20.592/2012 (Minas Gerais, 2012), que fez adequações na Lei nº 15.293/2004 (Minas Gerais, 2004). Observa-se que, em ambas as leis, a jornada do docente na rede estadual de Minas Gerais corresponde a 24 horas semanais.

Além das normativas estaduais, é imprescindível considerar o papel do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB) no financiamento da educação em nível nacional. O Fundeb, instituído em 2007, e posteriormente reformulado pelo Novo Fundeb, aprovado em 2020, representa um avanço significativo ao garantir maior aporte de recursos da União e redistribuir esses recursos de forma equitativa. Como destaca Fossatti (2023), um dos pilares do Novo Fundeb é a valorização dos profissionais da educação, incluindo a formação continuada, elemento indispensável para a qualidade do ensino. Esse mecanismo complementa as ações estaduais ao promover a equidade e o fortalecimento das políticas educacionais em todo o país, garantindo melhores condições para o desenvolvimento das Atividades Extraclasse e das práticas formativas.

O Quadro 1 compara as Leis Estaduais nº 15.293/2004 e nº 20.592/2012. A Lei nº 20.592/2012 (Minas Gerais, 2012) registra consideráveis avanços acerca da valorização das AEC, sua organização e distribuição do tempo do docente em Minas Gerais. Entretanto, elas passaram a ser aplicadas efetivamente somente com o Decreto Estadual n° 46.125, de 04/01/2013 (Minas Gerais, 2013). O documento regulamenta o período de AEC destinado à elaboração de planejamentos, conselhos de classes e reuniões pedagógicas na escola.

O Decreto Estadual n° 46.125 (Minas Gerais, 2013), acerca da política das AEC, não detalhou como elas seriam cumpridas nas escolas. O art. 1°, alínea a, registra que a utilização de quatro horas das AEC fica a cargo dos docentes em locais de sua livre escolha. A alínea b, especifica “quatro horas semanais na própria escola ou em local definido pela direção da escola, sendo até duas horas semanais dedicadas a reuniões” (Minas Gerais, 2013, recurso *on-line*).

Foi necessário que a SEE-MG emitisse um documento orientador capaz de dar um norte ao cumprimento das AEC. Com esse fim, foi publicado o Ofício nº 1.801, de 06/06/2013 (Minas Gerais, 2013). Ele sugere ações a serem computadas como AEC, conforme o Anexo I do documento: “[...] capacitação, planejamento, avaliação e reuniões, bem como outras atribuições específicas do cargo que não configurem o exercício da docência, sendo vedada a utilização dessa parcela da carga horária para substituição eventual de professores” (Minas Gerais, 2013, recurso *on-line*).

Quadro 1 – Comparação entre as Leis Estaduais nº 15.293/2004 e nº 20.592/2012

Item comparado	Lei nº 15.293/2004	Lei nº 20.592/2012 (pós-piso)
Carga horária semanal de trabalho do professor de Educação Básica	Art. 33 A carga horária semanal de trabalho do servidor ocupante de cargo das carreiras dos Profissionais de Educação Básica será de: I – **vinte e quatro horas para as carreiras de Professor de Educação Básica e de Especialista em Educação Básica;** § 1º – A carga horária semanal de trabalho do Professor de Educação Básica compreenderá: **I – dezoito horas destinadas à docência**; **II – seis horas destinadas a reuniões e outras atribuições e atividades específicas do cargo.**	Art. 33 §1° A carga horária semanal de trabalho do Professor de Educação Básica compreenderá: I - **dezesseis horas destinadas à docência; II - oito horas destinadas a atividades extraclasse,** observada a seguinte distribuição: **a) quatro horas semanais em local de livre escolha do professor; b) quatro horas semanais na própria escola ou em local definido pela direção da escola, sendo até duas horas semanais dedicadas a reuniões.**
Quantitativo de horas a serem escolhidas pelo docente e as horas que devem ser cumpridas na escola	Art. 33 A carga horária semanal de trabalho do servidor ocupante de cargo das carreiras dos Profissionais de Educação Básica será de: **I – vinte e quatro horas para as carreiras de Professor de Educação Básica** e Especialista em Educação Básica; § 1º – A carga horária semanal de trabalho do Professor de Educação Básica compreenderá: **I – dezoito horas destinadas à docência; II – seis horas destinadas a reuniões e outras atribuições e atividades específicas do cargo.**	Art. 33 §1° A carga horária semanal de trabalho do Professor de Educação Básica compreenderá: **I - dezesseis horas destinadas à docência; II - oito horas destinadas a atividades extraclasse**, observada a seguinte distribuição: **a) quatro horas semanais em local de livre escolha do professor; b) quatro horas semanais na própria escola ou em local definido pela direção da escola, sendo até duas horas semanais dedicadas a reuniões.**
Atribuição de extensão de carga horária do docente	Art. 35 A carga horária semanal de trabalho do Professor de Educação Básica, a que se refere o inciso I do caput do art. 33, **poderá ser estendida em até cinquenta por cento, em conteúdo curricular para o qual o professor esteja habilitado**, com valor adicional proporcional ao vencimento básico percebido, na forma do regulamento.	Art. 33 §1° A carga horária semanal de trabalho do Professor de Educação Básica compreenderá: I - **dezesseis horas destinadas à docência; II - oito horas destinadas a atividades extraclasse**, observada a seguinte distribuição: a) quatro horas semanais em local de livre escolha do professor; b) quatro horas semanais na própria escola ou em local definido pela direção da escola, sendo até duas horas semanais dedicadas a reuniões.
Exigências curriculares	Art. 36 A carga horária semanal de Professor de Educação Básica que, **por exigência curricular, exceder as dezoito horas semanais será obrigatoriamente assumida pelo professor**, que receberá valor adicional proporcional ao vencimento básico percebido, enquanto permanecer essa situação.	Art. 36 As aulas de um mesmo conteúdo que, por exigência curricular, **ultrapassarem o limite do regime básico do professor serão atribuídas, obrigatoriamente, ao mesmo Professor de Educação Básica**, enquanto permanecer nessa situação.

Fonte: Elaborado pelo autor (2024).

Além disso, segundo orientações contidas no Ofício nº 1.801 (Minas Gerais, 2013), o Professor de Educação Básica (PEB) pode aproveitar as já mencionadas, “Janelas”, e o intervalo entre um turno e outro para a realização e o cumprimento das AEC, desde que esses horários ocorram com o gerenciamento da direção ou do EEB. O papel do gestor escolar ganhou contorno e relevância no processo de confecção, manutenção das reuniões e a destinação de espaços para se realizar as AEC.

O Ofício Circular GS nº 2.663/2016 (Minas Gerais, 2016), da SEE-MG, revogou o Ofício Circular nº 1.801/2013 (Minas Gerais, 2013), de 06/06/2013. Esse documento, ainda, orientou como deve ser o cumprimento de 1/3 da jornada de trabalho do professor em jornada extraclasse. A alínea b, do item 2 do documento, possibilita uma reserva de até duas horas para reuniões de caráter coletivo e as demais deverão ser dedicadas a ações de capacitação, formação continuada, planejamento, avaliação e reuniões, bem como outras ações relativas ao cargo de professor. Diversas atividades, como: cursos, encontros e reuniões promovidas pela SEE-MG, por meio das Superintendências Regionais de Ensino (SRE), em parceria com outras instituições, são reconhecidas como AEC.

Entre as atividades classificadas como válidas para o desenvolvimento da HE (Hora Extraclasse) incluem-se os cursos de curta duração, parcialmente ou totalmente a distância, realizados pelo Ministério da Educação (MEC) ou conveniados à SEE-MG, à SRE ou a outro órgão público estadual, desde que estejam ligados à área de atuação do servidor, ressaltando que, ao final de cada módulo dos cursos, o servidor deve apresentar comprovante de participação (Minas Gerais, 2016).

Além das atividades anteriores, passaram a ser autorizadas pela direção da escola para o fim de cumprimento do HE a participação em cursos, por iniciativa própria do servidor, desde que respeite as normas da SEE-MG. Cursos de graduação ou de pós-graduação devem ter relação direta com a área de atuação do professor na rede estadual. Devem, também, ser oferecidos por instituições credenciadas pelo MEC e pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal em Nível Superior (Capes). No caso de curso oferecido pela Capes, é necessário que tenha conceito 3, no mínimo (Minas Gerais, 2016).

Para comprovação de participação em cursos que não acontecem em uma única etapa, os docentes devem apresentar declaração de matrícula e frequência mensal para que o gestor possa atestar a realização das atividades e efetuar o relatório de pagamento ao final de cada mês. A SEE-MG esclarece, ainda, que não são aceitos cursos livres de nenhuma natureza e destaca que o desconto no HE poderá ser realizado somente nos horários individuais (Minas Gerais, 2016).

Em relação ao Ofício nº 2.663/2016 (Minas Gerais, 2016), a SEE-MG esclarece que a prática das AEC não está condicionada a períodos fixos diários. O total de horas semanais dessas atividades deve ser utilizado de forma a atender ao Projeto Político Pedagógico (PPP) e ao cumprimento do total da carga horária devida e programada pela Direção da escola, em conjunto com o a EEB (Minas Gerais, 2016, p. 5). Desse modo, a direção de cada escola, juntamente com toda a equipe gestora, tem autonomia para organizar o quadro de horários para o desenvolvimento das AEC tanto individuais, quanto coletivas. A legislação federal garante a reserva de um terço da carga horária para realização do HE, enquanto a estadual define quais ações podem ser consideradas para efeito do desenvolvimento destas. Destaca-se que, em âmbito estadual, o Decreto nº 46.125/2013 (Minas Gerais, 2013) e o Ofício Circular GS nº 2.663/2016 (Minas Gerais, 2016), são os principais documentos orientadores.

As orientações referentes às AEC se deram por meio do Ofício circular nº 2.663, de 13/09/2016 (Minas Gerais, 2016), expedido pelo Gabinete da SEE-MG. A novidade contida no documento se deu no registro de contemplar as AEC, dentro da escola. O documento traz orientações importantes sobre, por exemplo, como os professores detentores de cargos podem computar sua presença em reuniões coletivas concomitantes. Silva (2018) discorre sobre a maneira como os gestores têm coordenado os encontros coletivos. Segundo ela:

> Outra questão que envolve o M2 coletivo e que causa desconforto nos professores, [...], é que em sua maior parte do tempo o mesmo é utilizado pela equipe gestora para propor mais atividades a esses profissionais; o que acaba por sobrecarregá-los de maneira intensa. Quando essa situação se torna recorrente, como é o caso da escola Aquarela, percebe-se que o M2 se desvirtua do seu propósito de capacitar o professor e se institucionaliza como um espaço de expedição de novas atribuições a esses profissionais (Silva, 2018, p. 69).

Segundo o ofício circular GS nº 2.663/2016 (Minas Gerais, 2016), o diretor deve promover reuniões de AEC, de caráter coletivo, em consonância com o coordenador pedagógico. Devido às especificidades do cargo e de diferenças de carga horária em relação a dos docentes, a efetivação da ação fica comprometida. A carga horária do EEB não contempla a quota de um terço para o desenvolvimento de atividades fora do espaço laboral. Além da dificuldade para garantir a presença do EEB nas reuniões coletivas, outro agravante é registrado no Ofício Circular GS nº 2.663/2016 (Minas Gerais, 2016), dirigido aos professores detentores de dois cargos.

Segundo o item 2.1.2, o professor pode comprovar sua ausência por meio de declaração de comparecimento em outra unidade de ensino da rede estadual em que trabalha. Para tanto,

faz-se necessário que o docente reveze sua presença nas duas escolas, no entanto, quando o quadro de docentes não está completo para uma reunião e o professor alterna sua presença nas reuniões coletivas entre dois locais de trabalho, o aspecto colaborativo fica comprometido.

Contudo, considerando o percurso da regulamentação de um terço das AEC, é possível perceber muitos avanços no Estado das Minas Gerais. Observa-se que eventos como a redução de carga horária docente em sala de aula, reserva e orientações de tempo para reuniões coletivas e normativas para o cumprimento das AEC são avanços.

O Ofício Circular GS nº 2.663/2016 (Minas Gerais, 2016), a Resolução da SEE-MG nº 4.265, de 15/01/2020 (Minas Gerais, 2020a) e o documento orientador Reuniões Pedagógicas Atividades Extraclasse de junho de 2022 (Minas Gerais, 2022a) expressam a importância do cumprimento da carga horária das AEC nas escolas da rede. A importância de tais atividades encontra respaldo na busca em ofertar um ensino público de qualidade, transformador e crítico. Promover tal ação é ir ao encontro do que foi preconizado na Lei do Piso (Brasil, 2008a). No que se refere aos benefícios da hora-atividade e a formação continuada do docente, em Minas Gerais, constata-se que ainda existem grandes desafios para que essa hora-atividade promova benefícios na qualidade da educação.

No que diz respeito à formação continuada dos educadores em serviço, existe uma incumbência ainda maior. O quantitativo de escolas e de alunos integrantes da rede estadual de Minas, distribuídos em suas 3.654 escolas, evidencia obstáculos reais na oferta e na promoção de uma formação continuada comum. Silva (2020) buscou compreender a importância das reuniões coletivas para o processo formativo do docente dentro do espaço escolar. Segundo a autora, o processo de valorização do docente ultrapassa a dimensão financeira.

> Valorizar o trabalho docente vai muito além dos aspectos salariais e financeiros, passa, também, por reconhecer que esse profissional precisa de melhores condições para exercer sua função, sendo necessário um tempo específico para se reorganizar e aprender permanentemente (Silva, 2020, p. 23).

Tais considerações reforçam a necessidade de que sejam promovidas reuniões presenciais coletivas, integrando as AEC, que possibilitem aos atores da escola uma imersão em sua realidade social, pedagógica e existencial. Trata-se de uma possibilidade de ir ao encontro dos objetivos, das metas, das normas e das orientações contidas no PPP. As reuniões coletivas possuem caráter essencial na construção de ações, de formação, de reflexão e de tomadas de decisões dentro do ambiente escolar.

A Resolução da SEE-MG nº 4.265, de 15/01/2020 (Minas Gerais, 2020a), publicada no Diário Oficial do Estado de Minas Gerais, por meio do Anexo I – Carga Horária do Professor de Educação Básica – permite aos gestores organizarem e acompanharem as AEC de seu corpo docente. O Quadro 2, extraído da referida resolução, mostra as diferentes maneiras de organização dos cargos nas escolas (Minas Gerais, 2020a).

Em junho de 2022, a SEE-MG divulgou as orientações e diretrizes para a realização das Reuniões Pedagógicas em um documento intitulado: Reuniões Pedagógicas Atividades Extraclasse (Minas Gerais, 2022a). O documento é composto por 27 páginas e é, exclusivamente, voltado a orientações acerca das AEC. O caráter orientador visa subsidiar as equipes gestoras e pedagógicas para o planejamento e para efetivação das Reuniões Pedagógicas.

Entendemos essas reuniões como importantes momentos formativos e de articulação do trabalho pedagógico desenvolvido na/pela escola. Assim sendo, apresentamos direcionamentos básicos para que a equipe gestora, a partir de sua experiência, realize reuniões produtivas, adotando metodologias e técnicas que favoreçam a organização e os processos do trabalho pedagógico, com registros reflexivos e propositivos (Minas Gerais, 2022a, p. 3). Um aspecto contido no documento é a relevância atribuída ao EEB.

Destaca-se que atividades de formação, planejamento e avaliação do processo de ensino e aprendizagem são temas importantes e fundamentais para serem trabalhados e discutidos no cumprimento das horas destinadas às reuniões de caráter coletivo. Essas reuniões podem ser realizadas com a equipe de professores, por área de conhecimento ou por componente curricular. Nessa perspectiva, o Especialista de Educação Básica (EEB) torna-se imprescindível, como formador, para articular esse processo (Minas Gerais, 2022a, p. 4).

Além de resgatar orientações contidas em documentos passados, registra que a formação continuada parte das necessidades locais e que ela deve estar em consonância com as diretrizes da rede de ensino como o Currículo Referência de Minas Gerais (CRMG). Ainda, de acordo com as orientações, a equipe pedagógica deve definir a periodicidade das reuniões, de acordo com o calendário escolar e a carga horária a ser cumprida, e elaborar o planejamento considerando a pauta a ser entregue antecipadamente aos professores. Junto à pauta, recomenda-se, também, a indicação de material a ser estudado e o uso de registros, listas de presenças e avaliações.

Quadro 2 – Carga horária do professor de Educação Básica

Função	CH do cargo	CH da docência	Horas atividades extraclasse		CH semanal	CH mensal	Observações
			Definido pela direção	Livre escolha			
PEB Regente de Turma e Substituto Eventual de Docentes	24h	RB-16h	4h	4h	24h	108h	Atuação: 20h semanais na regência cumprindo o disposto na Lei nº 9.394/96, na inexistência do PEB–Educação Física.
		EC-4h	1h	1h	6h	27h	
		EC-2h	30min	30min	3h	14h	Aplica-se na inexistência do PEB–Educação Física (habilitado).
PEB Regente de Aulas	24h	16h	4h	4h	24h	108h	Poderá ter carga horária obrigatória do cargo acrescida por aulas assumidas como Exigência Curricular/ou Extensão de Jornada.
PEB – Ajustamento Funcional – Secretaria ou apoio à Biblioteca	24h	-	-	-	24h	108h	Cumprirá 24h semanais no exercício das atividades desenvolvidas na Biblioteca ou na secretaria da escola, por não estar no exercício da regência.
PEB para o Ensino do Uso da Biblioteca/Mediador de Leitura	24h	24h	-	-	24h	108h	Cumprirá 24h semanais no exercício das atividades desenvolvidas na Biblioteca.
PEB – AEE/Sala de Recursos	24h	16h	4h	4h	24h	108h	Cumprirá as horas destinadas à Docência diretamente no atendimento aos alunos.
PEB – Apoio à Comunicação Linguagem e Tecnologias Assistivas, Intérprete de Libras, Guia Intérprete	24h	RB-16h	4h	4h	24h	108h	Atuação: 20h semanais na regência cumprindo o disposto na Lei n° 9.394, nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental.
		EC-4h	1h	1h	6h	27h	
		RB-16h	4h	4h	24h	108h	Para atuação nos Anos Finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio, excetuada a atuação no noturno, para qual não se aplica a exigência. Atuação 25 módulos semanais.
		EC-5h	1h30min	1h30min	8h	36h	
PEB – Orientador de Aprendizagem	24h	16h	4h	4h	24h	108h	Atenderá à demanda, observando o limite máximo de 16h de interação com os alunos.
PEB – Afastado da docência	24h	-	-	-	24h	108h	Cumprirá na escola a carga horária integral do cargo de que é detentor.
PEB – Totalmente excedente	24h	-	-	-	24h	108h	Cumprirá a carga horária semanal do cargo exercendo atividades atribuídas pela direção da escola, conforme orientações da Subsecretaria de Desenvolvimento da Educação Básica.

Fonte: Minas Gerais (2020a).

Por fim, o documento orienta os especialistas atuantes em cada modalidade de ensino, descreve como cada um pode tornar as reuniões ricas e produtivas e ressalta a importância de as reuniões serem feitas na escola e suas possibilidades de abordagens.

> As reuniões pedagógicas são importantes balizadores para os aspectos pedagógicos da escola, também, são espaços riquíssimos para que a equipe gestora possa ouvir as demandas dos professores, compreender, de fato, como estão ocorrendo os processos e obter informações para que toda a equipe da escola consiga efetivar mudanças e melhorias para a Instituição (Minas Gerais, 2022a, p. 9).

Em julho de 2023, a SEE-MG publicou o documento Diretrizes para a Organização e Realização de Reuniões Pedagógicas (Minas Gerais, 2023), enviado à rede, por meio do Memorando-Circular nº 1/SEE/DIEF. O documento reforça a importância das reuniões de AEC como espaço apropriado para ofertar a formação continuada dos docentes dentro da escola. Acentua que a presença de todos os docentes nas reuniões coletivas é de suma importância para a efetivação das AEC. Privilegia o espaço escolar como instrumento solidificador das práticas pedagógicas, por meio de atividades e de reuniões em grupos por áreas de conhecimento. Destaca a importância das EEBs na formulação e no acompanhamento das AEC. Apresenta ações atribuídas ao EEB coordenador do ensino em tempo integral. Registra novas atribuições para os vice-diretores, que passam a ser corresponsáveis no acompanhamento e na efetivação das AEC nas escolas. Privilegia o espaço escolar e as reuniões coletivas como elementos propícios à formação continuada dos docentes. Afirma que as AEC, o espaço escolar e as e as atividades em grupos promovem o crescimento profissional dos docentes. Em fevereiro de 2024, a SEE-MG publicou a Resolução nº 4.968 (Minas Gerais, 2024a). O documento estabelece normas para o cumprimento da carga horária destinada às AEC pelo PEB das escolas da Rede Estadual de Ensino de Minas Gerais. Na seção I, o documento mantém as orientações contidas no Decreto Estadual nº 46.125, de 05/01/2013 (Minas Gerais, 2013) e no Ofício Circular GS nº 2.663/2016 (Minas Gerais, 2016). Reforça o que são as AEC e impede que as horas destinadas às AEC sejam utilizadas para substituição de docentes ausentes ou licenciados. Mantém a proporcionalidade de 1/3 da carga horária para cumprimento das AEC e estabelece a cota de 50% das horas que devem ser cumpridas na escola para a organização e para a realização das reuniões coletivas. Orienta que o PEB, com carga horária inferior a 24 horas semanais, priorize o cumprimento das AEC nas reuniões coletivas. Mantém, ainda, a responsabilidade da direção e vice-direção, em conjunto com os EEBs, pela realização e acompanhamento das atividades.

A seção I do capítulo II trata da carga horária presencial destinada às reuniões de caráter coletivo, trazendo o enfoque para o planejamento da equipe gestora e sua promoção para realização das reuniões coletivas. Resgata a importância de documentos como o PPP, o Regimento escolar e as diretrizes da SEE-MG para se concentrar em temas pedagógicos, administrativos ou institucionais. Registram-se, a seguir, as orientações pertinentes à organização das reuniões coletivas.

> §1º - A carga horária destinada às reuniões de caráter coletivo poderá ser acumulada no decorrer de um mesmo mês, caso seja necessário destinar um tempo maior para discussão dos temas propostos, sendo vedado o acúmulo de horas para os meses posteriores.
> §2º - Excepcionalmente, as reuniões coletivas poderão ser realizadas em dias e horários diferentes dos programados, mediante acordo prévio com os servidores envolvidos para a participação de todos.
> §3º - Os pais/responsáveis, os estudantes e a comunidade escolar poderão participar das reuniões, quando se tratar de temas que sejam relevantes e de interesse comum da escola.
> §4º - Nenhuma atividade executada para cumprimento da carga horária extraclasse desobriga o professor, no exercício da docência, de participar das reuniões de caráter coletivo programadas pela escola, sendo dispensado de seu cumprimento apenas se estiver em afastamento legal no período de sua realização ou coordenando reuniões coletivas na função de Especialista em Educação Básica.
> §5º - A carga horária não utilizada pela escola no mesmo mês, para as reuniões coletivas, deverá ser destinada ao cumprimento da carga horária das demais atividades extraclasse, sendo vedado o acúmulo para meses posteriores ou outro tipo de compensação (Minas Gerais, 2024a, recurso *on-line*, grifo nosso).

Já a seção II, do mesmo capítulo, trata-se da carga horária presencial das AEC destinada à formação, ao planejamento e a outras atividades específicas do cargo de PEB. Orienta, ainda, o que pode ser utilizado para a compensação das horas das AEC como: os cursos de formação, de profissionalização e de aperfeiçoamento. Os cursos a serem utilizados pelo docente deve atender a algumas especificações:

> I - Cursos de formação e aperfeiçoamento profissional, seminários, congressos e reuniões, presenciais ou virtuais, promovidos pela Unidade Central da SEE-MG, Escola de Formação e Desenvolvimento Profissional de Educadores de Minas Gerais, Superintendências Regionais de Ensino (SRE) e, ainda, aqueles realizados em parceria com outras instituições e indicados pela SEE-MG, observada a correlação do tema com a docência;
> II - cursos de aperfeiçoamento profissional e de Pós-Graduação Lato Sensu (especialização e MBA) e Stricto Sensu (Mestrado e Doutorado), ofertados por instituições de ensino superior, com vagas financiadas pelo Projeto de Formação Continuada e Desenvolvimento Profissional dos Servidores da Educação - Trilhas de Futuro Educadores, nos termos da legislação vigente; e

> III - cursos de Pós-Graduação Lato Sensu (especialização e MBA) e Stricto Sensu (Mestrado e Doutorado), de forma presencial, semipresencial ou no formato de Educação a Distância (EaD), observada a correlação do tema com a docência, mediante indicação da SEE-MG (Minas Gerais, 2024a, recurso *on-line*).

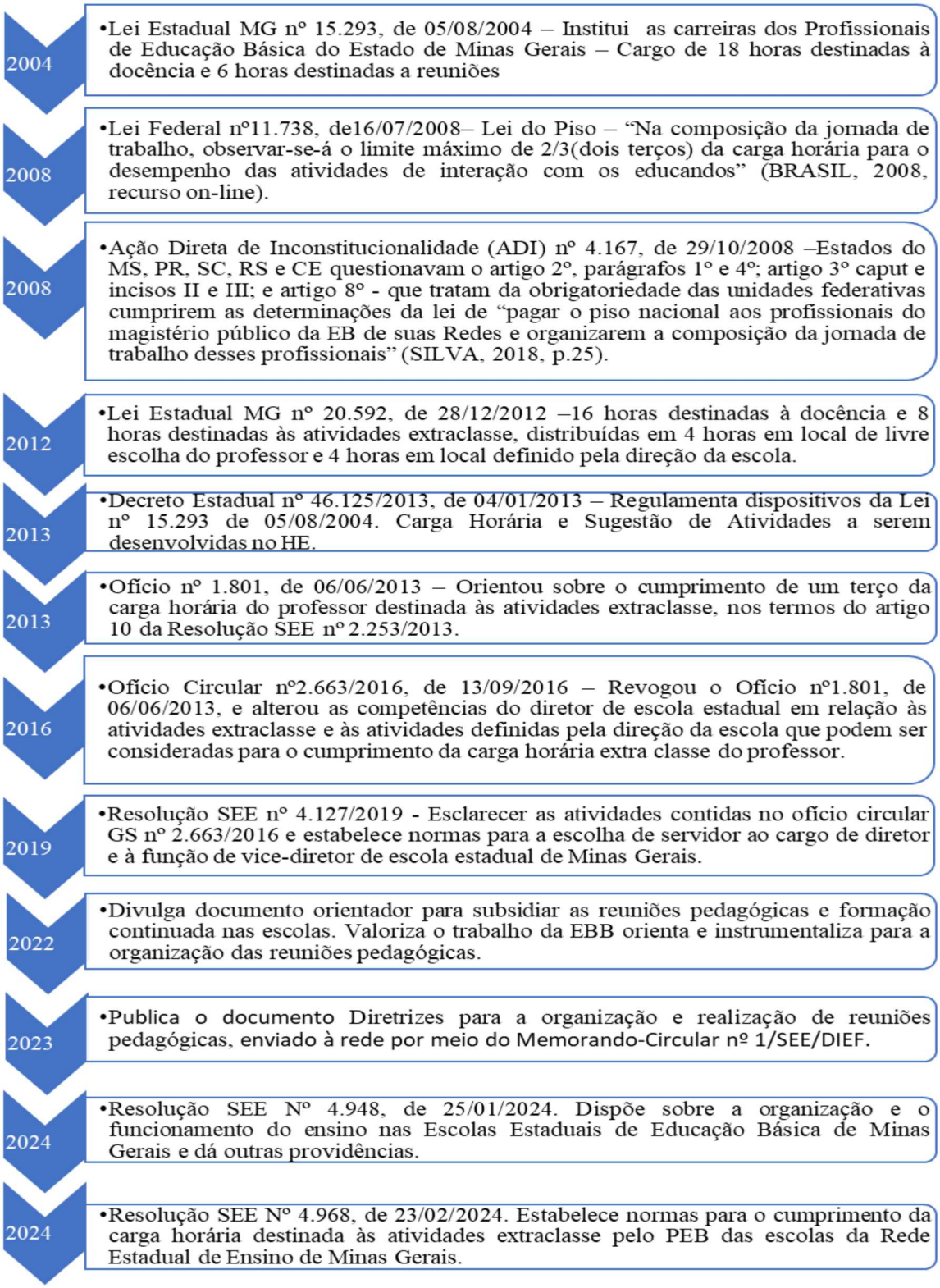
As atividades que devem ser desenvolvidas na escola precisam ser acompanhadas pela equipe gestora ou pelos EEBs. Atividades como elaboração de planos de aula e de atividades, análise de resultados de avaliações internas e externas, avaliação dos trabalhos realizados e replanejamento, elaboração de atividades de recomposição de aprendizagens, atualização e registros nos diários de classe, escolha de materiais didáticos, participação na construção de ações com os estudantes e as famílias entre outras pertinentes ao campo pedagógico e administrativo compõem essa instância contemplada no Ofício Circular GS nº 2.663/2016 (Minas Gerais, 2016).

O documento estabelece uma cota mínima de tempo superior a 30 minutos, salvaguardando a necessidade de cumprimento de saldo de tempo. O cumprimento das AEC desenvolvidas na unidade escolar não pode antecipar nem ultrapassar o horário de funcionamento da instituição. Além disso, o horário de recreio também não pode ser computado como tempo para o cumprimento das AEC.

Na Figura 1, encontra-se o levantamento de alguns textos normativos que tratam sobre as AEC na esfera federal e no Estado de Minas Gerais, organizados em uma linha do tempo de modo a destacar a evolução da legislação entre os anos de 2004 e 2024. Reforça-se que, em Minas Gerais, as AEC, realizadas na rede estadual de ensino, são aquelas atividades caracterizadas pela legislação federal como sendo o tempo destinado ao desenvolvimento de atividades da docência, sem a ocupação direta com os alunos e a regência de aulas.

Em resumo, essa seção apresentou as leis, os ofícios, as orientações e os marcos normativos da Secretaria Estadual de Educação de Minas Gerais referentes ao cumprimento das AEC e à dimensão da formação continuada de docentes. Ainda, discorreu sobre os desafios em promover uma formação continuada, no interior da escola, para toda rede estadual de ensino. Por fim, sintetizou em um diagrama o caminho percorrido para o cumprimento e as orientações pertinentes à efetivação das AEC.

Figura 1 – Linha do tempo da legislação sobre o desenvolvimento das atividades extraclasse



Fonte: Elaborada pelo autor (2024).

2.2 A ESCOLA ESTADUAL MUNDO ENCANTADO

A EEME está sediada na capital mineira, Belo Horizonte. Esse município possui 2.315.560 milhões de habitantes e densidade demográfica de 6.988,18 hab./km², conforme dados apresentados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2022). A composição populacional se autodeclara predominantemente de cor branca (46,74%) ou parda (41,90%). Os pretos são 10,15% dos habitantes, enquanto aqueles que se autodeclaram amarelos ou indígenas são a minoria, representando, respectivamente, 1,06% e 0,15% dos moradores da cidade. A economia de Belo Horizonte ocupa o quarto lugar entre os municípios do país, é a maior do Estado de Minas Gerais. O Produto Interno Bruto (PIB) da cidade é de R$ 91,95 bilhões, valor equivalente a aproximadamente 15% do PIB de Minas Gerais.

Ainda de acordo com IBGE (2022), a taxa de escolarização para as crianças e adolescentes de 6 a 14 anos de idade em 2010 era de 97,6%. Em 2021, o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) para os Anos Iniciais do Ensino Fundamental na Rede pública foi de 5,9 e dos Anos Finais do foi de 5,1. Quanto ao fluxo escolar, indicador que afere o quantitativo de aprovação e de reprovação, registra que 96% dos educandos são aprovados e que 4% são retidos. Ou seja, em uma escala de 100 educandos, 96 são aprovados e quatro reprovados. As matrículas no Ensino Fundamental foram de 256.289 e no Ensino Médio 77.174, em 2021. O município registrou, ainda, o número de 14.179 docentes atuantes no Ensino Fundamental e 5.937 docentes no Ensino Médio. Quanto ao número de escolas, o município dispõe de 686 estabelecimentos para o atendimento do Ensino Fundamental e 267 para o Ensino Médio.

De acordo com o PPP da Escola Estadual Mundo Encantado (2019a), a EEME foi criada em 04/08/70 pelo Decreto nº 12.873. Até 06/03/78, as atividades da escola foram ministradas em um lote com algumas salas de aula, quando recebeu o prédio da SEE-MG. Em 09/03/82, pela Resolução SEE nº 4046, a unidade foi autorizada a ministrar os estudos destinados ao ensino fundamental. Em 24/11/88, recebeu a aprovação para ministrar o Ensino Médio sob a Portaria SEE nº 1818/88 – MG. Atualmente, a escola integra uma das 168 escolas estaduais da SRE Metropolitana C, que atende ao vetor norte de Belo Horizonte (Pampulha e Venda Nova) e a outros 11 municípios da região metropolitana (Confins, Jaboticatubas, Lagoa Santa, Morro do Pilar, Pedro Leopoldo, Ribeirão das Neves, Santa Luzia, Santana do Riacho, São José da Lapa, Taquaruçu de Minas e Vespasiano). Sua área de atuação abrange mais de 150 mil alunos (Pereira, 2015).

A EEME está localizada no bairro Jardim dos Comerciários C, limite da região norte de Belo Horizonte, e pertencente à regional de Venda Nova. De acordo com os registros apresentados no livro *"Histórias de bairros de Belo Horizonte"* (Prefeitura de Belo Horizonte, 2022), o bairro Jardim dos Comerciários fica distante do centro da capital. É marcado pela carência de serviços urbanos e sua população se dedica, prioritariamente, ao comércio. Dados apresentados pelo Censo populacional (2010)[4], revelam que a população do bairro Jardim dos Comerciários era de 21.238 habitantes. Desse total, 10.364 da população era masculina, enquanto 10.874 era feminina. Uma população composta mais por jovens (23.5%) do que por idosos (5.4%).

O Mapa da Exclusão Social de Belo Horizonte (Nahas *et al.*, 2000), apresenta características marcantes da população excluída, revela que o bairro está inscrito com o percentual de 0,67 no Índice de Vulnerabilidade Social (IVS). O IVS aponta que as populações em situação de vulnerabilidade estão mais suscetíveis a não terem acesso a emprego formal e que não dispõem de condições de darem continuidade aos estudos no tempo regulamentar. Para estabelecer o IVS de Belo Horizonte levaram-se em conta, cinco dimensões: ambiental, cultural, econômica, jurídica e de segurança de desenvolvimento.

Os alunos atendidos são oriundos do próprio bairro e adjacentes. Em relação às condições socioeconômicas e culturais, pode-se inferir que a maioria das famílias é de baixa renda, sobrevivendo de serviços informais. Um dado que demonstra a renda dessa comunidade é o número considerável de famílias atendidas por programas sociais, como Bolsa Família. A Tabela 1, elaborada com dados fornecidos pela secretaria escolar, discrimina a quantidade de alunos matriculados na escola e que são beneficiários do programa Bolsa Família (Escola Estadual Mundo Encantado, 2024a).

[4] O censo populacional de 2010 trouxe dados por estados, municípios e regiões (bairros). Já o Censo populacional, que deveria ter acontecido em 2020, mas não aconteceu devido ao enfrentamento da COVID-19, aconteceu no ano de 2022. Este revela os dados das unidades federativas e dos municípios.

Tabela 1 – Beneficiários do Programa Bolsa Família (2023)

Escolaridade	Ano/Série	Total de matriculados	Número de beneficiários	Percentual (%)
Anos Finais do Ensino Fundamental	6°	127	42	33,0
	7°	135	50	37,0
	8°	140	46	32,5
	9°	126	42	34,0
Ensino Médio	1°	180	53	28,0
	2°	129	43	33,0
	3°	93	16	17,0

Fonte: Elaborada pelo autor (2024), com base em dados da Secretaria da Escola.

A partir do levantamento de dados, junto à secretaria da escola, sobre a participação dos pais ou dos responsáveis na entrega de resultados, percebe-se que as famílias dos educandos da EEME não participam ativamente da vida escolar dos filhos. Muitos dos educandos são criados por avós, tias e outros familiares. As reuniões de pais e ou de responsáveis contabilizam a monta inferior a 25% do contingente dos educandos matriculados. No ensino fundamental, a presença dos responsáveis é maior que no segmento do Ensino Médio. Ao fazer o levantamento acerca da presença dos pais ou dos responsáveis nas reuniões, esbarrou-se com a falta de registros e documentos capazes de refletir a realidade da relação das famílias com a escola. Contudo, registrou-se a existência de duas reuniões referentes à entrega de resultados dos primeiros bimestres dos anos letivos de 2022 e de 2023. Essas primeiras reuniões, comumente, registram o maior grau de participação dos pais ou dos responsáveis na escola. A Tabela 2 apresenta dados sobre as reuniões de pais ou dos responsáveis (Escola Estadual Mundo Encantado, 2024b).

Em 2022, a participação dos pais ou de responsáveis somaram 22,4% dos educandos matriculados. Em 2023, o percentual foi de 19,1% dos alunos matriculados. A falta da interação com a família não se limita à dimensão das reuniões ou das convocações. As famílias também se fazem ausentes a prestarem informações quanto a dificuldades cognitivas, motoras e outras especialidades dos educandos. Dessa forma, a escola não consegue promover o atendimento educacional especializado aos alunos que apresentam dificuldades. A relação família e escola deve se dar no âmbito de parceria e complementaridade. Ribeiro, Oliveira e Alves (2023) descrevem que a interação entre as duas instituições promove no educando um lastro progressivo na educação formal. A percepção dos autores infere que as famílias de baixa renda não são próximas ao diálogo com a escola, em comparação com outras fatias sociais.

Tabela 2 – Reuniões de pais ou de responsáveis, registro de presença nos anos (2022 e 2023)

Escolaridade	Ano/ Série	Total de matriculados (2022)	Presença dos pais ou responsáveis em 21/05/22	Total de matriculados (2023)	Presença dos pais ou responsáveis em 06/05/23
Anos Finais do Ensino Fundamental	6°	127	51	127	41
	7°	129	39	135	29
	8°	177	42	140	30
	9°	191	28	126	17
Ensino Médio	1°	158	37	180	33
	2°	122	31	129	20
	3°	119	7	93	8

Fonte: Elaborada pelo autor (2024), com base em dados da Secretaria da Escola.

Devido à necessidade do bairro, a escola foi ofertando, de maneira progressiva, o ensino de jovens e de adultos (EJA) e outros projetos capazes de corrigir a defasagem e as discrepâncias educacionais. Até o ano de 2013, a escola funcionou com 69 turmas ativas entre os turnos matutino, vespertino e noturno. No primeiro semestre de 2016, a escola encerrou suas atividades no noturno, mas voltou a funcionar com uma turma da EJA no ano de 2017 com 20 alunos matriculados. De acordo com o PPP da Escola Estadual Mundo Encantado:

> A escola tem como função contribuir para a formação da sociedade, incluindo o aprimoramento moral, cultural, promovendo uma educação acadêmica de excelência, contribuindo com a formação integral do aluno, para atuar como agente transformador na sociedade (Escola Estadual Mundo Encantado, 2019a, p. 5).

A EEME compreende que seus educandos possuem singularidade e historicidade individuais, porém busca promover uma educação voltada para o diálogo com as diferenças e para a inserção no mundo do trabalho.

A Escola Estadual Mundo Encantado compreende que seus alunos têm características e anseios múltiplos. Entretanto, procuramos promover a formação de um aluno cidadão do seu tempo, conhecedor de sua história, agente transformador da realidade local, capaz de atuar no mercado e de prosseguir seus estudos (Escola Estadual Mundo Encantado, 2019a, p. 5).

As instalações da escola estão distribuídas em três prédios e contam com 19 salas de aula, com medida de 40 metros quadrados, sala de recurso, biblioteca, auditório com a capacidade máxima para 80 pessoas, cozinha, refeitório, secretaria, sala de professores, sala de

direção, vice-direção, sala da supervisão, quadra poliesportiva, sala de recursos, pátios, garagem, banheiros e bebedouros. Além desses espaços, a unidade dispõe de dois laboratórios: informática e química. Ao todo, a estrutura física da escola tem a capacidade de mais de 1.800 alunos.

A instituição oferta os Anos Finais do Ensino Fundamental, Ensino Médio, EJA e Curso profissionalizante em Administração. Seu funcionamento está organizado em três turnos. A distribuição dos turnos, nos anos de 2022 e de 2023, está apresentada na Tabela 3 (Escola Estadual Mundo Encantado, 2023a).

Tabela 3 – Quantitativo de vagas turno, turma e estudantes da EEME (2022 e 2023)

Turno	**2022**		**2023**	
	Turmas	**Estudantes**	**Turmas**	**Estudantes**
Matutino – Ensino Médio	11	399	12	402
Vespertino – Fundamental II	19	651	16	528
Noturno – EJA e profissionalizante	3	84	3	25

Fonte: Elaborada pelo autor (2024), com dados da Secretaria Escolar de 2023.

No ano de 2023, o número de alunos e de turmas sofreu algumas alterações. A primeira delas foi a interrupção da oferta do curso técnico em administração. A segunda foi a diminuição de educandos matriculados na EJA. A terceira foi o aumento de uma turma no turno matutino e a redução de três turmas no turno vespertino, conforme apresentado na Tabela 3.

Ao longo do ano letivo de 2022, ocorreram vários conflitos e atos de violência dentro e nos arredores da escola. Assassinato no portão da escola, discórdias oriundas de ofensas por meio de redes sociais, conflitos entre professores e estudantes, queixa de racismo e diminuição da dignidade humana por meio de palavras, gestos e manifestações paralelas presencialmente e em redes sociais. Na Tabela 4 é apresentado o levantamento de alguns tipos de violências registradas pela escola nos livros de ata (Escola Estadual Mundo Encantado, 2023b).

Tabela 4 – Ocorrências de violência na EEME (2022)

Agressão	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
Física: alunos x alunos	1	0	2	6	10	4	4	1	0	7	1
Verbal: alunos x alunos	0	0	0	1	3	1	2	0	1	2	0
Virtual: alunos x alunos	0	0	0	1	3	0	1	0	0	0	0
Física: alunos x professor	0	0	0	2	1	2	1	2	2	1	0
Física: professor x alunos	0	0	0	0	1	1	1	0	0	0	0
Relatos: bullying, assédio sexual e injúria racial	1	0	0	7	5	4	1	1	2	1	1

Fonte: Elaborada pelo autor (2024), com base nos registros de livros-atas da Supervisão Escolar de 2023.

Ao todo, a Tabela 4 registra 86 manifestações de violências de ordens diversas no cotidiano da escola. Além dessas registradas, existiram outras que não chegaram diretamente à direção, resolvidas, diretamente, pelos próprios envolvidos. Consta no livro de atas, o registro de uma queixa de agressão física de um aluno contra um professor (fato registrado em ata do dia 26/10/2022). O aluno queixou-se de que o professor o agrediu, dando-lhe um tapa na cabeça. Outro caso registrado no livro ata, no dia 30/11/2022, foi o relato de dois alunos do turno da manhã que disseram ter sido abordados e ameaçados por um pai de outro aluno, no portão da escola.

Há, também, registro de relatos sobre o uso de entorpecentes por alunos dentro da escola. Consta nos relatos, inclusive, que um aluno do turno vespertino foi flagrado oferecendo o produto a outros estudantes. Os casos de violência recorrentes na escola indicam a necessidade da promoção de ações coletivas que transformem essa cultura de hostilidade, observada nos dados apresentados. Tais reflexões e decisões são pertinentes, também, às reuniões extraclasse e a inexistência desse momento na escola ocasiona uma lacuna na abordagem desse tema. A partir do momento em que as situações de violência não são discutidas pela equipe escolar, decisões importantes não são tomadas e os encaminhamentos necessários não são realizados.

Quanto à existência de projetos na escola, não há um catálogo e nem um cronograma específico. Por outro lado, existem ações isoladas de quatro docentes que buscam desenvolver com os educandos ações coletivas como projetos de áreas. O pouco que é feito no coletivo não conta com a adesão de todo o grupo de docentes. Os projetos de caráter coletivo, em sua maioria, são recomendações enviadas pela SEE-MG e pela SER Metropolitana C. As iniciativas

desenvolvidas em 2022 e em 2023 são relativas a trabalhos realizados pelas áreas de Biologia, Filosofia, História e Língua Portuguesa.

No segundo semestre de 2022, a gestão tentou desenvolver um trabalho coletivo sobre etnia e racialidade com a equipe. Para a efetivação do trabalho, foram feitas duas reuniões de alinhamento das ações e a providência de material impresso adaptado do *"Pequeno manual antirracista"*, obra da filósofa brasileira Djamila Ribeiro (Ribeiro, 2019). Devido à falta de uma reunião conclusiva para organizar a proposta, a culminância não demonstrou o resultado esperado que seria a sensibilização e a conscientização acerca da temática antirracista. O ocorrido corrobora a relevância da existência de AEC e seu caráter coletivo. Ao propiciar os encontros coletivos promover o encontro formativo entre os docentes, temas e conceitos tendem a ser esclarecidos. O fato é que essa ação não estava contemplada na programação e nem se faziam pauta para as reuniões coletivas. A temática foi levantada no dia 01/09/2022, das 18h30min às 19h30min, em uma convocação para uma reunião virtual.

Em 2023, foram desenvolvidos o projeto Mundo Encantado Contra a Homofobia, no mês de maio, e o projeto Setembro Amarelo (Escola Estadual Mundo Encantado, 2023k). Esses trabalhos propiciaram o protagonismo juvenil. Os educandos aderiram, organizaram e se mobilizaram para o acontecimento do evento. Sob a orientação dos professores de Filosofia e de Língua Portuguesa, os educandos apresentaram reflexões, poemas autorais, números musicais, teatro e outras atividades artísticas. Houve, também, a feira Economia do Lar, idealizada pela professora de Itinerários Formativos. Em geral, contudo, não houve a participação coletiva dos docentes nem abordagem interdisciplinar.

A ausência das reuniões de AEC se desdobram em outros impactos negativos como: o rendimento escolar e a continuidade do fluxo dos educandos. A articulação da equipe docente, da supervisão, da direção e dos demais colaboradores é fundamental para o fortalecimento do trabalho pedagógico que a escola se propõe a desenvolver. Em relação ao fluxo dos alunos, apresenta-se a Tabela 5, elaborada a partir de dados extraídos da planilha do conselho de classe do final do ano letivo de 2022 (Escola Estadual Mundo Encantado, 2023c).

Tabela 5 – Quantitativo de promoção, de reprovação e de progressão parcial na EEME – 2022

Turno	Ano/série	Aprovados	Reprovados	Progressão Parcial
Matutino	6º ano	124	3	0
	7º ano	116	8	5
	8º ano	144	29	4
	9º ano	163	16	12
Vespertino	1º ano	146	2	10
	2º ano	113	5	4
	3º ano	112	7	0
Noturno	1º ano	0	0	0
	2º ano	11	0	0
	3º ano	13	0	0

Fonte: Elaborada pelo autor (2024), a partir da planilha do conselho de classe final de 2023.

Nas turmas do oitavo ano, série que mais registrou reprovação, quantifica 20% de discentes que não conseguiram vencer as habilidades em quatro de seis componentes curriculares. Cabe lembrar que, conforme o artigo 94 da Resolução SEE nº 4.692, de 29/05/2021 (Minas Gerais, 2021), no Ensino Fundamental, os componentes de Artes, Educação Física e Ensino Religioso não reprovam os estudantes. A reprovação dos estudantes das turmas de oitavo ano, no ano de 2022, foi de 20%. O indicador fomenta uma reflexão do papel docente e sobre os possíveis caminhos para dirimir as distorções e evasão escolar. Dos 28 alunos reprovados em 2022, 13 alunos obtiveram a segunda reprovação na mesma série em 2023 (Escola Estadual Mundo Encantado, 2023c). Tavares Júnior, Faria e Lima (2012), na obra *Indicadores de fluxo escolar e políticas educacionais: avaliação das últimas décadas*, apresentam reflexões profícuas acerca dos prejuízos econômicos, sociais e psicológicos trazidos com a reprovação, evasão e interrupção do fluxo educacional na trajetória de crianças, adolescentes e jovens.

Os nonos anos registraram que 10% de seu quantitativo foram reprovados e 7% foram aprovados com progressão parcial. A rigor, mais de 90% dos egressos do Ensino Fundamental da escola se inscrevem como estudantes do Ensino Médio (Escola Estadual Mundo Encantado, 2023c). Não buscar sanar as dificuldades de aprendizagens dos educandos dos anos finais da educação básica é corroborar o fracasso na educação de nível médio.

Já no Ensino Médio (EM), houve 5% de reprovação no terceiro ano (Escola Estadual Mundo Encantado, 2023c). Isso fornece um dado relevante para refazer rotas pedagógicas.

Caberia pensar a dimensão coletiva e colaborativa da equipe, no sentido de avaliar, de ponderar e de estabelecer novas metas para este ano conclusivo dos educandos na escola. Nos anos de 2022 e de 2023, a escola registrou pouca adesão de seus educandos do terceiro ano na realização do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM). O número levantado, nos respectivos anos, não totalizou a marca de 25% dos matriculados e concluintes da etapa. Em comparação aos anos de 2015 a 2019, observa-se uma queda de mais de 22% na participação do exame[5].

Então, os dados do oitavo e do nono ano indicam uma defasagem a ser corrigida, uma vez que podem ser futuros alunos do EM na escola. O que tange à primeira série do EM, as reprovações contribuem para a evasão e a diminuição de turmas para a segunda série. E, em relação ao educando matriculado no terceiro ano do EM, especificamente, que deve ser preparado e orientado a dar continuidade aos estudos, uma reprovação pode propiciar o abandono, a apatia e a falta de perspectiva de prosseguimento nos estudos.

Diante do número de reprovações e aprovações parciais aferidas na EEME, constata-se a necessidade de uma análise mais aprofundada da Resolução SEE nº 4.948, de 25/01/2024 (Minas Gerais, 2024b). O ponto a ser considerado é averiguar se a unidade ofertou ou possibilitou todos os recursos cabíveis aos educandos que não venceram as etapas propostas. O artigo 104 do documento registra que:

> A escola deverá garantir, no ano escolar vigente, condições diferenciadas para a promoção do desenvolvimento dos estudantes, sobretudo aos que apresentam baixos índices de aproveitamento escolar e dificuldades de aprendizagem na(s) habilidade(s) e nas competências do(s) componente(s) curricular(es) previstos no CRMG dos anos anteriores ou do ano em curso e podem ser ofertadas na forma de:
> I - Recomposição das aprendizagens: demanda a oferta de atividades para a consolidação das competências e das habilidades que não foram desenvolvidas e consolidadas ao longo do período pandêmico e que comprometem o processo de aprendizagem dos estudantes;
> II - Reforço escolar em Língua Portuguesa e Matemática destinado aos estudantes que apresentam:
> a) Reprovação no ano anterior;
> b) Aprovação com progressão parcial em Língua Portuguesa ou em Matemática;
> c) Índices de aproveitamento escolar, inferior a 65% nas avaliações diagnósticas e trimestrais da rede;
> d) Dificuldades de aprendizagem, nos anos finais do Ensino Fundamental, em razão de comprometimentos no processo de alfabetização e de letramento;

[5] De acordo com o site https://qedu.org.br/escola/31002437-ee-mundoencantado/enem, em 2015, houve 113 alunos inscritos correspondendo a 65% do alunado. Em 2016 e 2017, a monta foi de 66 inscritos correspondendo a 47% dos alunos matriculados. Na sequência, em 2018 e 2019, o número foi de 50 inscritos 43% dos matriculados.

> e) Desempenho escolar inferior a 60% em 3 (três) ou mais componentes curriculares nos dois primeiros bimestres do ano em curso;
> f) Frequência escolar inferior a 75% nos dois primeiros bimestres do ano em curso (Minas Gerais, 2024b).

Uma leitura do cruzamento de dados[6], conforme dispostos na Tabela 6, diz respeito ao desempenho dos educandos relativo às avaliações do SAEB, no período de 2017 a 2021.

Tabela 6 – Dados do SAEB

Ano	Aprendizagem	Fluxo	IDB – Nota estimada	IDEB – Nota obtida	Proficiência Língua Portuguesa	Proficiência Matemática
2017 – EF	4,39	0,81	5,4	3,5	228,31	234,32
2019 – EF	5,11	0,84	5,7	4,3	252,15	254,53
2019 – EM	3,88	0,83	0	3,2	246,65	249,35
2021 – EF	5,71	0,97	5,9	5,5	276,48	266,22
2021 – EM	4,74	0,97	3,4	4,6	279,75	274,81

Fonte: Elaborada pelo autor (2024), com base em dados do QEdu de 2023.

De acordo com a Tabela 6, de 2017 a 2019, o EF aumentou a nota, aproximando-se mais da nota esperada. Ainda, demonstra um crescimento na proficiência em Língua Portuguesa e em Matemática. Quanto ao indicador de fluxo, o EF subiu, gradativamente, aumentando 16,0% a aprovação dos educandos. Já o EM, melhorou a proficiência em 33,1 em Língua Portuguesa do ano de 2019 para 2021. Em Matemática, o ágio foi de 24, 86 no mesmo período. Em relação ao fluxo no EM, houve um acréscimo de 14,0%. Em 2021, o indicador de fluxo registra a marca de 0,97 de aprovação nas duas esferas de ensino. O ano de 2021 marca o retorno paulatino da reclusão social ocasionada pela pandemia do Covid-19. As escolas trabalharam com atendimento de pequenos grupos de alunos. Ou seja, para atender ao protocolo sanitário de retorno às atividades escolares, os alunos e trabalhadores em educação deveriam fazer o uso obrigatório de máscaras e manter uma distância mínima de 0,90 centímetros. Nas salas de aula, a distância entre as carteiras era de 1,5 metro de distância linear entre os alunos.

Em 2017, o EM não foi avaliado pelas avaliações do SAEB. Em decorrência da falta de quórum no respectivo ano, a meta da nota não foi projetada. O aumento do fluxo em 2021, justifica-se pelos desdobramentos da Covid-19, que até novembro do corrente ano, trabalhou

[6] Dados aferidos pelo site QEdu. Disponível em: https://qedu.org.br/escola/00000000-ee-mundo-encantado/censo-escolar. Acesso em: 02 nov. 2022.

com os Planos de Estudos Tutorados (PETs) e revezamento de educandos nas aulas presenciais. Em 03/11/2021, as aulas voltaram em todas as escolas da rede estadual de Minas Gerais, obrigatoriamente.

O quadro docente da escola em 2022 foi constituído por 31 professores efetivos e 30 convocados (Escola Estadual Mundo Encantado, 2023d). Em 2023, o quadro de professores contou com 31 efetivos e 20 convocados (Escola Estadual Mundo Encantado, 2023e). Para o ano de 2023, o corpo docente efetivo aderiu à extensão de carga horária, assumindo o manejo de turma no mesmo turno de trabalho ou no contraturno. O quadro possui três professores efetivos detentores de dois cargos na escola. Os professores são todos licenciados e 80% possuem ao menos uma especialização.

A equipe diretiva é composta por uma diretora e três vice-diretoras. Uma das vice-diretoras se encontra em gozo de férias prêmio para a aposentadoria. O acompanhamento pedagógico é assistido por quatro supervisoras. A biblioteca funcionou com duas bibliotecárias em 2022 e três em 2023. O trabalho técnico fica a cargo de uma secretária e seis Assistentes de Educação Básica (ATB). O quantitativo de Auxiliares de Serviços Básicos (ASB) é formado por 20 servidores distribuídos nos três turnos.

A escolha do Ensino Médio para o desenvolvimento da pesquisa se deu por motivos e por situações observadas no cotidiano escolar. Entre eles, destaca-se: o desafio com a falta de docentes no turno, diariamente, a ausência de projetos que promovam o protagonismo juvenil, a ausência dos educandos nos dias escolares, a ausência de reuniões pedagógicas e a lacuna existente referente à formação continuada, entre outros.

2.2.1 Descrição da realização das atividades extraclasse na escola

Na EEME, de 2016 a 2022, o calendário escolar não contemplou datas específicas para que as reuniões das AEC acontecessem mensalmente, conforme registrado no Anexo A (Escola Estadual Mundo Encantado, 2023f). Não havia obrigatoriedade, pela SEE-MG, de que as reuniões fossem registradas no calendário escolar, embora a Secretaria recomendasse o procedimento.

Algumas reuniões aconteceram durante esse período na escola, mas as pautas das reuniões não contemplaram a formação continuada. Os assuntos tratados incluíram a vida funcional dos servidores a atividades rotineiras da escola, avisos gerais da instituição, vida funcional de servidores (licenças, ocorrências, livro de ponto, faltas, atrasos etc.) e questões pedagógicas, como elaboração de projetos e rotinas de aula.

Além dessas ações, o tempo foi despendido para tratar de mapeamento de sala de aula e medidas disciplinares. O empréstimo de livros e orientações gerais de informações advindas da SRE Metropolitana C e outros assuntos, também, foram contemplados. As atas disponíveis não evidenciaram a dimensão da formação continuada de docentes e nem registraram suas manifestações nas reuniões (Escola Estadual Mundo Encantado, 2023h).

A EEME tem enfrentado dificuldades em desenvolver e efetivar o cumprimento integral da carga horária semanal e mensal, destinada ao M2, pela Lei nº 7.109, de 13/10/1977 (Minas Gerais, 1977), ou da realização das AEC, dentro da escola, conforme é apresentada nos demais documentos e ofícios orientadores. De acordo com as atas e as assinaturas dos presentes nelas, existe um número inferior do quantitativo de docentes (Escola Estadual Mundo Encantado, 2023h), nas reuniões de AEC. O acúmulo de dois cargos, por parte de alguns docentes, a continuidade na formação profissional, cursos de mestrado em que as aulas são ministradas aos sábados, os atendimentos médicos, marcados nos dias das reuniões (Escola Estadual Mundo Encantado, 2023j) e a atuação em outras redes de ensino, a concomitância das reuniões de AEC, em outras unidades da rede, integram o arcabouço dos impedimentos na efetiva presença de todos os docentes nas reuniões. Para o cumprimento da carga horária das AEC, no espaço escolar, além das faltas e atestados médicos, soma-se a presença dos servidores no Departamento de Arquivo Geral, órgão pericial do Estado[7] (Escola Estadual Mundo Encantado, 2023j). A escola é uma instituição de médio para grande porte com mais de 60 professores divididos em três turnos.

O quadro de profissionais na supervisão escolar não é suficiente para que o acompanhamento individualizado seja feito ou orientado. No ano de 2022, caberia a cada especialista, em média, acompanhar as AEC de 14,25 dos docentes (Escola Estadual Mundo Encantado, 2023d). Em 2023, a monta foi de 13,5 docentes para cada uma das quatro especialistas (Escola Estadual Mundo Encantado, 2023e). Cabe lembrar que o terceiro turno não dispunha de EEB para acompanhar, para coordenar e para organizar as atividades dos docentes.

Todos os dias, é registrada a ausência de professores nos três turnos (Escola Estadual Mundo Encantado, 2023j). Por se tratar de uma unidade de ensino que oferta a educação para os Anos Finais do Ensino Fundamental, Médio e a Educação de Jovens e Adultos (EJA), não é disponibilizado professor eventual (professor destinado a substituir docentes em salas de aula).

[7] É indispensável a realização de perícia médica e a duração da concessão desse afastamento pode variar de acordo com a situação funcional do servidor. As regras para o agendamento se encontram no endereço https://portaldoservidor.mg.gov.br/afastamento-motivo-saude.

Na falta de professores, utiliza-se o Professor de Educação Básica em uso da Biblioteca (PEUB) e a supervisão pedagógica.

As faltas dos docentes e dos demais servidores no cotidiano escolar não refletem lacunas apenas na falta do cumprimento e no acompanhamento das AEC. Outras tarefas e demandas ficam comprometidas. Por exemplo, o serviço de biblioteca fica sem a oferta regular do espaço para a prática de leitura e empréstimo de livros. Como a rede estadual não prevê o contingente de professores eventuais nas modalidades de Ensino Fundamental II e Médio, o PEUB acaba desempenhando esse papel. Em escolas nas quais a ausência de docentes é corriqueira, a falta do PEUB, em seu respectivo local de trabalho, acarreta perdas pedagógicas para a comunidade escolar. A seção III, Art. 9° da Resolução SEE nº 4.968, de 23/02/2024 (Minas Gerais, 2024a), orienta as atividades que devem ser desempenhadas para o PEUB.

> O PEB que exercer a atribuição de ensino do uso da biblioteca/mediador de leitura cumprirá a carga horária integral no exercício da docência, diretamente no atendimento aos estudantes, por meio de atividades de intervenção pedagógica, orientação da aprendizagem, utilização da biblioteca escolar para consultas e pesquisas e elaboração e desenvolvimento de estratégias de incentivo ao hábito e ao gosto pela leitura (Minas Gerais, 2024a, recurso *on-line*).

O PEUB é um aporte fundamental que contribui para o trabalho das EEBs e dos docentes no enfrentamento e combate das distorções de aprendizagens, sobretudo referente à leitura. Além disso, o trabalho do PEUB quando possibilitado no uso de suas funções, contribui fortemente com projetos e com atividades extrassala de aula. Cabe destacar que o PEUB, assim como o professor em ajustamento funcional[8], cumpre a carga horária semanal fechada e, portanto, não participa das reuniões de AEC.

A escola conta com a contratação de quatro supervisoras pedagógicas, sendo duas efetivas e duas convocadas. As especialistas matutinas atendem diversas ocorrências como: faltas e atrasos de professores, reuniões de orientação e formação para o novo ensino médio (NEM), entre outras convocações oriundas da Metropolitana C.

Além disso, a escola integra o quantitativo de unidades da Metropolitana C, que fazem parte do projeto "Jovem do Futuro". O projeto é uma parceria firmada entre a SEE-MG e o Instituto UNIBANCO. O cerne do projeto é dirimir a evasão dos educandos no EM e apresentar práticas pedagógicas inovadoras. A escola foi convidada a fazer parte do programa em agosto

[8] Levando-se em conta que o professor ajustado tem a possibilidade de retornar às suas atividades de origem, é necessário que a formação continuada seja possibilitada a esse servidor, também.

de 2019, a diretora escolar, juntamente com a supervisora pedagógica efetiva do turno matutino, acompanha e gere as ações propostas pelo programa. As atividades são propostas mediante a análise dos dados aferidos com a aplicação das avaliações externas e seu objetivo é promover o protagonismo dos educandos.

Acontecimentos como falta de professores nos turnos registradas nos livros de ponto (Escola Estadual Mundo Encantado, 2023j), falta de eventuais, falta de reuniões individuais e coletivas com os professores tornam-se entraves para que a direção, a vice-direção e a supervisão orientem as ações referentes à formação dos docentes no cumprimento de suas AEC. Além disso, o planejamento, orientação e registro das AEC ficam comprometidas e não atendem às orientações preconizadas nos documentos e ofícios.

A Resolução SEE nº 4.797, de 25/11/2022 (Minas Gerais, 2022b), que estabelece para a Rede Pública Estadual de Educação Básica os procedimentos de ensino, diretrizes administrativas e pedagógicas do Calendário Escolar do ano de 2023, permite a auto-organização das escolas. O documento determina início e término dos bimestres letivos, datas previstas para reuniões com pais e com responsáveis, datas para a realização das reuniões de caráter coletivo, entre outras disposições.

Mesmo sem registro prévio de datas para os encontros coletivos no calendário anual, tais eventos devem ser realizados, ao longo do ano letivo, cabendo ao gestor a tarefa de planejamento. Nesse sentido, as reuniões coletivas não se dão de forma programada na EEME. Tal realidade é evidenciada na falta de previsão em calendário próprio e o motivo disso será investigado na pesquisa de campo. Em consequência disso, nas pautas e em outros registros de demandas, inerentes ao fazer pedagógico, fica exposta a ausência de acordos sobre ações que contribuem para o sucesso e o bom andamento da unidade educacional.

Ao pesquisar sobre o cumprimento das AEC, nos anos anteriores, foram obtidos um registro de assinatura em 19/03/2016 e um caderno informativo para o ano de 2019 (Escola Estadual Mundo Encantado, 2019b). O caderno dispõe de modelo de planilha a ser preenchida, mensalmente, com o registro do cumprimento do módulo II pelo professor e encaminhado à supervisão. O material não orienta, especificamente, quanto ao cumprimento e ao acompanhamento, apenas sobre o registro das atividades desenvolvidas pelos docentes e as devoluções das planilhas para as EEBs, no Anexo C deste trabalho, registra uma imagem do documento. Essas planilhas foram utilizadas nos anos de 2017 e 2018 até março de 2020. A partir daí até agosto de 2021, utilizaram-se os Anexos IV e V, disponibilizados pela SEE. O Anexo IV contribui para a organização e para o registro das AEC, desenvolvidas pelos docentes.

A Tabela 7 apresenta o quantitativo de docentes da EEME e a carga horária que cada um deve cumprir, semanalmente, na realização das AEC (Escola Estadual Mundo Encantado, 2023d).

Tabela 7 – Carga horária dos professores da EEME (2022)

Número horas na docência	**Em local definido pela escola**	**Número de professores**
De 1 a 5 horas	Menos de 1h	4
6 horas	1h30min	0
8 horas	2h	6
10 horas	2h30min	1
12 horas	3h	3
15 horas	3h45min	1
16 horas	4h	10
17 horas	4h15min	1
18 horas	4h30min	6
19 horas	4h45min	2
20 horas	5h	4
21 horas	5h15min	1
22 horas	5h30min	0
23 horas	5h45min	0
24 horas	6h	11
28 horas	8h	3
32 horas	10h	2
34 horas	12h	2
36 horas	12h30min	1

Fonte: Elaborada pelo autor (2024), com dados da Secretaria Escolar de 2022.

Do total de 61 professores, dois se encontram na vice-direção, três se encontram na Escola de Formação, uma se encontra afastada por motivo de saúde e três possuem dois cargos na escola. Para a contabilização real do quantitativo, deve-se considerar o montante de 58 docentes. Para acompanhar as AEC desenvolvidas pelos docentes, a escola contou com o quantitativo de quatro especialistas. De acordo com os dados apresentados, 15 docentes não têm a carga horária de 24 horas semanais completas. De acordo com a Resolução nº 4.968 (Minas Gerais, 2024a), a esses docentes, deve-se, obrigatoriamente, priorizar suas presenças nas reuniões coletivas de AEC. Ainda, permite contabilizar que 33 docentes possuem a carga horária entre 10h até 12h e 30 min, a serem cumpridas, semanalmente. Nesse sentido, o docente precisa ser acompanhado por mais de uma EEB e ou vice-direção.

A organização interna para o cumprimento das AEC foi tratada no ano de 2022, em reunião realizada no dia 14 de março (Escola Estadual Mundo Encantado, 2023h). Participaram desse momento, a diretora, os três vice-diretores, juntamente com as três supervisoras para alinhar as ações necessárias para o ano letivo. Os assuntos tratados foram: organização dos dados dos alunos, grupos de WhatsApp por turma, modelo padrão de encaminhamentos para o posto de saúde e conselho tutelar, planilhas de notas por turmas para registro bimestral a cargo do professor e acompanhamento do supervisor, registro de ocorrências on-line, por meio de planilha compartilhada via Google Drive[9]. Para todo o corpo docente, ficou desenhado que deveriam ser estabelecidas regras quanto ao pedido de material, apresentar as regras diárias de andamento dos turnos como: horário de chegada, recreio, utilização dos espaços coletivos, trato com os alunos e cumprimento das atividades inerentes ao cargo.

Nessa reunião, ao tratar dos encaminhamos referentes às reuniões das AEC, ficou definido que cada professor preencheria uma planilha do Google Drive, indicando em qual horário e em qual dia da semana cumpriria o horário destinado à realização das AEC. A eleição do horário pode ser feita com a utilização de "janelas", intervalos entre os turnos e contraturnos. O cômputo da carga horária semanal pode ser abatido com a realização de cursos oferecidos pela SEE-MG. Além desses cursos, o docente pode realizar cursos de especialização, segundas licenciaturas ou participar em eventos acadêmicos que promovam melhores práticas docentes, mediante autorização da direção.

Ficou acordado que, após a escolha do docente quanto ao cumprimento de seu módulo, cada vice-diretor iria acompanhá-lo dentro de seu turno de trabalho (Escola Estadual Mundo Encantado, 2023i). Dessa forma, o docente que trabalha no turno vespertino pode ter seu módulo acompanhado pelo vice-diretor matutino e vice-versa. Ao consultar a planilha disponibilizada pela supervisora do turno vespertino, esbarramos na duplicidade da planilha. Em uma consta o nome de três servidores e em outra planilha é registrado o quantitativo de 44 servidores que assinalaram seus nomes. Dos 44 professores com os nomes registrados, 23 manifestaram dias e horas da semana em que a carga horária seria cumprida. Um professor registrou que entregaria declaração de curso, ofertado pela rede.

Do que fora planejado quanto ao cumprimento das AEC, na escola e para os quatro que optaram em cumprir a carga horária no contraturno, dois professores compareceram, de forma irregular. Um servidor compareceu cinco vezes e outro duas vezes. Uma docente entregou

[9] Google Drive é um serviço de armazenamento e sincronização de arquivos fornecido pela empresa Google. Ele abriga um leque de aplicações de produtividade, que oferece a edição de documentos, folhas de cálculo, planilhas, apresentações, entre outros formatos.

regularmente declarações de cursos ofertados pela SEE-MG somando a estes a carga despendida em um projeto de iniciação à pesquisa. As quatro professoras de apoio do turno vespertino entregaram declarações de cursos que fomentaram o entendimento das especificidades dos discentes, acompanhados por elas. Na devolutiva da planilha, não constou o nome de nenhuma das quatro docentes (Escola Estadual Mundo Encantado, 2023i).

A planilha de registro, disponibilizada no Google Drive, destinada ao cômputo das horas e atividades dos profissionais, teve sua última edição de registro no dia 14/05/2022 (Escola Estadual Mundo Encantado, 2023i). A orientação dada pela direção foi que cada um a preenchesse e a encaminhasse à vice-direção para que sua devolução fosse computada. O preenchimento da planilha deveria ser feito mensalmente e enviado à supervisão. Ao fim do ano letivo, todas as planilhas devem ser enviadas impressas, assinadas e arquivadas pela supervisão pedagógica.

O levantamento de devolutivas das planilhas no fim do ano letivo não contemplaram 20% do quantitativo que deveria ter sido enviado. A servidora responsável, por receber os documentos, aferiu a quantidade de 14 servidores que as devolveram. O baixo retorno das planilhas preenchidas e devolvidas evidencia a falta de acompanhamento e de orientação quanto ao cumprimento da carga horária das AEC.

Para o ano de 2023, o registro das AEC se deu por meio de planilha disponibilizada pelo e-mail institucional. Nela, cada professor deve registrar as atividades que desempenhou no cumprimento das AEC e enviar para a EEB. As planilhas foram disponibilizadas em 17/05/2023 (Escola Estadual Mundo Encantado, 2024c), com o pedido de preenchimento retroativo a fevereiro do corrente ano. Em seguida, solicitou-se que estas deveriam ser devolvidas até o dia 10/06/2023. No dia 31/10/2023, a vice-diretora vespertina enviou mensagem ao grupo por WhatsApp[10], solicitando que todos enviassem as planilhas preenchidas até o dia 30/11/2023. A descrição anterior permite inferir que os docentes não são acompanhados pela direção e nem pela vice e pela supervisão. Ao consultar a planilha disponibilizada, constata-se apenas um registro no mês de outubro realizado por um docente convocado em caráter de substituição. Até o dia 30/12/2023, a vice-direção vespertina estava cobrando o envio das planilhas.

[10] O WhatsApp é um aplicativo de mensagens instantâneas para smartphones que permite aos usuários enviarem mensagens de texto, fazer chamadas de voz e de vídeo e compartilhar arquivos, imagens e vídeos, entre outras funcionalidades. Ele se tornou uma das principais formas de comunicação digital, em todo o mundo, devido à sua facilidade de uso, recursos de criptografia, de ponta a ponta, para proteger a privacidade dos usuários e a disponibilidade em diversas plataformas, como iOS, Android e desktop.

No que se refere às condições de trabalho, a Tabela 8 apresenta o número de faltas e de licença saúde ocorridas durante o ano de 2022 (Escola Estadual Mundo Encantado, 2023j).

Tabela 8 – Faltas (F) e licença tratamento de saúde (LTS) de professores (PEB), especialista em educação básica (EEB), assistentes técnicos de educação básica (ATB) e assistentes de educação básica (ASB) em 2022 da EEME

Mês	F-PEB	LTS-PEB	F-EEB	LTS-EEB	F-ATB	LTS-ATB	F-ASB	LTS-ASB
Fevereiro	8	8	0	0	0	1	2	1
Março	5	1	0	0	0	0	0	0
Abril	2	3	0	0	2	0	0	0
Maio	8	13	0	4	2	0	0	0
Junho	6	14	0	4	0	0	0	1
Julho	0	8	0	2	0	0	0	0
Agosto	7	15	0	0	2	1	0	0
Setembro	3	7	0	0	1	1	0	0
Outubro	2	8	0	0	0	0	0	1
Novembro	2	7	1	0	0	0	0	1
Dezembro	6	5	0	0	0	0	0	0

Fonte: Elaborada pelo autor (2024), com dados da Secretaria Escolar de 2023.

Conforme se pode visualizar, o ano de 2022 contou com 88 licenças para tratamento de saúde. O que acentuou e evidenciou as faltas deu-se no período de maio e de junho que registra, em média, 15% das licenças anuais no segmento docente. O mês de agosto registrou, em média, 17% do total das ausências anual no mesmo segmento.

No ano de 2022, além das licenças de saúde (LTS) e faltas, ocorrem faltas justificadas referentes aos dias trabalhados nas eleições. A Tabela 9 sintetiza o quantitativo de faltas justificadas pelos docentes (EEB e ASBS). As faltas registradas na Tabela 9 se concentraram nos meses de outubro, novembro e dezembro de 2022 (Escola Estadual Mundo Encantado, 2023j).

De acordo com o artigo 98, da Lei nº 9.504/97 (Brasil, 1997) e Resolução TSE nº 22.747/2008 (Brasil, 2008b), o trabalhador pode se afastar em dobro de suas atividades laborativas. As faltas são sem perdas ou sem descontos em seus vencimentos. Sendo assim, apresentamos na Tabela 10 o número de faltas registradas no período de outubro, novembro e dezembro de 2022 utilizadas pelos servidores da escola.

Tabela 9 – Declarações eleitorais (TRE) de professores (PEB), especialista em educação básica (EEB), assistentes técnicos de educação básica (ATB) e assistentes de educação básica (ASB) em 2022 da EEME

Segmento	Número de declarações
PEB	9
EEB	2
ATB	0
ASB	9

Fonte: Elaborada pelo autor (2024), com dados da Secretaria Escolar de 2023.

Tabela 10 – Licença afastamento eleitoral (TRE) de professores (PEB), especialista em educação básica (EEB), assistentes técnicos de educação básica (ATB) e assistentes de educação básica (ASB) em 2022 da EEME

Segmento	Licenças
PEB	18
EEB	4
ATB	0
ASB	18

Fonte: Elaborada pelo autor (2024), com dados da Secretaria Escolar de 2023.

As Tabelas 9 e 10 apresentadas permitem vislumbrar um panorama e uma análise das dificuldades enfrentadas, diariamente, na escola, advindas de faltas por licenças e ausências justificadas. Dessa forma, afere-se que a execução das tarefas diárias cabíveis à supervisão e à direção ficam comprometidas e fragilizadas. O número elevado de faltas e de licença de tratamento à saúde faz com que o acompanhamento e o direcionamento das AEC, desenvolvidas na escola, pelos docentes, fiquem comprometidas. O problema das faltas e licenças para tratamento de saúde ganharam contornos mais relevantes, durante os meses de maio, de junho e de julho, em função da alteração das leis que regem a contratação de servidores.

Em 22/05/2022, foi divulgada a anulação das Leis Estaduais nº 7.109/1977 (Minas Gerais, 1977) e 9.381/1986 (Minas Gerais, 1986) e do Decreto Estadual nº 48.109/2020 (Minas Gerais, 2020b) do Estado de Minas Gerais que permitiam a contratação temporária de servidores, sem concurso público. Tal ação, embora gere uma economia financeira à receita estadual, acarreta muitas dificuldades para as unidades escolares nas Minas Gerais. Quando o ano escolar se inicia, geralmente no princípio de fevereiro de cada ano, e as unidades escolares

não disponham de todos os professores e de demais servidores, a prestação do serviço fica incompleta e desgastante. O primeiro elemento a ser considerado é o tempo prolongado que as escolas levam para montarem o quadro geral e iniciarem o ano letivo com todos os docentes em salas de aula. No ano de 2024, até o mês de maio, a escola não dispunha de um quadro de horário definitivo. Geralmente, os professores trabalham em mais de uma escola e em outras redes. Nesse sentido, ocorre o choque de aulas e a incompatibilidade de horários que dificultam a presença dos professores efetivos e a demora na contratação de outros que terão as aulas distribuídas em mais dias da semana.

Ainda cabe considerar outros problemas enfrentados na conclusão da distribuição de horários entre docentes e o repasse para os discentes: por exemplo, a escolha de um dia na semana para o cumprimento de 1/3 das horas destinadas à atividade extraclasse (escolha do docente) e a incompatibilidade de horário com outras escolas. Sem o informe correto do quadro de aulas, os discentes enfrentam dificuldades em organizar seu material escolar e orientar seus estudos diários. Após denúncias e pautas constantes nas paralisações e greves, promovidas pela categoria dos profissionais da educação e de seu sindicato, em 2019, moveu-se uma ação no Supremo Tribunal Federal (STF), pedindo a realização de concursos públicos para área da educação a fim de preencher as vagas existentes.

Em 22 de maio de 2022, o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu anular as leis do Estado de Minas Gerais que autorizaram contratações temporárias de professores não pertencentes ao quadro de magistério (Supremo, 2022). O STF entendeu que elas contrariavam o artigo 37, incisos II e IX, da Constituição Federal, que decretam que a posse de cargos públicos seja feita por meio de concursos. Diante da decisão, o Estado de Minas Gerais suspendeu todas as contratações para a prestação de serviços nas unidades escolares. Tal ação dificultou ainda mais o dia a dia nas escolas públicas da rede Estadual de Minas. Com isso, e sem a autorização de dispensa de alunos, coube à supervisão e, em algumas vezes, à direção, assumir a regência de aulas, em caráter de substituição dos licenciados. Somado a isso, concomitantemente, foi suspensa a contratação de substitutos aos cargos de ASBS.

A supervisora pedagógica do turno vespertino substituiu a professora de Matemática, do nono ano, no período de seis de maio até seis de julho, que esteve em licença para tratamento de saúde. Em alguns desses dias, as turmas não contaram com a presença da supervisora, que, também, encontrou-se em licença de tratamento de saúde, nos dias registrados, no quadro abaixo de 2022 (Tabela 11) (Escola Estadual Mundo Encantado, 2023j).

Tabela 11 – Licença afastamento especialista em educação básica (EEB) turno vespertino da EEME

Meses	Maio	Junho	Julho
Dias	02 a 05 11 a 14 27 a 29 30	01 a 04 13 a 18 27 a 28	05 a 18

Fonte: Elaborada pelo autor (2024), com dados da Secretaria Escolar de 2023.

O absenteísmo e as licenças para tratamento de saúde e o gozo da licença TRE impactam, diretamente, na organização, na orientação e na realização das AEC. Além do fato ou da possibilidade de os EEB substituírem os ausentes no manejo de turma, outras atividades cruciais desenvolvidas no cotidiano escolar ficam relegadas. As e os EEB só podem fazer o acompanhamento aos docentes se elas ou eles estiverem tão somente para o desempenho de referida tarefa.

A seguir, apresenta-se o quadro de reuniões extraclasse de caráter coletivo presencial e virtual, ocorridas na escola, durante o ano de 2022 (Quadro 3). A tabela registra as datas, as pautas, as atividades, as modalidades e a duração das reuniões (Escola Estadual Mundo Encantado, 2023h).

Quadro 3 – Reuniões coletivas no ano 2022 da EEME

Data da reunião	Pauta	Atividade	Formato
30-04-22 Sábado	NEM – Novo Ensino Médio	Discussão e orientação específica para os professores do primeiro ano Ensino Médio	Presencial das 07h30min às 11h30min
07-05-22 Sábado	Pedagógica administrativa	Organização de registro das avaliações externas Simave.	Virtual das 07h30min às 10h
04-06-22 Sábado	Reuniões com pais	Entrega de boletim e atendimento aos pais.	Presencial das 08h às 11h (matutino) e das 12h às 14h (vespertino)
17-06-22 Sexta-feira	Avaliação trimestral	Distribuição e cronograma para lançamento de resultados.	Virtual das 18h30min às 19h30min
12-08-2022 Sexta-feira	Pedagógica administrativa	Reunião entre pais e professores – convite dos estudantes que apresentam mais problemas de indisciplina.	Presencial das 15h30min às 17h30min
19-08-2022 Sexta-feira	Pedagógica administrativa	Reunião entre direção, supervisão e professores para tratar do esboço da feira de cultura.	Presencial das 15h30min às 17h30min
01-09-22 Quinta-feira	Pedagógica administrativa	Projeto contra o racismo – organização de feira de cultura.	Virtual das 18h30min às 19h30min

Fonte: Elaborado pelo autor (2024), com dados de grupo de informes de professores no WhatsApp de 2023.

Conforme descrito no Quadro 3 – Reuniões coletivas no ano 2022 da EEME –, não houve nas reuniões, momento destinado à formação dos docentes. Destacamos, aqui, a ausência da supervisão pedagógica. Em outras unidades educacionais da rede estadual, usa-se a compensação das horas dispensadas nas reuniões pedagógicas coletivas em abatimento ou compensação durante a carga horária semanal da EEB. Diferentemente dos docentes, as EEB não têm carga horária destinada a planejamento e a reuniões. Todavia, sua carga horária se inscreve no quantitativo de quatro horas e quarenta e oito minutos de segunda a sexta-feira. Em 21/08/2020, a SEE-MG fez circular o Memorando-Circular nº 6/2020/SEE/SE – ASIE (Minas Gerais, 2020c) que consiste no reconhecimento dos EEB nas reuniões de AEC.

> Desse modo, compreendendo que o planejamento e execução das atividades extraclasse de caráter coletivo é parte integrante das funções do EEB, solicitamos aos Inspetores Escolares que orientem aos Gestores das escolas estaduais do seu setor de inspeção que o tempo destinado à execução do módulo II, pelo EEB, seja computado dentro da jornada semanal de trabalho desse profissional ou na jornada mensal, no caso da carga horária dessas

> reuniões serem acumuladas no decorrer de um mesmo mês (Minas Gerais, 2020c).

Quando a unidade educacional, dentro de suas possibilidades e de suas realidades, prioriza o trabalho e a presença da especialista junto ao grupo de docentes nas reuniões coletivas, tal ação é justificada. Em particular, a direção da escola não faz uso desse recurso de compensação de horas. Sendo assim, de acordo com os dados contidos no livro de registro de presença, a servidora cumpre sua carga horária de segunda a sexta-feira das 13 horas às 17h48min, esgotando sua carga horária semanal e impossibilitando sua presença e sua contribuição nas pautas, nas decisões e nos planejamentos pertinentes aos encontros (Escola Estadual Mundo Encantado, 2023j).

Assim como a especialista, de acordo com os registros do livro de ponto, os vice-diretores, também, têm sua carga horária de 30 horas semanais e seis horas diárias, de segunda a sexta-feira. Diante do exposto, evidencia-se, também, que: o teor formativo na esfera coletiva não foi contemplado dentro das reuniões acontecidas. Além disso, infere-se que, diante das possibilidades de encontros no decorrer do ano, as reuniões não se deram dentro do que poderia ter sido realizado.

A presença da EEB na reunião seria fundamental para tratar de assuntos diversos relacionados à formação continuada, bem como questões relacionadas à realidade educacional vivenciada na escola.

Para o ano de 2023, a escola mostrou-se mais organizada no quesito de registrar em seu calendário a previsão de uma reunião mensal de caráter coletivo destinado às AEC, confira o Anexo B. A Tabela 12 apresenta a previsão dos encontros (Escola Estadual Mundo Encantado, 2023g).

Ao fim do ano de 2023, afere-se que 45% das reuniões programadas no calendário escolar não aconteceram. As chamadas são realizadas de maneira virtual pelo grupo WhatsApp e com pouco espaço de tempo para a organização e efetiva presença do corpo docente. Mesmo existindo um quadro de avisos na sala dos professores, a gestão e as EEB não afixam as chamadas das reuniões coletivas nele. Algumas vezes, os encontros são cancelados bruscamente, gerando queixas por parte dos docentes que deixaram de programar outras atividades. Em 2023, a previsão para os encontros veio sinalizada no calendário escolar conforme Quadro 4 (Escola Estadual Mundo Encantado, 2023g).

Tabela 12 – Calendário atividades extraclasse da EEME

Mês	Dia	Aconteceu	Não aconteceu
Fevereiro	11		X
Março	4	X	
Abril	15		X
Maio	13		X
Junho	3	X	
Julho	1	X	
Agosto	5	X	
Setembro	16	X	
Outubro	21		X
Novembro	11	X	
Dezembro	2		X

Fonte: Elaborada pelo autor (2024), com dados da Secretaria Escolar de 2023.

Todavia, torna-se insuficiente essa sinalização. Outro fator salutar é a falta de divulgação prévia das pautas e das atividades a serem desenvolvidas.

Na totalidade das reuniões realizadas, a dimensão da formação continuada docente não foi contemplada. Os temas abordados foram de cunho administrativo como: assinatura de livro de ponto, trato com os educandos, devolução de planilha de AEC preenchida, lançamento e fechamento de diários eletrônicos, entre outros (Escola Estadual Mundo Encantado, 2023h).

Na reunião do mês de junho, fez-se apenas a entrega dos boletins do primeiro bimestre letivo aos pais presentes, descartando de nesta a possibilidade de interação entre escola e famílias. A reunião do mês de setembro não vislumbrou assuntos internos e nem a formação docente local. Além disso, por ser uma atividade em que a escola se predispôs a ser a anfitriã, não convidou seus discentes para apresentarem seus talentos e suas habilidades artísticas.

A reunião de dezembro que estava predeterminada para a elaboração de atividades recuperativas e de recomposição de aprendizagem não aconteceu. Cabe registrar que a escola fez a dispensa de alunos após as 9h30min e as 15h, durante dias letivos nos meses de março, abril e maio, para tratar de assuntos administrativos e pedagógicos, com os docentes e EEB. As pautas das reuniões não foram divulgadas previamente e o horário determinado não foi respeitado em sua íntegra que seria de quatro horas de duração, de acordo com as chamadas via WhatsApp.

Quadro 4 – Reuniões coletivas no ano 2023 da EEME

Data	Pauta	Atividade	Formato e Horário
04/03/2023 Sábado	Assuntos administrativos e pedagógicos	Distribuição de cadernos de bordos, calendário anual, orientação para o preenchimento e para a entrega de planos de cursos, distribuição de notas, debates de cronogramas de projetos a serem desenvolvidos, apresentação dos servidores, apresentação de normas e de funcionamentos e outras rotinas administrativas.	Presencial das 07h às 11h (Matutino) e das 12h às 16h (Vespertino)
03/06/2023 Sábado	Entrega de boletins	Entrega de resultados do primeiro bimestre letivo aos pais e responsáveis.	Presencial das 08h às 11h (Matutino) e das 12h às 15h (Vespertino)
01/07/2023 Sábado	Assuntos administrativos e pedagógicos	Organização de festa julina, orientação de entrega de atestados e marcação de perícias médicas, recuperações paralelas e reforço de acordos cotidianos.	Presencial das 07h30min às 11h30min (Matutino) e das 12h30min às 16h30min (Vespertino)
05/08/2023 Sábado	Assuntos administrativos e pedagógicos	Apresentação das atividades do Programa de Recomposição de Aprendizagens, assinatura de livro de ponto, apresentação do projeto Setembro Amarelo, comemoração do Dia do Estudante e elaboração de atividades para a semana da juventude. Apresentação da Capelania Escolar.	Presencial das 07h30min às 11h30min (Matutino) e das 12h30min às 16h30min (Vespertino)
16/09/2023 Sábado	Atividade interativa	Café, almoço, palestra e apresentações artísticas de docentes e de discentes das escolas EEME, EE Mata Verde e EE Céu Azul – atividade proposta pela supervisão escolar.	Presencial das 08h às 12h
11/11/2023 sábado	Assuntos administrativos e pedagógicos	Organização do quarto bimestre: cronograma de avaliações, recuperações e alimentação dos DEDs, orientação e organização da avaliação do SAEB.	Presencial das 07h30min às 11h30min (Matutino) e das 12h30min às 16h30min (Vespertino)

Fonte: Elaborado pelo autor (2024), com dados da Secretaria Escolar de 2023.

Garcia (2011) ressalta acerca da importância de utilizar de maneira eficaz o tempo extraclasse dos professores em prol da aprendizagem dos discentes. Para que, de fato, a educação aconteça, deve-se levar em consideração as particularidades de cada escola. Cada escola é um mundo e, portanto, apresenta cenários distintos uma das outras. Atividades como "formação continuada, revisão de avaliações, discussões em grupo sobre práticas docentes, reuniões com os pais e planejamento de aulas" são sugeridas por Garcia (2011, fonte online) para serem realizadas nesse período.

Almeida (2016, p. 84) afirma que "as questões administrativas devem ser secundárias para os professores, priorizando as questões pedagógicas, especialmente, o aperfeiçoamento das práticas, por meio de formação continuada planejada pela própria escola". Dessa forma, torna-se evidente a necessidade de aproveitar esse tempo para o desenvolvimento e para o aprimoramento da prática docente.

Em síntese, neste capítulo, apresentaram-se as leis, os documentos, os ofícios e os decretos em que as AEC foram contempladas na esfera estadual das Minas Gerais. Para tanto, fez-se uma descrição cronológica das Leis, dos Ofícios e dos Decretos, a fim de possibilitar um entendimento mais preciso do que são as AEC. Ainda, buscou descrever a EEME desde sua fundação, sua localização e o contexto em que está inserida. Apresentou as maneiras de como as AEC são organizadas na instituição em análise e como está sua estruturação. Nesse sentido, evidenciou-se que a EEME apresenta dificuldades em organizar, em promover e em efetivar o acontecimento e o acompanhamento das AEC nas instâncias individuais e coletivas. Além disso, percebeu-se que a formação continuada dos docentes não fez parte nas AEC, nas suas pautas, nem nos acontecimentos das reuniões, que, no mais das vezes, ocuparam-se de questões informativas ou burocráticas.

No próximo capítulo, será feita a análise dos dados até então apresentados no que se refere à estruturação das AEC na EEME. Será apresentado o referencial teórico, por meio de uma revisão bibliográfica, dialogando com os temas concernentes às AEC, formação continuada de docentes, gestão escolar e gestão pedagógica. Ainda, será apresentado o percurso metodológico, adotado na pesquisa, justificando o uso dos instrumentos escolhidos para que o estudo de caso seja compreendido.

3 ANÁLISE DA ESTRUTURAÇÃO DAS ATIVIDADES EXTRACLASSE NA ESCOLA ESTADUAL MUNDO ENCANTADO E A PROMOÇÃO DA FORMAÇÃO CONTINUADA DE DOCENTES

O objetivo deste terceiro capítulo é analisar os desafios da gestão da Escola Estadual Mundo Encantado para realizar a formação continuada na carga horária destinada às AEC. Para isso, o capítulo possui, além desta introdução, mais duas seções. A seção 3.1 apresenta o referencial teórico deste estudo, que conta com as contribuições de Arroyo (2015), Candau (2010), Kuenzer (2011), Tardif e Lessard (2009), Libâneo (2007), Lück (2006, 2009), Oliveira (2021) e Paro (2007, 2008, 2009), dentre outros, sobre gestão escolar e pedagógica, formação continuada de docentes, HPT e HPC. A seção 3.2 abordará o método utilizado e os recursos empregados no levantamento de dados para as análises deste estudo.

3.1 REFERENCIAL TEÓRICO

Nesta seção, serão abordados os conceitos basilares dos aspectos pertinentes às instâncias de gestão escolar, de gestão pedagógica, de formação continuada de docentes e das AEC. Para a formação de docentes, as reflexões serão apoiadas nas obras de Arroyo (2015), Tardif (2014), Candau (2010), Kuenzer (2011), Tardif e Lessard (2009), entre outros. No entendimento da gestão escolar e gestão pedagógica, utilizarei as pesquisas de Libâneo (2007), Lück (2006, 2009) e Paro (2007, 2008, 2009). A pesquisa será desenvolvida por uma revisão bibliográfica que permitirá o entendimento conceitual dos termos: AEC, gestão escolar, gestão pedagógica, gestão de pessoas e formação de docentes.

3.1.1 Formação continuada de docentes

Em uma perspectiva histórica, Gatti (2017) aponta novos paradigmas requeridos na formação docente no Brasil. As complexidades provocadas pelas transformações tecnológicas e sociais, despontadas nos séculos XX, requerem um diálogo mais interdisciplinar do docente, tanto quanto em sua formação, quanto a sua abordagem na construção de saberes junto a seus educandos.

Um traço marcante desses novos tempos é a necessidade de possibilitar uma formação crítica ao docente. A autora descreve um novo cenário da área de Educação em que os professores “[...] são chamados a se comprometerem com um ensino que propicie

aprendizagens as quais permitam às crianças e aos jovens, como cidadãos, tomarem decisões fundadas em conhecimentos sólidos" (Gatti, 2017, p. 726). Diante da necessidade de pensamento crítico e de diálogo, o docente precisa de nova formação para fomentar, de igual modo, a formação crítica dos educandos.

Para tanto, é necessário que o docente seja valorizado e incentivado a se renovar constantemente. A escola precisa ser repensada a todo instante. "Saber como viver numa escola é tão importante quanto saber ensinar na sala de aula" (Tardif, 2014, p. 70). Os discentes têm como sujeitos mais próximos de si o professor e este serve como um interlocutor entre aqueles e a escola. É por meio da leitura e da impressão dos professores que os discentes se tornam sujeitos do âmbito escolar. "Os docentes raramente atuam sozinhos. Ele se encontra em interação com outras pessoas, a começar pelos alunos" (Tardif, 2014, p. 49).

Tardif e Lessard (2009) elencam alguns desafios enfrentados pelos professores na contemporaneidade: a superlotação das salas de aula, a falta de recursos adequados, a falta de infraestrutura, a precarização dos espaços e dos serviços escolares, entre outros fatores que interferem no processo de ensino e aprendizagem. Alguns desses problemas foram evidenciados no capítulo 2.

Ademais, os autores apresentam a diversidade dos discentes e suas culturas como elemento que requer aproximação e entendimento. Nesse sentido, a formação continuada de docentes dentro das AEC, encontra relevância na medida em que a promoção do diálogo e a troca das experiências dos docentes possibilita o entendimento e o reconhecimento dos atores escolares e suas realidades.

Kuenzer (2011) salienta a existência de programas de formação continuada que atualizem os professores ao longo de suas carreiras; preconiza uma formação docente que saiba articular teoria e prática; recomenda a aplicabilidade dos conhecimentos teóricos adquiridos pelos docentes, nos contextos reais de sua inserção, bem como incentiva uma reflexão crítica sobre as práticas educativas e suas implicações para a transformação social e o desenvolvimento humano. Ao possibilitar a formação continuada dos docentes em seus locais de trabalho, os conhecimentos dos docentes são partilhados e consolidados. Ainda, a troca entre os pares permite uma compreensão do cenário social e cultural dos discentes.

Arroyo (2015), em seu texto *"Tensões na condição e no trabalho docente - tensões na formação"*, propõe que as formas de equacionar a formação dos profissionais da educação básica exigem novos parâmetros. Aponta para a necessidade de análises críticas dos perfis do profissional e da formação docente que vêm inspirando as políticas, as diretrizes curriculares e os programas de formação. Ainda, traz as análises sobre as mudanças no trabalho e na condição

docente e as exigências de outra formação, diferentemente das oferecidas nos cursos de licenciaturas e em cursos e em programas com propostas destinadas à formação continuada. Ele defende que o processo mais adequado de formular diretrizes, políticas, currículos de formação é partir das experiências reais e da condição docente. Por fim, assevera que a formação deve ser uma prática constante, que acompanhe as transformações da sociedade e do próprio campo da educação. Assim, a formação continuada não deve se basear, apenas, em cursos e em capacitações, mas também em práticas de reflexão e troca de experiências entre os profissionais da educação.

Com base nos autores pesquisados, a formação continuada deve valorizar a experiência dos docentes e incentivá-los a investirem cada vez mais nas relações com os discentes. Afinal, eles são os que acompanham de perto o progresso do alunado (Tardif; Lessard, 2009; Tardif, 2014). Os professores se desdobram em várias funções dentro de uma escola. Entre elas, pode-se destacar a função de fornecer diagnósticos reais para os processos de ensino/aprendizagem e a de promover a socialização. Para isso, é preciso que o docente expresse sua perspectiva sobre o cotidiano na escola.

De acordo com Barbosa e Fernandes (2017) e Imbernón (2009), promover formação continuada contribui para que os docentes lidem da melhor forma com os desafios do ofício, construindo respostas para os problemas identificados. Fornecer espaços diversificados, apresentar projetos culturais e científicos também pode contribuir para uma relação saudável entre docentes e discentes (Gatti, 2017). Enfim, o professor precisa ser participativo, envolvendo-se com os objetivos da escola, consolidando a gestão democrática e o bom clima escolar. Por sua vez, a direção precisa incentivar os professores a buscarem novas propostas pedagógicas, com práticas nas quais o discente seja o epicentro da construção de conhecimento (Oliveira, 2021; Imbernón, 2009).

Jacques Delors, no texto *"Educação: um tesouro a descobrir"*, discorre que o professor deve fomentar uma educação participativa e que a formação continuada propicia ao docente, condições para aprimoramento e para aperfeiçoamento de práticas educativas e de conteúdo. E, ainda, devem ser incentivados o trabalho coletivo e a troca de experiências entre os pares, bem como a aproximação da comunidade local com a escola (Delors, 2003).

Francisco Imbernón, em *"Formação permanente do professorado: novas tendências"*, registra que a preocupação com a formação continuada é recente. Que são necessárias mudanças conceituais e atitudinais por parte dos docentes frente à acomodação e ao modelo defasado de educação. As mudanças sociais implicam diretamente na formação docente requerendo da categoria, uma formação permanente capaz de melhorar o aprendizado e a própria ação docente.

Destarte, cabe ao docente a autorreflexão acerca da problemática que envolve seu desempenho e realização na carreira (Imbernón, 2009).

Vera Maria Candau, em *"Formação continuada de professores/as: questões e buscas atuais"*, destaca que a formação continuada é um fator indispensável para a melhoria dos processos de ensino e de aprendizagens, ainda que consista em problema atual e deva ser analisada por vários enfoques. Ademais, deve abranger mais do que oferta de cursos, como workshops e outras atividades coletivas. Além disso, ressalta que a escola deve ser o local de referência para a promoção da formação continuada com os pares e parte integrante da realização profissional e pessoal do docente (Candau, 2010).

Os textos de Delors (2003), Imbernón (2009) e Candau (2010) contribuem para o entendimento da recomendação de se realizar a formação continuada nos próprios locais de trabalho com os pares. Chediak *et al.* (2018) abordam a Comunidade de Aprendizagem Profissional (CAP) para professores que, além de se constituir como uma prática capaz de gerar resultados melhores no que se refere à aprendizagem dos alunos, propicia uma gestão compartilhada. Por meio da CAP, a formação continuada pode ser estabelecida entre os pares de várias maneiras, seja por reuniões em pequenos grupos de trabalho ou por formação coletiva durante o ano.

De acordo com a autora, a ideia central que norteia a CAP é a colaboração mútua. Reunidos em grupos de uma mesma escola, cidade, estado ou país, os educadores apresentam suas experiências pedagógicas exitosas ou discorrem sobre inquietações que atrapalham o processo de ensino e aprendizagem. A CAP funciona segundo a ideia de que a formação continuada não se restringe a processos isolados e ocasionais. Outra vantagem da CAP é que as reuniões podem se dar de forma presencial ou virtual.

Por meio da troca de experiências, os professores podem refletir criticamente sobre suas práticas pedagógicas. Além disso, nas trocas e nos relatos de experiências, os docentes podem vislumbrar soluções ou melhorias para o enfrentamento das práticas pedagógicas com baixo alcance. Variados podem ser os temas tratados na CAP, como projetos disciplinares, interdisciplinares ou transdisciplinares. Ainda, podem ser tratados assuntos como a carreira docente, as políticas educacionais locais e nacionais.

A CAP dá alternativas para solucionar o choque de horários, eliminar custos com transporte e deslocamento, otimizar tempo e construir propostas exequíveis para a realidade escolar. Ainda, possibilita o encontro de áreas de conhecimento correlatas e suas elaborações de planejamentos. A partir da pesquisa de campo, será considerada a possibilidade de sugerir via PAE, a implementação da CAP na EEME.

Gadotti (2011) reforça a importância da formação continuada e elenca as dificuldades enfrentadas pelos docentes na obtenção desta frente a uma sociedade que não acredita na formação do professor e sua qualificação em exercício. Para Gadotti (2011), “a formação do professor deve estar centrada na escola, sem ser unicamente escolar, sobre as práticas dos professores” (p. 43). A formação continuada do professor deve ser pautada na promoção do diálogo e na redefinição de seu papel e na função enquanto sujeito colaborativo e cooperativo. Em síntese, pode-se afirmar que possibilitar a formação continuada no espaço escolar promove melhorias significativas na educação ofertada no país.

Pode-se considerar que essas medidas oferecem resistência ao processo de “desescolarização”, conceituado por Peregrino (2010):

> [...] a ação combinada do esvaziamento e aligeiramento dos conteúdos escolares, da precarização dos espaços físicos escolares, das formas de trabalho que envolvem os processos de escolarização e, finalmente, da penetração maciça e do adensamento das políticas de gestão da pobreza e dos pobres que passam a frequentar a instituição (Peregrino, 2010, p. 99).

Ao analisar as desigualdades, nas trajetórias educacionais de jovens de classes populares no Brasil, a autora destaca como os fatores socioeconômicos, culturais e institucionais influenciam na escolarização deles. De acordo com ela, a presença da classe proletária na escola pública marca um momento de "massificação da educação", ampliando o acesso à escola, mas também atribuindo à instituição o papel de ocultar as desigualdades sociais, a pobreza e a exclusão, ao invés de combatê-las efetivamente.

A autora argumenta que, por meio do currículo escolar homogêneo, que privilegia conteúdos que são construídos, a partir de uma dimensão dominante, tende a reforçar as desigualdades. As ideias de meritocracia e de relações de poder, também, contribuem na ocultação e na naturalização das desigualdades. A escola, ao minimizar as desigualdades sociais, reforça a noção de que a educação é neutra e igual para todos. Esse currículo homogêneo acaba por invisibilizar as diferenças e perpetuar uma visão de mundo única, que não reflete a diversidade social. Nesse sentido, as funções escolares sofrem um forte impacto quanto à qualidade do ensino, configurando as imagens entre estudantes ideais (com capital cultural, modos, valores e aparato familiar, entre outras expectativas) e educandos reais, vindos de classes menos favorecidas que passam a ter seu tempo prolongado na escola. Esses educandos, provenientes da “massificação” educacional que não correspondem aos anseios da escola e sua gênese, promovem sua “desescolarização” de acordo com a análise de Peregrino (2010).

Nos desdobramentos da desescolarização, os espaços físicos da escola e das condições de trabalho são precarizados. Tanto a fragilização, a precarização e a "desescolarização" são agravados por fatores como: pela ausência de diálogo entre a escola e as famílias, pela falta de investimento em recursos humanos e físicos e, sobretudo, pela ausência de PPPs exequíveis, aptos a direcionarem as ações pedagógicas que contribuam para atenuar as desigualdades e promover a equidade. Ademais, os processos de "massificação e de descolonização" requerem da escola a efetivação de uma formação continuada para os docentes, capaz de habilitá-los a compreenderem as novas demandas pertinentes aos seus ofícios e atender às especificidades de sua nova clientela.

Charlot (2013), em sua obra, discute como os educadores devem estar atentos ao contexto dos educandos e às suas relações com o saber; destaca a importância em se promover uma educação que considere a diversidade dos sujeitos e as diferentes formas de viver e aprender; evoca uma reflexão crítica sobre as práticas pedagógicas e sugere que estas sejam inclusivas e capazes de despertar nos discentes o interesse pelo conhecimento e, ainda, recomenda que os discentes tenham um olhar mais atento às dimensões subjetivas e motivacionais da aprendizagem, preconizando uma educação que reconheça e valorize as singularidades dos educandos e as suas relações com o saber.

Tedesco e Fanfani (2002) analisam criticamente sobre as mudanças que incidem no papel dos educadores frente às novas demandas oriundas das transformações tecnológicas, políticas, sociais e o processo de globalização. As novas tecnologias, a globalização e as mudanças no mercado de trabalho, segundo os autores, requerem um repensar do papel da escola e dos docentes. Sendo assim, o professor precisa ser mais flexível, criativo e crítico em suas práticas pedagógicas. Além disso, os docentes precisam estar em processo de mudança e de atualização no conteúdo, atentos às novas metodologias e às estratégias pedagógicas.

Tardif, no texto *"Saberes docentes e formação profissional"*, ressalta que o saber prático precisa ser valorizado, pois é ele que permite o docente a lidar com as complexidades do cotidiano escolar. O saber prático e a formação continuada possibilitam aos professores as atualizações e as adaptações às novas demandas educacionais. O autor, ainda, crê que o conhecimento dos professores não é apenas o resultado do conhecimento teórico, mas também o resultado da experiência adquirida na prática. Sendo assim, propõe uma visão do saber docente que ultrapasse os limites da mera transmissão de conhecimentos acadêmicos (Tardif, 2002).

Com a criação da Lei nº 11.494/2007 (Brasil, 2007a), o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação

(Fundeb), em vigor, desde janeiro de 2007 até 31 de dezembro 2020, substituiu o Fundef (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério), que vigorou entre 1998 e 2006. O Fundeb é constituído por 27 fundos (26 estaduais e 1 do Distrito Federal) que distribui os recursos destinados à Educação Básica. O mote do Fundo é reduzir as desigualdades de recursos entre as redes de ensino.

O Fundo dá seguridade financeira aos municípios e aos estados para alastrarem seu número de matrículas. Dessa forma, os municípios são impelidos a se concentrarem na Educação Infantil e nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, e os estados, nos Anos Finais do Ensino Fundamental e do Ensino Médio. Ainda, direciona-os no cumprimento de suas responsabilidades com a educação.

De acordo com o Censo da Educação Básica de 2015 (Brasil, 2015, p. 9), o Fundo é a principal política de financiamento da educação básica:

> O FUNDEB é um fundo de natureza contábil formado por recursos provenientes de impostos e por transferências dos estados, Distrito Federal e municípios, destinados ao financiamento de ações de manutenção e de desenvolvimento da educação básica pública. Também é composto por uma parcela de recursos federais, para fins de complementação dos recursos dos Estados que não alcançarem o valor mínimo por aluno definido nacionalmente.

No artigo *"Novo FUNDEB: uma incursão sobre seus possíveis avanços"*, Fossatti (2023) escreve sobre os possíveis avanços na educação básica brasileira. A partir da aprovação do Novo Fundeb, em 25 de agosto de 2020, pelo Senado Federal, com 79 votos, favoráveis nos dois turnos de votação. O autor acentua que o Novo Fundeb "surgiu com o objetivo de proporcionar maior equidade na educação básica, dispondo de mais receitas para aqueles que mais necessitam" (Fossatti, 2023).

O Novo Fundeb é de caráter permanente e assegura que 70% dos recursos, sejam destinados ao pagamento dos profissionais da educação básica. O recurso, também, pode ser usado na remuneração de diretores, de orientadores pedagógicos e de funcionários, na formação continuada dos professores, no transporte escolar, na aquisição de equipamentos e de material didático, na construção e na manutenção das escolas.

Fossatti (2023) destaca que o Novo Fundeb representa um avanço em relação ao modelo anterior, ao incorporar critérios mais equitativos para a distribuição dos recursos e ao aumentar a participação da União no financiamento da educação básica. Essa ampliação, que será gradualmente elevada para 23% até 2026, visa fortalecer o financiamento de políticas

educacionais que valorizem os profissionais da educação e assegurem a continuidade de sua formação. O aumento do percentual de verbas destinadas à valorização dos professores, de 60% para 70%, evidencia um compromisso em garantir melhores condições de trabalho e de desenvolvimento profissional docente, especialmente, em áreas vulneráveis.

Além disso, o Novo Fundeb busca corrigir desigualdades históricas no financiamento educacional, ao destinar mais recursos para municípios de menor arrecadação. Essa redistribuição não apenas promove maior equidade entre redes de ensino, mas também viabiliza a implementação de formações continuadas, em contextos, em que as condições de ensino e de aprendizagem são mais desafiadoras. Conforme Fossatti (2023), ao vincular o financiamento à valorização dos profissionais da educação, o Fundeb reforça o papel estratégico da formação continuada para a melhoria da qualidade do ensino e para a redução das desigualdades educacionais no Brasil.

A formação continuada de docentes é uma continuidade da formação inicial. Sendo assim, a formação inicial é caracterizada pela formação que vislumbra a aquisição das capacidades necessárias para o exercício da docência por meio dos cursos de licenciatura. É nesse espaço formativo que os futuros docentes vão se familiarizando, com as futuras demandas da profissão, considerado como um tempo propedêutico ao exercício da docência e o manejo de classe de aula. A formação continuada é a formação de quem já se encontra atuando. Concentra todos os processos formativos, organizados e institucionalizados, já experimentados pelos docentes no exercício do ofício. Enquanto, de um lado, a formação inicial é o contato com a teoria e a construção técnica da profissão, de outro, a formação continuada é o lugar indispensável para que o docente revisite as teorias aprendidas e se instrumentalize, com novas teorias capazes de elucidar as demandas apresentadas no cotidiano. A formação inicial fornece aporte teórico e prático essencial e a formação continuada propicia complementações.

No esteio da proposta de valorização e do reconhecimento do labor docente, tramitou na Câmara dos Deputados o Projeto de Lei (PL), de nº 619/2007 (Brasil, 2007b) do Poder Executivo, que estabeleceu um piso salarial nacional de R$ 850,00 (oitocentos e cinquenta reais) para os professores do ensino público. O projeto incluiu todos os professores da educação básica (desde a Educação Infantil até o Ensino Médio), de todos os estados e os municípios da Federação. Uma vez aprovado, o PL se tornou a Lei do Piso Salarial Profissional Nacional para os Profissionais da Educação Pública Básica (PSPN), n° 738/2008 (Brasil, 2008a). Ela estabeleceu um valor a ser, obrigatoriamente, reajustado a cada ano e “abaixo do qual a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios não poderão fixar o vencimento inicial das carreiras do magistério público da educação básica, para a jornada de, no máximo, 40 (quarenta)

horas semanais" (Brasil, 2008a). A Lei preconizou a formação inicial e continuada dos profissionais em educação, a fim de promover educação pública gratuita e com qualidade. Além disso, ela reservou 1/3 da jornada de trabalho para a atividade extraclasse. Ela representou outro avanço, ao determinar a correção anual dos salários.

Essa lei hoje é um dos principais temas de discussões, por parte de governadores e prefeitos. De acordo com Teixeira e Nunes (2019, p. 195), a Lei do Piso "tem provocado embates entre poder público e entidades representativas do magistério devido à alegação de incapacidade financeira para o seu cumprimento". A disparidade salarial existente entre os docentes e outras formações superiores evidencia o não reconhecimento de uma profissão tão importante quanto as demais. "A valorização docente sempre foi questão determinante nas discussões relacionadas à qualidade do ensino brasileiro, visto que é à figura do/a professor/a, que na maioria das vezes, o fracasso e/ou o sucesso dos alunos é associado", afirmam Teixeira e Nunes (2019, p. 197). Lima e Ramos (2021) apresentaram um levantamento sobre piso salarial e remuneração docente entre 2008 e 2021, segundo o qual mais da metade dos 5.570 municípios brasileiros não estavam cumprindo o pagamento do piso.

Ainda em relação à valorização dos docentes, destaca-se a promulgação da Lei nº 13.005, de 25/06/2014 (Brasil, 2014), que instituiu o atual Plano Nacional de Educação (PNE), que tem vigência entre 2014 e 2024. Diferentemente dos planos anteriores, por disposição constitucional, ele tem duração de 10 anos, o que significa que ultrapassa governos. Além disso, tem vinculação de recursos para o seu financiamento, com prevalência sobre os Planos Plurianuais (PPAs). O objetivo do PNE é articular os esforços nacionais em colaboração, com o intuito de universalizar a oferta da etapa obrigatória (de 4 a 17 anos), aumentar o nível de escolaridade da população, melhorar a taxa de alfabetização, aprimorar a qualidade da Educação Básica e Superior, ampliar o acesso ao ensino técnico e superior, valorizar os profissionais da educação, reduzir as desigualdades sociais, democratizar a gestão e expandir os investimentos na área educacional.

A lei do PNE aborda questões gerais sobre o plano, como diretrizes, formas de monitoramento e de avaliação, a importância da colaboração entre as diferentes esferas governamentais, a participação da sociedade e os prazos para a elaboração ou adequação dos planos subnacionais e para a instituição do Sistema Nacional de Educação. O Quadro 5 apresenta as metas e os objetivos do PNE 2014-2024, que reforçam a importância da HE.

Quadro 5 – Objetivos e metas do PNE, 2014 a 2024

Metas	Objetivos
META 15	Garantir, em regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, no prazo de 1 (um) ano de vigência deste PNE, política nacional de formação dos profissionais da educação de que tratam os incisos I, II e III do caput do art. 61 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, assegurado que todos os professores e as professoras da educação básica possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura, na área de conhecimento em que atuam.
META 16	Formar, em nível de pós-graduação, 50% (cinquenta por cento) dos professores da educação básica, até o último ano de vigência deste PNE, e garantir a todos(as) os(as) profissionais da educação básica formação continuada, em sua área de atuação, considerando as necessidades, as demandas e as contextualizações dos sistemas de ensino.
META 17	Valorizar os(as) profissionais do magistério das redes públicas de educação básica, de forma a equiparar seu rendimento médio ao dos(as) demais profissionais, com escolaridade equivalente, até o final do sexto ano de vigência deste PNE.
META 18	Assegurar, no prazo de 2 (dois) anos, a existência de planos de carreira para os(as) profissionais da educação básica e superior pública, de todos os sistemas de ensino e, para o plano de carreira dos(as) profissionais da educação básica pública, tomar como referência o piso salarial nacional profissional, definido em lei federal, nos termos do inciso VIII do art. 206 da Constituição Federal.
META 19	Assegurar condições, no prazo de 2 (dois) anos, para a efetivação da gestão democrática da educação, associada a critérios técnicos de mérito e desempenho e à consulta pública à comunidade escolar, no âmbito das escolas públicas, prevendo recursos e apoio técnico da União para tanto.

Fonte: Elaborado pelo autor (2024), com base nos objetivos e metas do PNE de 2014 a 2024.

Ao analisar as metas 15, 16, 17 e 18 do PNE 2014-2024, Barbosa e Fernandes (2017, p. 27) apresentam uma série de questões como: “formação específica, formação em nível de pós-graduação, valorização profissional e plano de carreira”, sendo estes os elementos constitutivos do eixo central Valorização dos Profissionais da Educação: formação, remuneração, carreira e condições de trabalho. Passada quase uma década da formulação das metas do PNE, há muito a ser feito para o alcance de uma educação libertadora, qualitativa e gratuita da população brasileira.

Para atrair docentes voltados para a educação pública, alguns programas foram criados para a formação de professores. Por exemplo, no âmbito das licenciaturas, o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID) em 2007. No âmbito das pós-graduações, os Mestrados Profissionais em Educação (MPs) foram inaugurados em 1995, com o objetivo de refletir sobre a prática docente nos níveis Fundamental e Médio. Os MPs em Educação valorizam as práticas cotidianas dos docentes e promovem reflexões que aproximam

teoria e prática. Além disso, o MEC, por meio da Portaria nº 1.140/2013, implementou, em 2014, o Pacto Nacional pelo Fortalecimento do Ensino Médio (PNEM).

> Em síntese, o Pibid alcança a formação inicial de professores em todos os níveis de escolarização – da educação infantil ao ensino médio. Os MPs, nas áreas em que foram instituídos, oferecem formação continuada a professores de diferentes níveis da educação básica – do ensino fundamental ao médio. Por sua vez, o PNEM alcança o professor do ensino médio, portanto, dos últimos anos da educação básica (Barbosa; Fernandes, 2017, p. 29).

Conforme as autoras, o PNEM se inseriu no âmbito da educação continuada do docente "[...] por meio das práticas formativas, possibilitará as condições necessárias para refletir sobre as reais necessidades da escola e, à luz dos seus conhecimentos teóricos, poderá construir respostas para os problemas que se apresentam no decorrer do trabalho docente" (Barbosa; Fernandes, 2017, p. 35).

No artigo *"Carência de professores na educação básica: risco de apagão?"*, Bof, Caseiro e Mundim (2023) analisam dados sobre a falta de docentes com formação específica e apontam isso como um problema grave para a educação brasileira. O estudo mapeou, no território nacional, as carências de professores adequadamente habilitados, para atuar nas áreas de conhecimento dos currículos dos Anos Finais do Ensino Fundamental e do Ensino Médio. Observando a distribuição dos dados, ao longo do tempo,– de 2013 a 2022 – alertam para a iminência de um "apagão" desses profissionais.

O levantamento de dados apresentados pela Diretoria de Estudos Educacionais (Dired) e pelo Inep (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais), relativos ao ano de 2022 (Brasil, 2022 *apud* Bof; Caseiro; Mundim, 2023), mostra um percentual de profissionais, sem formação específica – licenciatura –, mas provenientes de cursos em áreas correlatas. Por exemplo: quando o professor de História leciona Geografia, por falta de quantitativo de aulas de História, suficientemente, para cumprir o Regime Básico. Há, ainda, o caso no qual bacharéis assumem a regência, com uma autorização emitida pela Secretaria de Educação.

Em Minas Gerais, existe uma lacuna no contingente de professores. Muitos dos que lecionam em sala de aula utilizam uma autorização provisória para isso, o Certificado de Avaliação de Títulos (CAT). Um estudante de graduação, seja de licenciatura ou de bacharelado, a partir do terceiro semestre de curso, pode solicitar o CAT, com validade de um ano. A título de diferenciação, o pagamento é feito com decréscimo de apenas cinco por cento do que se paga a um professor licenciado.

O CAT lança nas escolas muitos profissionais que pretendem seguir a carreira docente e muitos outros que fazem da profissão docente um trampolim. Por exemplo, isso ocorre nas áreas de Matemática e de Física em que engenheiros lecionam essas disciplinas e com a disciplina Língua Portuguesa que, em muitas escolas, é ministrada por profissionais do Direito e do Jornalismo. Outro exemplo é a disciplina de Artes, comumente ministrada por atores, cantores, designers, entre outros, e a disciplina de Ciências e Biologia que, também, abriga muitos profissionais dos cursos de enfermagem.

Bof, Caseiro e Mundim (2023) aferiram a quantidade de professores, em atuação sem formação adequada, a partir dos dados do Censo Escolar da Educação Básica (2022): 38% de professores da Educação Infantil, 26,2% do Ensino Fundamental dos Anos Iniciais, 40,01% Ensino Fundamental Anos Finais e 32,4% no Ensino Médio. A Tabela 13 demonstra a falta de docentes qualificados em áreas específicas no Brasil.

A Tabela 13 revela que há uma desigualdade na formação dos professores atuantes na rede mineira. Os componentes curriculares de Língua Estrangeira e de Sociologia são as áreas mais críticas em termos de falta de formação adequada. A Educação Física e Biologia apresentam índices menores. Fatores como a falta de atratividade nos planos de carreira dos docentes, assim como o real investimento em formação inicial adequada e fomento de formação continuada contribuem para que os processos de ensino aprendizagem não sejam consolidados. Acerca da formação docente no Brasil, Gatti (2017, p. 731) conclui: “não há como pensar a formação de professores para a educação básica sem levar em conta um cenário de qualificação para a educação nas escolas, refletindo e tendo no horizonte os propósitos para a educação básica”.

Tabela 13 – Percentual de docências de professores sem formação adequada, nos anos finais do Ensino Fundamental e no Ensino Médio, por componente curricular (MG – 2022)

Formação	Porcentagem (%)
Língua Portuguesa	25,3
Língua Estrangeira	50,5
Artes	40,2
Educação Física	9,0
Matemática	17,6
História	14,8
Geografia	16,7
Ciências	16,9
Biologia	10,4
Física	25,2
Química	14,9
Sociologia	48,8
Filosofia	27,5

Fonte: Adaptado de Bof, Caseiro e Mundim (2023) do Censo da Educação Básica de 2022.

A formação do professor tem repercussão, inclusive, na gestão escolar, uma vez que "gestores escolares são formados inicialmente como professores e, em seu trabalho, o domínio dos conhecimentos sobre a função de ensinar do educando é essencial" (Gatti, 2017, p. 734). O artigo *"Viragem paradigmática: notas sobre o período extraclasse"*, das autoras Clarissa Moura Quintanilha e Juliana Godói de Miranda Perez Alvarenga, trata, especificamente, sobre o uso das AEC na formação de docentes no Brasil. As autoras observam que o tempo utilizado na preparação das atividades, correção de trabalhos e planejamento de aulas não eram contabilizados, como partes integrantes da função do docente.

> Os atos de Planejar, de Estudar e de Avaliar sempre compuseram a prática docente, entretanto, o momento efetivo para execução da tarefa era renegado, e não contabilizado como tempo de trabalho. [...] quando um docente está na escola, todos os seus tempos de trabalho são contatos dentro de sala de aula, em efetivo trabalho com os discentes. O trabalho é contabilizado ao estar em atuação direta com o estudante (Alvarenga; Quintanilha, 2018, p. 196).

Nesse sentido, o papel de uma gestão democrática e da existência de um gestor que atente para todas as atribuições inerentes a sua função faz toda diferença. Cabe ao gestor garantir a realização das AEC e, ainda, propiciar a formação continuada, dentro e fora da escola. Desde a orientação às AEC individualizadas, o aceite ou não de cursos de formação e a

elaboração das pautas dos encontros coletivos e sua realização, tudo isso deve ocupar em uma gestão educacional o mesmo valor e relevância que os assuntos administrativos.

Atualmente, as EEBs devem apoiar o preparo e a elaboração de pautas, juntamente com a equipe gestora e, ainda, propor temas ou ações voltadas para a formação dos docentes e melhorias nos processos educativos. Aos docentes, cabe o levantamento de dificuldades, como problemas com a disciplina, a frequência, a aprendizagem e ao rendimento. A partir daí, vislumbrar possíveis soluções. Na prática, na EEME, não é percebida a presença e as ações desses sujeitos. Nesse sentido, as reuniões ocorridas são voltadas para a apresentação de temas e situações burocráticas, conforme descrito no capítulo 2, e é evidenciado no Apêndice A deste trabalho.

Em relação à Lei do Piso Salarial Profissional Nacional (PSPN), destacada anteriormente, cabe salientar que ela não se refere apenas à valorização financeira dos docentes, embora, uma gama de estudos comprovou que a categoria obteve perdas significativas, ao longo dos anos. As perdas são, principalmente, de ordem financeira e profissional: baixos salários e a falta de incentivo, de reconhecimento e de plano de carreira. De acordo com Alvarenga e Quintanilha (2018), é preciso:

> Reavivar o prestígio e visibilidade social da profissão que ela esteja amparada pelas questões que mobilizam a profissão docente e os façam indagar a complexidade do trabalho, e as demandas correspondentes da sociedade. Por essa razão, é de crucial importância compreender as políticas de consolidação formação de professores e sua efetiva mobilização nos espaços escolares (Alvarenga; Quintanilha, 2018, p. 204).

Compreender a formação continuada do docente em seus espaços escolares e nas relações de trocas com seus pares é um fator determinante para esta pesquisa. É preciso levar em conta que a dimensão da formação do docente está atrelada às demandas trazidas pela Lei do PSPN. Uma delas é a formação inicial dos docentes que se estende na formação continuada, em seu local de trabalho com seus pares. Em continuidade, a seção seguinte abordará a gestão escolar e sua relevância para oferta, acompanhamento e instauração das AEC. Os autores mobilizados detalham como o gestor pode gerir com eficácia, ao mesmo tempo, as instalações físicas, as dimensões administrativas, as demandas ordinárias e zelar pela dimensão pedagógica.

3.1.2 Gestão escolar

O termo gestão escolar refere-se a um conjunto de práticas voltadas para o bom direcionamento de uma escola. Conforme Lück (2009):

> A gestão escolar constitui uma das áreas de atuação profissional na educação destinada a realizar o planejamento, a organização, a liderança, a orientação, a mediação, a coordenação, o monitoramento e a avaliação dos processos necessários à efetividade das ações educacionais orientadas para a promoção da aprendizagem e formação dos alunos (Lück, 2009, p. 23).

Outros autores abordados nesta dissertação, além de Lück (2009) – Libâneo (2007) e Paro (2008) – defendem a gestão escolar democrática. A participação dos outros atores envolvidos na dimensão escolar e a proatividade dos gestores são, de acordo com esses teóricos, fatores basilares para que a escola construa um espaço de gestão escolar democrática. Nesse sentido, o papel do diretor escolar se altera, este deixa de ser apenas o administrador para se tornar o líder democrático, que busca integrar a comunidade escolar; o conciliador das diversas opiniões e anseios desse grupo. Para tanto, o gestor escolar necessita, simultaneamente, gerir as dimensões pedagógicas, administrativas e pessoais, não sendo possível focar em apenas uma dessas dimensões.

Lück (2006), no texto *"Gestão educacional: uma questão paradigmática"*, sintetiza gestão escolar em dois modelos de atuação tradicional e democrática. A gestão tradicional é pautada em uma dimensão hierárquica do poder em que o gestor recorre à autoridade para deter o controle sobre docentes, discentes e corpo administrativo. As decisões tomadas são centralizadas e a disciplina é o fator mais preponderante. Não há participação de nenhuma instância nas tomadas de decisões de ordem pedagógica ou administrativa. Contrariamente ao paradigma tradicional, a gestão democrática dispõe dos princípios da descentralização, da participação e da valorização da autonomia da escola e de sua comunidade.

De acordo com Lück (2009, p. 32), "o planejamento envolve, antes de tudo, uma visão global e abrangente sobre a natureza da Educação, da gestão escolar e de suas possibilidades de ação". O planejamento deve atuar como mapa que orienta bem o trabalho e não um material obsoleto.

> [...] o planejamento envolve a previsão, provisão, organização, ordenação, articulação, sistematização de esforço e de recursos voltados para promover a realização de objetivos. Pelo planejamento delineia-se o sentido, os rumos, a

> abrangência, as perspectivas e as especificidades das ações necessárias para o alcance dos resultados pretendidos (Lück, 2009, p. 34).

Libâneo (2007) concebe a gestão democrática e participativa como aquela em que a comunidade escolar (discentes, genitores, docentes e servidores) seja incluída e tenha voz nas decisões da escola. Nesse sentido, a gestão da escola deve ser pautada no diálogo e na produção conjunta de projetos e tomadas de decisões. Ademais, sublinha a relevância da formação continuada dos docentes, assim como sua contribuição direta na construção de um espaço escolar acolhedor. A gestão democrática possibilita um arsenal de proveitos, que vão, desde o fortalecimento da comunidade escolar até a criação de habilidades sociais e cidadãs nos educandos. Além disso, cria um ambiente de aprendizado inclusivo, transparente e de qualidade.

Paro (2007) preconiza pela combinação entre educação, política e administração. Segundo o autor, o enlace entre essas três instâncias permite a concretização da boa atuação do gestor escolar. O gestor precisa ser capaz de gerir os recursos e articular as equipes estabelecendo metas e estratégias para o alcance dos objetivos educacionais. Diante disso, é fundamental que o diretor esteja atualizado e se mantenha em constante formação, para acompanhar as mudanças e desafios da educação, bem como as políticas e diretrizes que norteiam a prática educativa.

Paro (2008) argumenta que a estrutura escolar desempenha um papel salutar na maneira de como a educação é concebida e praticada. Faz uma crítica ao destaque excessivo na burocracia e na hierarquia de poder dentro das escolas. Afirma que isso pode limitar a participação dos discentes e dos docentes nas tomadas de decisões. Ainda, preconiza por uma abordagem democrática para a educação, na qual os alunos e professores participem na gestão da escola.

Paro (2009)[11] discorre acerca do processo de eleição para diretores escolares nas escolas brasileiras, percebendo nesses processos, a democratização e a participação dos atores escolares. A eleição de diretores escolares, segundo Paro, não deve ser um mero processo de indicação política, mas sim um processo baseado em critérios de competência técnica e pedagógica. Além disso, o diretor deve ser capaz de estabelecer diálogo e de construir consensos. A eleição de diretores representa um avanço no sentido de democratizar a gestão escolar e fortalecer a educação pública no país por meio da interação e da participação.

---

[11] Texto *"Elección de directores escolares en Brasil: un instrumento democrático"* (Eleição de diretores escolares no Brasil: um instrumento democrático, em tradução livre).

Vieira, Vidal e Nogueira (2020), na obra *"Gestão escolar no Brasil"*, abordam a importância do planejamento escolar. A obra apresenta informações e aprofunda reflexões estratégicas sobre os desafios enfrentados na promoção de uma gestão escolar voltada para a aprendizagem dos educandos na educação básica. Elas destacam que a gestão estratégica prevê planejamentos de curto e longo prazo. Pelo planejamento estratégico a longo prazo, a gestão pode alinhar as necessidades dos alunos aos objetivos educacionais da escola.

Os planejamentos de longo prazo são, por exemplo: a elaboração do PPP; elaboração e acompanhamento do Plano de Desenvolvimento Educacional (PDE), uma ferramenta capaz de auxiliar a gestão a traçar metas e caminhos para a obtenção de melhor resultado, por meio de reuniões e da elaboração de projetos educacionais, e a programação orçamentária de médio e longo prazo. Por sua vez, os planejamentos de curto prazo são, por exemplo: planejamento anual escolar, pelo que define metas, ações e organização de recursos, plano de ação anual que é o que em geral, apresenta providências que serão desenvolvidas no prazo de um ano, como o cronograma de ações e orçamentos para alcançar as metas estabelecidas, e a programação de formação continuada de professores.

As autoras, assim como Lück (2009), defendem que a gestão escolar deve estar centrada na aprendizagem dos alunos. Isso envolve criar um ambiente propício em termos de organização, de infraestrutura e de clima escolar para o desenvolvimento de saberes, de competências e de habilidades.

A próxima subseção abordará a gestão pedagógica e sua correlação com as AEC. O tempo de preparação e de formação são elementos fundamentais a serem tangenciados.

3.1.3 Gestão pedagógica

A gestão pedagógica é a parte integrante da gestão escolar em que são desenvolvidas as AEC. Concentra-se nas competências e nas habilidades de que os gestores das escolas dispõem para promover um ensino qualitativo. Segundo Buss (2008, p. 23), "Gestão pedagógica: é a ação mais importante, institui objetivos para o ensino-aprendizagem, propõe metas para a concretização das propostas pedagógicas e sua avaliação". Lück (2009, p. 96) conceitua "Gestão Pedagógica como organização, coordenação, liderança e avaliação de todos os processos e ações diretamente voltados para a promoção da aprendizagem dos alunos e sua formação". Isso se dá por meio da coordenação, da aplicação de recursos e da elaboração do currículo.

Por meio da coordenação, da organização de recursos, da concepção e da elaboração do currículo, a atuação da gestão escolar se revela por meio da gestão pedagógica. Ao utilizar diversos métodos de ensino, a gestão pedagógica reforça o seu compromisso com uma educação eficiente. A realização de avaliações internas participação nas avaliações externas e a apropriação dos resultados contribuem para o planejamento de curto e longo prazo. No entanto, é na dimensão da formação continuada dos docentes e nas suas condições de comunicabilidade que o gestor consegue compreender as demandas específicas do corpo discente.

Lück (2009) refere-se à gestão pedagógica como um conjunto de ações e de práticas voltadas para a organização e para orientação do trabalho escolar. Ainda, promove o desenvolvimento integral dos educandos, garantindo a qualidade do ensino e favorecendo a aprendizagem. Alerta sobre a importância de uma gestão participativa, que projete a autonomia e o trabalho coletivo, proporcionando, assim, uma educação de qualidade.

De acordo com Libâneo (2007), a gestão pedagógica é compreendida como o conjunto de práticas e de ações desenvolvidas pelo gestor escolar, com o intuito de promover a melhoria da qualidade do ensino e da aprendizagem. Ademais, a gestão escolar concentra-se na formação integral dos educandos, levando em consideração diversos aspectos educativos, ou seja, as dimensões cognitivas, emocionais e socioculturais.

A gestão pedagógica, segundo o autor, busca, ainda, articular as múltiplas ações do trabalho educativo (supervisão, administração, orientação e coordenação pedagógica). Requer existência de uma gestão democrática, que promova a participação de todos no processo educativo. Nesse sentido, a participação pode fortalecer vínculos e promover uma cultura de colaboração e responsabilidade compartilhada. Além disso, destaca a importância do trabalho coletivo e colaborativo dos educadores.

Vieira, Vidal e Nogueira (2020) analisam diversos aspectos relacionados à administração da escola, com foco na dimensão pedagógica. Para as autoras, a gestão pedagógica envolve a definição e a implementação da proposta pedagógica da escola. Isso inclui o currículo, os objetivos educacionais, os métodos de ensino e a avaliação. Ainda, os gestores devem garantir que a proposta pedagógica esteja alinhada com as necessidades dos estudantes e com as diretrizes educacionais. A gestão pedagógica, também, abrange o acompanhamento individual dos estudantes que pode ser compreendida por meio da avaliação dos estudantes. Conforme mencionado anteriormente, as AEC podem contribuir diretamente no entendimento e no enfrentamento das dificuldades específicas dos educandos.

A avaliação dos estudantes é fundamental para entender seu desempenho e adaptar estratégias de ensino capazes de dirimir os retrocessos e conteúdo não solidificado. A avaliação

deve ser contínua e formativa. A coordenação pedagógica é incumbida por orientar os professores, promover práticas eficazes e propiciar a qualidade do ensino. Já a formação continuada é primordial para atualizar conhecimentos, desenvolver habilidades e aprimorar a prática docente. As autoras recomendam que o espaço físico da escola seja o local propício para formação dos docentes com os pares.

A gestão pedagógica desempenha um papel salutar na promoção e no acompanhamento das AEC e na formação continuada de docentes. A efetivação das AEC, assim como a formação continuada de docentes em seus locais de trabalho só são possíveis com o olhar de uma gestão pedagógica democrática. A gestão pedagógica democrática inclui participação ativa e busca de soluções na coletividade. Impedimentos como recursos materiais, gestão do tempo e elaboração de projetos são ações que corroboram a melhoria educacional. As AEC são o aporte fundamental para desenvolver ações que permitam dirimir os problemas cotidianos escolares, além de subsidiar o docente na oferta de uma aula qualitativa.

3.2 METODOLOGIA E INSTRUMENTOS DE PESQUISA

Esta pesquisa é de ordem qualitativa, com a escolha do método de estudo de caso (EC). Neste estudo, enfatizou-se a relevância de que a formação continuada seja conduzida pela própria escola, refletindo suas realidades, desafios, potencialidades e particularidades. Parte-se da hipótese de que as reuniões pedagógicas contidas na HTPC, foco desta pesquisa, seja o momento apropriado para a realização dessa formação. A pesquisa qualitativa possibilita uma análise aprofundada dos fenômenos examinados, investigando as percepções, vivências e emoções dos participantes (Yin, 2015).

Na primeira etapa deste estudo, foi feita uma pesquisa documental, que se deu em dois momentos: um primeiro, levantou-se os dados referentes às AEC contidas nas legislações, decretos, documentos orientadores e ofícios no âmbito estadual das Minas Gerais. No segundo, fez-se o levantamento de dados com base nos documentos da própria escola investigada. Analisou-se o PPP, as atas de registros das reuniões AEC, atas de ocorrências, planilhas de conselho de classe, planilha de quadro de servidores, dados referentes à participação de pais e de responsáveis nas reuniões para a entrega de resultados, informes no grupo de professores pelo aplicativo WhatsApp, quantitativo de turmas e de alunos, por turno, calendário escolar, livros de ponto, entre outros.

Para a pesquisa de campo, optou-se por realizar entrevistas estruturadas com a direção, e três EEBs. A proposta de utilização de entrevistas estruturadas foi feita considerando alguns

de seus benefícios, conforme realçados por André (2011): a padronização e a objetividade das perguntas; o controle e o foco do entrevistador no momento de aplicação do instrumento e a redução de vieses que podem surgir devido à interpretação subjetiva das respostas, por meio de comparação, uma vez que as perguntas são feitas exatamente da mesma maneira para todos os participantes.

As questões dirigidas à diretora foram definidas com o intuito de conhecer a perspectiva dela acerca das AEC; como ela percebe a oferta, o cumprimento, os impasses e os avanços dessas atividades na escola. Para preservar a identidade da servidora, usou-se o seguinte pseudônimo: Branca. Com as três EEBs, que laboram no turno matutino, as perguntas são voltadas para: o acompanhamento das AEC, realizadas por elas junto aos docentes, a atividade de elaboração de pautas das reuniões e suas participações nelas. Para este grupo foram usados os codinomes Lilás, Rosa e Violeta. Os instrumentos propostos para esta pesquisa se encontram nos Apêndices B, C e D deste trabalho.

O protocolo para realização das entrevistas seguiu os seguintes passos: envio de convite para as entrevistadas, gravação da entrevista e transcrição das respostas obtidas. As entrevistas tiveram entre 30 e 60 minutos de duração. As entrevistas foram realizadas dentro do período de um mês. Para a análise, os dados foram agrupados em três categorias, três tópicos centrais identificados para a construção dos instrumentos de pesquisa. O primeiro agrupamento é centrado no entendimento das AEC e na formação continuada de docentes e sua proposição em serviço para os docentes. O segundo retrata a participação e o acompanhamento das AEC na escola. O terceiro é referente às dificuldades para organizar e acompanhar as AEC, bem como sugestões de melhorias na EEME, para que as AEC sejam realizadas. Registro, Análise e Discussão dos Resultados da Pesquisa.

Para registrar e analisar a compreensão das entrevistadas, acerca da formação continuada dos docentes na instância das AEC, elaborou-se um grupo 13 de questões, apresentadas nos Apêndices C e D desta pesquisa. As questões contidas no Apêndice C referem-se ao aprofundamento das concepções, dos entendimentos e das percepções da gestora da EEME, sobre sua identidade, sua formação, sua elaboração e seu conhecimento sobre a temática pesquisada. As questões do Apêndice D concernem sobre o entendimento e percepções das EEBs no que tange a suas identidades, trajetória profissional e participação na elaboração das AEC na EEME. As percepções e impressões das entrevistadas foram transcritas e analisadas por três categorias de análise, posteriormente, reunidas em três eixos, sendo eles: o primeiro, entendimento acerca das AEC e a formação continuada em serviço aos docentes; o segundo, elaboração, participação e acompanhamento das AEC na EEME e o terceiro eixo, apontamentos

sobre as dificuldades em acompanhar e promover as AEC. Para a entrevistada Branca (entrevista concedida em 30/10/2024), o terceiro eixo, além das dificuldades encontradas na organização e na execução das AEC, fez-se um entendimento sobre o planejamento estratégico de curto prazo e sua importante contribuição na efetivação da formação continuada, por meio das AEC. As respostas das entrevistadas sofreram somente correções ortográficas, mantendo, assim, integralmente, a opinião, a percepção e o entendimento das servidoras no que se refere às AEC e a formação continuada de docentes em serviço, promovida no próprio local de trabalho.

3.2.1 Entrevista com a gestora da EEME e suas percepções acerca das atividades extraclasse e formação continuada

Nesta subseção, apresenta-se a análise da entrevista concedida com Branca, gestora da EEME. A entrevista foi realizada em (30/10/2024), nas dependências da escola, com duração de 60 minutos. Utilizaram-se as questões contidas no Apêndice C e seguiu-se a estrutura de análise proposta da seguinte maneira: uma apresentação da entrevistada e três eixos teóricos contemplados no agrupamento das questões. O primeiro eixo diz respeito ao entendimento das AEC e a formação continuada de docentes e sua proposição em serviço. O segundo retrata a participação e o acompanhamento das AEC na escola. O terceiro é referente às dificuldades para organizar e acompanhar as AEC, bem como sugestões de melhorias na EEME, para que as AEC sejam realizadas.

Branca, 49 anos, é graduada em Pedagogia (1999) pela Universidade Estadual de Minas Gerais (UEMG) e pós-graduada em Psicopedagogia pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), em 2012. Ingressou na rede estadual de ensino de Minas Gerais no ano de 2000 e atua na EEME, desde 2003. Na instituição, atuou como EEB até o ano de 2007. De 2008 a 2022, laborou como vice-diretora na instituição.

Em 2023, a diretora que encabeçava a chapa, aposentou-se. Com a vacância do cargo, Branca assumiu a direção da escola. Paro (2009) discute a importância da escolha dos diretores pela comunidade, o que destaca a legitimidade do papel de Branca e sua conexão com a comunidade escolar.

> A eleição do diretor escolar pela comunidade e pelos professores não é apenas uma questão de direito democrático, mas também uma estratégia eficaz para fortalecer a gestão escolar e promover a participação ativa de todos os envolvidos no processo educativo (Paro, 2009, p. 94).

Em relação ao processo de formação continuada em serviço, a gestora registra que participou de várias atividades e de treinamentos ofertados pela SEE e por entidades parceiras como: o Instituto Unibanco Itaú e a FGV. Além disso, considera que a formação continuada é essencial para a troca de experiências. Nesse sentido, a percepção de Branca é lastreada por teóricos como Wengzynski e Tozetto (2012) ao dissertarem acerca da contribuição da formação continuada no progresso profissional dos docentes.

> A formação continuada contribui de forma significativa para o desenvolvimento do conhecimento profissional do professor, cujo objetivo entre outros, é facilitar as capacidades reflexivas sobre a própria prática docente, elevando-a a uma consciência coletiva. A partir dessa perspectiva, a formação continuada conquista espaço privilegiado por permitir a aproximação entre os processos de mudança que se deseja fomentar no contexto da escola e a reflexão intencional sobre as consequências dessas mudanças (Wengzynski; Tozetto, 2012, p. 4).

A entrevistada reforça a ideia de que esta favorece a análise das demandas cotidianas no cenário escolar. Ainda, percebe que as AEC *"são momentos bons de troca de experiências, de análise das atividades e das demandas constantes, de ouvir e de fazer a correção das atividades"* (Branca, entrevista concedida em 30/10/2024). Esse aspecto elencado pela gestora, encontra respaldo nas ideias de alguns teóricos apresentados neste estudo.

Arroyo (2015) argumenta que a formulação das diretrizes, das políticas, dos currículos e de formação deve partir das experiências e da condição docente. Barbosa e Fernandes (2017) alegam ser as práticas formativas, possibilidades e condições necessárias para a reflexão acerca das necessidades da escola. Imbernón (2009) defende que os professores precisam ter uma formação permanente que melhore o aprendizado e a própria ação docente. Delors (2003) sustenta que a formação continuada propicia, ao docente, condições para o aprimoramento e o aperfeiçoamento de práticas educativas. Gadotti (2011) incentiva a promoção do diálogo, como condição de redefinição do papel e da função docente enquanto sujeito colaborativo e cooperativo.

Segundo essa gestora, as reuniões de AEC oportunizam a interação e a correção de rota. *"É um momento de ouvir e de trocar experiências, promover a interação entre o grupo, apresentar atividades que os outros trabalharam e que a gente pode rever, refazer e adaptar"* (Branca, entrevista concedida em 30/10/2024). O relato da diretora corresponde com a pesquisa de Corrêa (2021), que aponta a formação continuada em lócus como espaço propício para a análise e para a compreensão das demandas cotidianas escolares. "A troca coletiva no ambiente

de trabalho tem se mostrado muito mais produtiva do que palestras esporádicas, totalmente desvinculadas das necessidades formativas do professorado" (Corrêa, 2021, p. 170).

A entrevistada descreve que sua participação na promoção das AEC na EEME abarca as seguintes demandas: *"orientação da equipe pedagógica, repasse de informações administrativas e ouvir a equipe para que nós tenhamos um ambiente bem prazeroso para trabalhar e consigamos atingir nossos objetivos, que é a aprendizagem dos alunos"* (Branca, entrevista concedida em 30 de out. de 2024). As atribuições na condução das AEC na EEME estão amparadas nos documentos orientadores e normativos trabalhados no capítulo 2, Ofício Circular GS nº 2.663/2016 (Minas Gerais, 2016), documento Reuniões Pedagógicas Atividades Extraclasse (Minas Gerais, 2022a), documento Diretrizes para a Organização e Realização de Reuniões Pedagógicas (Minas Gerais, 2023) e a Resolução SEE nº 4.968, de 23/02/2024 (Minas Gerais, 2024a).

O cuidado demonstrado em melhorar o índice de aprendizagem dos educandos reitera as palavras de Gatti (2017). De acordo com a autora, primeiro os gestores são formados como docentes, e a função de ensinar é central no domínio de suas responsabilidades. Além disso, retoma as inferências de Garcia (2011), ao destacar que o tempo destinado às AECs deve priorizar a melhoria do aprendizado dos discentes. E que o bom uso do tempo, destinado às AEC, priorize a análise dos índices educacionais da escola. A partir dela, devem ser promovidas atividades e ações que combatam as distorções de aprendizagem, juntamente com os docentes.

Além da promoção na formação docente, da escuta e dos repasses de informes, Branca precisa se atentar para as demandas surgidas com as complexidades, provocadas pelas transformações tecnológicas, discutidas por Gatti (2017), ao destacar a necessidade de possibilitar uma formação crítica ao docente e de Gadotti (2011), que registra as dificuldades enfrentadas pelos docentes na obtenção de qualificação em exercício.

A condição basilar capaz de promover a formação continuada na própria escola reside na garantia de espaço, ou seja, no tempo reservado para a promoção e debate do que pode ser feito coletivamente visando a melhoria não só de aprendizagem, mas, também das relações entre escola e discentes. Esse espaço pode ser inaugurado com a oferta de encontros entre os pares e a proposição de estudos e a elaboração de projetos, juntamente com as EEBs e a direção. Nesse sentido, destaca-se aqui a efetivação da CAP apresentada no capítulo 2, sob os estudos de Chediak *et al.* (2018). De acordo com os autores, a CAP, além de promover melhoras nos resultados de aprendizagem dos discentes, possibilita a prática de uma gestão compartilhada. Cabe, ainda, pensar o papel e destaque da formação continuada e das horas extraclasse no crescimento pessoal e profissional do docente.

> Para tanto, a formação continuada constitui oportunidade de crescimento profissional, e o Horário Extraclasse, apesar de também ser destinado às atividades de formação continuada de docentes, muitas vezes, não é aproveitado com qualidade ou com questões relevantes à experiência do professor (Oliveira, 2021, p. 61).

Branca aponta diversas dificuldades na organização e na promoção das reuniões de AEC na EEME, destacando como principal obstáculo a presença intermitente dos professores. Além disso, menciona a sobreposição de atividades nos mesmos dias e horários, tanto na rede estadual quanto na municipal, como uma barreira significativa para a implementação das AEC e a promoção da formação continuada para todos os profissionais. As dificuldades e os desafios identificados por ela na efetivação e na promoção das AEC refletem as mesmas percepções apontadas por Silva (2020).

Tal prática pode empobrecer as discussões na escola, uma vez que o professor fica dividido, pois cada escola tem suas especificidades e particularidades a serem debatidas. Além disso, a falta de professores nas reuniões pode dificultar o trabalho em equipe, haja vista que a participação de todos é de suma importância no trabalho coletivo e interdisciplinar. Nesse sentido, quando o professor precisa dividir sua presença, alternando a participação nas escolas em que leciona, ele tem dificuldade de acompanhar os projetos e intervenções planejadas, enfraquecendo, assim, a equipe de trabalho (Silva, 2020, p. 42-43).

A diretora sugere que haja um trabalho mais integrado entre as redes de ensino, visando facilitar a participação dos professores nas AEC e garantir a integralidade das propostas formativas e reflexivas. Ademais, elenca alguns motivos que justificam as ausências dos docentes nas reuniões. Por exemplo, reforça os compromissos em outras redes educacionais ou em escolas da própria rede estadual.

A entrevistada detalha a sua função e quais são as atribuições desenvolvidas na organização e na promoção das AEC e a formação continuada na EEME. As atividades discorrem desde a organização dos turnos e dos bimestres, elaboração de projetos de leitura e análise de documentos, de orientações e de leis advindas da SEE e Metropolitana C, bem como promoção e incentivo de troca de experiência entre gestão, EEBs e docentes.

As funções atribuídas e descritas pela entrevistada compõem o arcabouço inerente ao cargo de gestão, apresentado e trabalhado no texto com os escritos de Lück (2006, 2009), Libâneo (2007) e Paro (2008), que dissertam sobre a dimensão da gestão escolar e pedagógica, instâncias que devem integrar as qualidades de uma boa gestão. Além disso, ratifica as percepções de Silva (2018), ao registrar a maneira como os gestores têm coordenado os

encontros coletivos. Almeida (2016) ressalta que, na promoção das AEC, deve-se ocupar a primazia do aspecto pedagógico em detrimento das dimensões administrativas.

Ciente da importância na promoção das AEC e da formação continuada em serviço, como aporte salutar na proposição de uma escola eficaz, esclarece que muitas barreiras e obstáculos precisam ser transpostos no cotidiano escolar. A entrevistada desataca que há uma insuficiência no quadro de pessoal em sua unidade escolar. Segundo sua percepção e experiência, para garantir um funcionamento ideal da unidade educacional, faz-se necessário um número maior de servidores que os disponibilizados.

> *Faz-se necessário um aumento de recursos humanos para contemplar e acompanhar as demandas dos professores e das demais ações pertinentes ao cargo no cotidiano escolar. A gente precisa ofertar um trabalho de qualidade e o especialista é uma pessoa que possui multitarefas. Nós precisamos de ter mais pessoas, bem como professores eventuais, até mesmo para o EM, porque, infelizmente, temos professores com muitas faltas, licenças para tratamento de saúde, folgas de TRE e afins. Então, temos dias que temos muitos professores ausentes das salas de aula* (Branca, entrevista concedida em 30/10/2024).

Peregrino (2010), ao refletir sobre o processo de "desescolarização", destaca que um dos desdobramentos negativos desse fenômeno é a precarização do trabalho docente, o que impacta diretamente na organização diária da escola. Silva (2020) apresenta o mesmo problema relacionado à ausência de docentes, evidenciando como essa questão se torna um obstáculo ou fator dificultador para o acompanhamento e a promoção das AECs no cotidiano escolar.

Aqui ressaltamos que o absenteísmo de professores é uma situação que causa grandes transtornos no espaço escolar e requer um olhar mais cuidadoso, porém não podemos retirar o professor do seu tempo extraclasse, destinado ao planejamento, para sanar tal dificuldade na escola (Silva, 2020, p. 37).

A diretora reforça o papel de multitarefas destinado às EEBs e levanta a necessidade de mais recursos humanos para garantir uma educação de qualidade. Ainda, ressalta que o acúmulo de atribuições destinadas às EEBs, diariamente, impede o acompanhamento das AEC, desenvolvidas pelos docentes na EEME. Segundo sua análise, é preciso haver a contratação ou a disponibilidade de professores eventuais, até mesmo para o Ensino Médio.

O fato da insuficiência de profissionais no cotidiano escolar, observado pela entrevistada, é respaldado por Ball, Maguire e Braun (2016), ao dizerem que a elaboração das políticas educacionais deva considerar previamente os contextos locais. "O contexto é um fator mediador no trabalho de atuação de políticas feito nas escolas - e é único para cada escola; apesar da semelhança que eles podem inicialmente parecer ter" (Ball; Maguire; Braun, 2016,

p. 63). Nesse sentido, o contexto mencionado pelos teóricos inclui as dificuldades recorrentes na prática laboral de Branca na escola e seus impedimentos em organizar e promover as AEC e formação continuada em serviço. Segundo os autores, cabe ao diretor escolar o papel de intérprete das políticas educacionais formuladas por outros que desconhecem o contexto da escola e as trajetórias dos docentes e dos discentes que a compõem.

A filtragem e a focalização seletiva feitas por diretores e suas equipes de liderança seniores são aspectos cruciais da interpretação da política – "explicar a política aos colegas, decidir e, em seguida, anunciar o que deve ser feito, o que pode ser feito e o que não pode" (Ball; Maguire; Braun, 2016, p. 76).

No que se refere ao planejamento estratégico de curto prazo, Branca esclarece que realiza anualmente as necessidades da escola e, a partir destas, busca apresentar estratégias que consigam sanar as demandas e a defasagem. Um dos pontos que precisa ser melhorado, segundo ela, é os índices de desenvolvimento educacional. Para promover essa melhoria, acredita ser necessário analisar com afinco a comunidade local e em ação conjunta estabelecer metas para alcançar melhores índices.

A ação da gestora, em relação ao planejamento estratégico de curto prazo, é coerente com as abordagens de gestão democrática e planejamento estratégico discutidas por Lück (2000, 2006, 2009), Libâneo (2007), Paro (2008, 2009) e Vieira, Vidal e Nogueira (2020). Branca destaca a importância em se ter um planejamento estratégico de curto prazo que considere as demandas internas e externas da escola. O destaque da entrevistada reafirma os estudos de Lück (2000, p. 3), ao definir que o "planejamento estratégico é um esforço disciplinado e consistente, destinado a produzir decisões fundamentais e ações que guiem a organização escolar, em seu modo de ser e de fazer, orientado para resultados, com forte visão de futuro".

Essa análise das respostas, concedidas por Branca, sugere que ela tem uma visão crítica dos desafios, da realidade e do contexto em que trabalha. Mesmo com os desafios latentes se mostra proativa e interessada em promover a formação continuada para seu corpo docente. Destaca-se, aqui, o acento feito pela gestora de que as demandas e melhores resultados serão alcançados com o reconhecimento e com o estabelecimento de metas e de ações coletivas que envolvam direção, docentes, discentes e comunidade local.

3.2.2 Entrevista com as EEBs da EEME e suas percepções acerca das atividades extraclasse e formação continuada

Neste tópico, apresenta-se a análise das entrevistas realizadas com Lilás, Violeta e Rosa, EEBs da EEME. As entrevistas foram concedidas nos dias 05, 07 e 11 de nov. de 2024 nas dependências da escola. A duração das entrevistas foram de: 33 minutos com Lilás, 30 minutos com Violeta e 35 minutos com Rosa. Utilizaram-se as questões contidas no Apêndice D deste trabalho. A análise das respostas será disposta da seguinte maneira: uma breve apresentação das entrevistadas e três agrupamentos de respostas correspondentes aos três eixos de análise. O primeiro0 entendimento acerca das AEC e a formação continuada em serviço aos docentes; o segundo, elaboração, participação e acompanhamento das AEC na EEME e o terceiro eixo, apontamentos sobre as dificuldades em acompanhar e em promover as AEC.

Lilás, 42 anos, é formada em pedagogia pela UEMG desde 2003. Trabalha nessa escola como supervisora, desde 2007, e na prefeitura de Belo Horizonte, no cargo de professora da educação infantil desde 2017. Não possui curso de pós-graduação. Violeta, 30 anos, é formada em pedagogia pela Universidade Federal de Minas Gerais, desde 2018. É pós-graduada e trabalha na EEME como supervisora, desde fevereiro de 2024, no período matutino e na prefeitura de Belo Horizonte no cargo de coordenação, no período vespertino. Rosa, 61 anos, trabalha na rede estadual de Minas Gerais desde 1992. É pós-graduada e atua como EEB na EEME, desde 2008.

As EEBs, entendem que as AEC contribuem com o trabalho da escola na medida em que essas atividades possibilitam o repasse de informações, o alinhamento das especificidades de cada turno, orientações administrativas e o desenvolvimento de temas pedagógicos. Lilás (entrevista concedida em 05/11/2024) reforça a percepção de Branca, ao perceber nessas reuniões momento de *"troca de experiências e sugestões futuras"*. Violeta (entrevista concedida em 07/11/2024) enfatiza que *"Elas, estão para ordenar realmente o trabalho do professor dentro da sala de aula e dentro da escola"*. Rosa (entrevista concedida em 11/11/2024), diz que a contribuição está no aspecto em promover *"o desenvolvimento de temas pedagógicos, administrativos, orientações para o planejamento e algumas ações conjuntas com os professores, como o auxílio de elaboração de planos diários"*.

O entendimento das entrevistadas acerca das AEC reforça as tratativas contidas no Ofício Circular GS nº 2.663/2016 (Minas Gerais, 2016), na Resolução da SEE-MG nº 4.265, de 15/01/2020 (Minas Gerais, 2020a) e no documento orientador Reuniões Pedagógicas Atividades Extraclasse de junho de 2022 (Minas Gerais, 2022a) que manifestam a importância

do cumprimento da carga horária das AEC nas escolas da rede estadual de Minas Gerais. Resgata, ainda, o estudo de Silva (2018), ao abordar a temática, ao destacar que as perdas obtidas com a ausência da reserva ao espaço coletivo para o cumprimento das AEC, rechaçou suas possibilidades em fortalecer as práticas pedagógicas e administrativas. A pesquisa de Silva (2020), buscou compreender a importância das reuniões coletivas para o processo formativo do docente dentro do espaço escolar.

Ao serem inquiridas acerca da participação de formação continuada em serviço, as entrevistadas declaram ter participado de encontros, de palestras e de cursos ofertados pela SEE e pela Metropolitana C. No entanto, apresentam percepções díspares ao que se refere às propostas formativas desenvolvidas pelas instâncias. Lilás ressalta que as propostas são interessantes, porém, distantes da realidade escolar. Ainda, infere que a aplicabilidade das propostas fica comprometida por falta de recursos financeiros e à escassez do tempo. Violeta queixa-se da ausência de formação de longa duração que também pudesse ser ofertada às EEBs convocadas. Ainda, acentua que os temas tratados, em algumas formações, são irrelevantes para as demandas cotidianas escolares, enquanto Rosa, avalia que as propostas servem como sugestões e recursos didáticos que podem ser trabalhados com os docentes.

De acordo com as respostas de Lilás e Violeta, existe um hiato nas propostas de formação ofertadas pela SEE e pela Metropolitana C. Deve se considerar que a formação continuada em serviço deva focar em demandas e características locais de cada escola. As colocações feitas por Ball, Maguire e Braun (2016) ganham espaço ao discutirem como as escolas secundárias fazem política. Segundo os autores, as políticas públicas para as escolas secundárias devem corresponder as suas demandas específicas.

As EEBs consideram que as formações continuadas devem conter sugestões de projetos, formação e informações específicas voltadas para a rede, a fim de dirimir as demandas que carecem de atenção. Rosa acentua que: *"a formação continuada é importante para atualizar os professores, descobrir novas metodologias e adquirir novos conhecimentos. Ainda, é por meio dela que podemos pensar na melhoria da prática docente e atingir o modo de promover novos conhecimentos aos educandos"* (Rosa, entrevista concedida em 11/11/2024).

O teor da questão proposta junto as EEBs sobre a formação continuada em serviço são referenciadas por Machado (2012):

> A formação continuada e em serviço a que nos referimos é aquela que acontece na escola, local de trabalho dos professores, com o coletivo de profissionais. Essa formação não coloca em segundo plano a formação continuada que é oferecida pela universidade, mas, junto ou não dessa formação, busca criar, na instituição escolar, uma cultura de formação, com o

> intuito de levar os professores, enquanto trabalham, a se manterem estudando e pesquisando questões pertinentes ao seu trabalho no cotidiano da escola, privilegiando, assim, um referencial educacional, político e social (Machado, 2012, p. 2).

Acerca da importância da formação continuada do professor, Oliveira (2021, p. 58), propicia algumas reflexões. Uma delas é pensar que o ofício do professor, "não se encerra com a conclusão do curso de licenciatura, ela é contínua e desenvolve-se por meio de cursos posteriores, estudos e discussões que são fomentadas no interior da escola, com os pares". A inferência sobre a importância das AEC, desenvolvida por Oliveira (2021), contempla as percepções das EEBs, no que abarca esse aspecto.

Cabe, ainda, ratificar as assertivas de Kuenzer (2011), ao requerer a existência de programas de formação continuada que atualizem os professores ao longo de suas carreiras. A autora incentiva que se deva possibilitar a formação continuada dos docentes em seus locais de trabalho. Outrossim, destaca que a troca de experiência entre os pares favorece melhor compreensão do cenário cultural e social dos discentes. Além disso, os conhecimentos dos docentes são partilhados e consolidados.

O entendimento de Rosa (entrevista concedida em 11/11/2024), sobre as possibilidades advindas das AEC e a promoção da formação docente, é compatível com os apontamentos feitos por Gadotti (2011). Quando o autor incentiva a promoção do diálogo, como condição de redefinição do papel e função docente enquanto sujeito colaborativo e cooperativo, estabelece uma aproximação entre os docentes e discentes.

Quanto à preparação e à execução das AEC na EEME, as entrevistadas descrevem que suas funções são de preparação, de organização, de programação e de execução. Lilás faz a eleição dos assuntos e temas a serem trabalhados junto à direção. Quando necessário, retoma questões pendentes da reunião anterior. Violeta organiza o material em slides e faz algumas sugestões em cima da pauta. Durante as reuniões, quando solicitada, dá algumas opiniões. Rosa, juntamente com a equipe administrativa, elabora a pauta que é repassada aos docentes na reunião. Ainda, faz a programação das atividades.

De acordo com o documento Diretrizes para a Organização e Realização de Reuniões Pedagógicas (Minas Gerais, 2023), as entrevistadas contemplam parcialmente o que o documenta recomenda. O documento robustece a importância das reuniões de AEC como espaço propício à formação continuada dos docentes dentro da escola. Enfatiza a relevância da presença dos docentes nas reuniões coletivas. Destaca a importância das EEBs na formulação e acompanhamento das AEC.

No entanto, percebe-se que Violeta (entrevista concedida em 07/11/2024), não participa diretamente na elaboração das pautas e nem nas escolhas dos temas e dos assuntos trabalhados nos encontros. Segundo a entrevistada, sua função concerne em *"em organização dos slides, do material que vai ser disposto dentro da reunião. Dou algumas opiniões sobre como vai ser a pauta e tenho alguns momentos de fala durante a reunião"*.

Ao detalhar a participação individual nas AEC, as EEBs registram a distribuição das tarefas entre as três. Lilás responde pela elaboração e pelo repasse de pautas e repasse de notas dos alunos. Violeta realiza o registro da ata e repassa algumas orientações aos professores. Rosa elabora e repassa as pautas e faz o registro das reuniões em ata.

Analisando as funções de cada uma, percebe-se que as atividades desenvolvidas por Rosa sugerem que há um revezamento com as funções desempenhadas por Lilás e por Violeta. Daí, infere-se que se existem duas EEBs registrando a reunião ou repassando e planejando a pauta, uma não se faz presente. Ainda, observa-se que o trabalho de Lilás é voltado para o repasse de notas de alunos e informes aos professores. Ainda, a fala de Rosa ratifica o que foi levantado como evidência para este estudo de caso. O fato de que os docentes ficam a par da pauta apenas na reunião.

O documento Reuniões Pedagógicas Atividades Extraclasse (Minas Gerais, 2022a), enfatiza que o planejamento da reunião de AEC seja elaborado a partir da pauta e que esta esteja disponibilizada previamente ao corpo docente.

> Para uma melhor organização, a equipe pedagógica deverá definir a periodicidade das reuniões, de acordo com o calendário escolar e com a carga horária a ser cumprida. Portanto, é necessário elaborar o planejamento considerando a pauta, que deve ser entregue antecipadamente aos professores, constando o horário, o tema de estudo, o material a ser utilizado, a lista de presença, o registro da reunião e um instrumento de avaliação (Minas Gerais, 2022a, p. 4).

A não disponibilização das pautas previamente, imprime um caráter de resistência ao grupo quanto aos temas e especificidades tratadas nas atividades coletivas. A divulgação da pauta, antecipadamente, otimiza a reunião. Silva (2018), em seu PAE, na primeira ação, estabelece que deve se fazer o planejamento considerando a elaboração da pauta. A justificativa dada para a ação originou-se a partir dos instrumentos de pesquisa junto aos docentes pesquisados na unidade escolar. A ausência de data e de temas abordados segundo os entrevistados de Silva (2018) conferia à reunião de AEC um caráter improdutivo. Ademais, a ausência de uma pauta elaborada e divulgada previamente corrobora a observação de Lilás (entrevista concedida em 05/11/2024) ao afirmar que *"o tempo destinado às reuniões não*

conseguem solucionar as demandas, sendo necessário retomar os temas e abordagens nas reuniões seguintes".

As entrevistadas veem nas AEC uma contribuição fundamental para o crescimento e para o aperfeiçoamento da prática docente. Lilás, por exemplo, acredita que as AEC devam possibilitar o uso de novas metodologias. Violeta enfatiza que as AEC permitem aos docentes reverem e atualizarem suas práticas pedagógicas. Rosa percebe que as AEC podem contribuir na formação continuada dos docentes.

Nesse sentido, as inferências das EEBs enfatizam o que foi trabalhado por Silva (2018), ao atribuir às AEC, a possibilidade de incentivar a formação continuada dos docentes. Silva (2020), ao descrever que as reuniões de AEC, além de provocar uma visão crítica da realidade e suas demandas cotidianas, atualiza os docentes em repensarem suas práticas. Oliveira (2021) atribui às AEC o papel de criar repertórios de técnicas e de instrumentos de ensino capazes de promoverem resultados nos educandos. Ainda, descreve que o ofício do professor, "não se encerra com a conclusão do curso de licenciatura, ela é contínua e se desenvolve por meio de cursos posteriores, de estudos e de discussões que são fomentadas no interior da escola, com os pares. Em última instância, as AEC fornecem elementos que suprem as lacunas pertinentes à formação inicial do docente.

> [...] as licenciaturas se mostram em suas dinâmicas formativas alienadas das realidades socioculturais contemporâneas, da complexidade que transita do social para os espaços das escolas e das salas de aula, e das demandas que se colocam ao trabalho de um professor na interface com seus alunos no dia a dia das redes escolares (Gatti, 2017, p. 726).

Em relação ao acompanhamento das AEC, na EEME, percebe-se que as EEBS, registram situações diferentes. Lilás descreve que acompanha as AEC, por meio do Drive que é alimentado pelos professores. *"Temos um drive com as informações dos professores e eles ficam responsáveis de alimentar as planilhas com as informações requeridas"* (Lilás, (entrevista concedida em 05/11/2024). O drive citado por Lilás é o mesmo instrumento trazido como evidência para esta pesquisa no capítulo 2. Os dados que foram apresentados lá revelaram que menos de 50% dos docentes devolviam em tempo regular as planilhas de registro das AEC, durante o ano letivo. Oliveira (2021) percebeu que o preenchimento das AEC, realizada pelos docentes de sua pesquisa, não correspondiam com as atividades executadas.

Violeta afirma que, de fato, as AEC não são acompanhadas como deveriam ser e que quando o tempo permite acompanha um ou outro docente que a procura.

> *O acompanhamento se dá quando há um tempo entre as demandas da especialista, para poder atender o professor que tenha alguma demanda ou para solicitar a presença dele na sala da supervisão. Mas a rotina para o acompanhamento das atividades extraclasse, ainda é muito pequena devido ao tempo que sobra para fazer esse acompanhamento* (Violeta, entrevista concedida em 07/11/2024).

O relato de Violeta converge com o de Branca (entrevista concedida em 30 de out. de 2024) que salienta que as EEBs são incumbidas de muitas tarefas e que o quantitativo de material humano permitido para o funcionamento da escola não permite um acompanhamento individualizado das AEC.

Rosa (entrevista concedida em 11/11/2024) declara acompanhar as AEC, desde o planejamento anual, até o processo de aprendizagem. O acompanhamento das AEC *"ocorre muito também, através da verificação por meio do drive. Nesta ferramenta, verifico as atividades, os planos de aula e os planejamentos registrados por eles"*. Como registrado acima e descrito no capítulo 2, as EEBs e vice direção até o final do ano de 2023, solicitavam aos docentes que enviassem as planilhas de registro das AEC preenchidas. O modelo da planilha encontra-se no Anexo C deste trabalho.

A Resolução SEE nº 4.968, de 23/02/2024 (Minas Gerais, 2024a), no Art. 19, especifica algumas ações que devem ser desenvolvidas e acompanhadas pelas EEBs na promoção das AEC. Atividades como o desenvolvimento de ações pedagógicas que estejam pareadas com o PPP; o planejamento e execução de reuniões coletivas e colaborativas com a utilização de metodologias ativas; divulgação e incentivo dos cursos e propostas desenvolvidos pela Escola de Formação e Desenvolvimento Profissional de Educadores de Minas Gerais e demais parcerias e acompanhar o cumprimento do cronograma de realização das atividades extraclasse.

O trabalho das EEBs da EEME contempla parcialmente as funções destinadas a elas de acordo com a Resolução SEE nº 4.968 (Minas Gerais, 2024a). A dimensão do uso de metodologias ativas, ainda pode ser explorada por elas na difusão e nas abordagens de ações pedagógicas. A proposição de cursos ofertados pela Escola de Formação não é explorada por elas como instrumentos de formação continuada para os docentes, individual e coletivamente. Outras entidades como a FGV e o Instituto Unibanco também podem ser fontes de formação individual e coletiva aos docentes. Essas instituições ofertam ao longo do ano cursos e treinamentos sobre diversas áreas educacionais.

O Apêndice E – Instituições, Cursos e Formação Continuada apresenta uma série de cursos ofertados por outras instituições, destinados à melhoria das práticas pedagógicas, abordagem de temas transversais como: violência nas escolas, processos de ensino e de

aprendizagens, educação inclusiva, inclusão de projetos nas práticas de ensino, projeto de vida, entre outros. Ainda, reforça-se aqui a oferta de cursos promovidos pela Escola de Educadores (cursos de curta duração) e o programa Trilha de futuro Educadores (especializações, mestrados e doutorados), ambos custeados pela SEE e o Governo do Estado de Minas Gerais.

O Ofício Circular GS nº 2.663/16 (Minas Gerais, 2016) é um documento fundamental para o entendimento do papel das e dos EEBs na condução e no acompanhamento das AEC nas escolas estaduais de Minas Gerais. Além de colocar o EEB, no epicentro da realização e do acompanhamento das AEC, enfatiza que os esforços sejam de promover aprendizagens aos educandos. Ainda, abre espaço para que as escolas da rede, se necessário for, estabeleçam uma parceria com a SEE e a SRE para que, juntas, promovam a consolidação das habilidades nos estudantes. Seja por áreas específicas de conhecimento ou interáreas, a atuação das EEBs é o principal mecanismo capaz de garantir que as AEC sejam conduzidas no interior das escolas.

Acerca das dificuldades encontradas na organização e na realização das AEC, bem como a realização da formação continuada contemplada nelas, ocorre um desencontro de percepção entre as entrevistadas. Lilás alega não ter dificuldades em organizar as reuniões, porém identifica que as dificuldades residem na falta de compreensão dos docentes sobre o que é proposto ou debatido. Violeta percebe que, quando recebe as orientações antecipadamente sobre o que deve ser repassado, não encontra dificuldades. Já Rosa (entrevista concedida em 11/11/2024), afirma que encontra dificuldades, sim, *"pela demanda de trabalho, que é muito maior do que as nossas atribuições. Assim, deixamos um pouco a desejar devido à sobrecarga"*. Silva (2018), em seu trabalho, apresenta situações análogas às descritas por Rosa. Fatores como o excesso das demandas cotidianas e a falta de diálogo com os docentes contribuem para que as reuniões não aconteçam de maneira efetiva e proveitosa.

Percebe-se, nas colocações das entrevistadas, que não houve um entendimento específico acerca da promoção da formação continuada que deveria ser desenvolvida durante as reuniões. O que constata é que elas se ocupam em repassar informes e apresentar demandas. Silva (2020) registra, em sua pesquisa, que enfrenta muitas dificuldades em promover as AEC. Segundo a autora, na escola em que atua como gestora, "não há um momento para a realização de ações de capacitação e de formação continuada dos profissionais, além de haver pouco tempo para intervenções pedagógicas efetivas e para análise dos resultados de avaliações externas" (Silva, 2020, p. 55).

As EEBs descrevem que alguns temas e ações deveriam estar presentes nas AEC, com o objetivo de promover a formação continuada dos docentes da EEME. Nesse contexto, apresentaram temas e situações que merecem destaque. Lilás e Rosa destacam que os docentes

precisam receber palestras voltadas para a abordagem da saúde mental e física. Violeta sugere que há um momento de escuta dos docentes, para que, a partir de suas demandas, a formação seja trabalhada. Rosa aponta que se deve priorizar a relevância dos temas e promover cursos que contemplem a gestão, os docentes e os discentes.

Candau (1997) destaca três eixos que contribuem para o entendimento da formação continuada do docente. De acordo com a autora, é cada vez mais necessário pensar a formação dos docentes na escola como lócus da formação continuada, promover a valorização do saber docente e se atentar para o ciclo de vida dos professores.

> Neste sentido, considerar a escola como lócus de formação continuada passa a ser uma afirmação fundamental na busca de superar o modelo clássico de formação continuada e construir uma nova perspectiva na área de formação continuada de professores. Mas esse objetivo não se alcança de uma maneira espontânea, não é o simples fato de estar na escola e de desenvolver uma prática escolar concreta que garante a presença das condições mobilizadoras de um processo formativo. Uma prática repetitiva, uma prática mecânica não favorece esse processo (Candau, 1997, p. 57).

Possibilitar a formação continuada dos docentes na própria escola que sua trajetória e a reflexão de sua prática sejam valorizadas e publicizadas. Na formação permanente dos professores, o momento fundamental é o da reflexão crítica sobre a prática. “É pensando criticamente sobre a prática de hoje ou de ontem que se pode melhorar a próxima prática” (Freire, 1996, p. 39). Cabe reforçar, aqui, os estudos de Peregrino (2010) sobre a necessidade de fornecer uma formação continuada aos docentes que os permitam conhecer os sujeitos e realidades inerentes ao seu trabalho.

Em relação à frequência com as quais as EEBs acompanham e orientam os docentes da EEME na execução das AEC, percebe-se que, de fato, as ações não são acompanhadas. Lilás (entrevista concedida em 05/11/2024) esclarece que *“A atividade extraclasse acontece geralmente uma vez ao mês e fazemos o acompanhamento através do drive”*. Violeta relata que atende os professores nas reuniões de AEC, uma vez que, dentro do tempo regular, não é possível atendê-los.

> *O atendimento, acontece, raramente, acredito que uma vez por mês, no máximo. Não existe um cronograma fechado para atender todos os professores, somente aqueles que vêm à procura para poder pedir alguma orientação, ou alguns que têm mais dificuldades* (Violeta, entrevista concedida em 07/11/2024).

Rosa (entrevista concedida em 11/11/2024)) confirma a periodicidade dos atendimentos nas reuniões mensalmente, elencada por Lilás e Violeta. Relata, ainda, que acompanha os docentes pelo drive, pelo aplicativo do *WhatsApp* e por conversas informais pelos corredores da instituição. *"Ainda, quando o tempo permite, desenvolvo conversas nos corredores com os professores. Essas conversas geralmente acontecem em grupo pelo WhatsApp ou quando a gente tem um tempo"*.

Os relatos trazidos pelas EEBs aludem que o acompanhamento aos docentes e a execução do cumprimento de suas atividades, que deveriam ser desenvolvidas na carga horária de AEC, não possui uma rotina e nem sistematização. Afere-se, ainda, que as reuniões presenciais são o único momento que elas têm de contato mais próximo junto aos docentes. O recurso mais usado é o drive e o aplicativo de *WhatsApp*.

Oliveira (2021) apresenta que o acompanhamento das AEC, na instituição pesquisada, assim como na EEME, limita-se a aspectos técnicos da profissão, "durante o acompanhamento individual, sentamos em frente ao computador para instruir como lançar os resultados das avaliações diagnósticas no Simave, ou ainda lançar nota e frequência no DED" (Oliveira, 2021, p. 94). Oliveira (2021) e Silva (2018), ao pesquisarem junto aos docentes das instituições estudadas, destacam que temas como valorização do saber e da prática docente, gestão do tempo e instrumentalização tecnológica devem ser abordados e fomentados nas formações continuadas.

Finalizando a análise das entrevistas, foi perguntado às EEBs, sobre a suficiência e disponibilização de recursos para o acompanhamento das AEC. Apresentam-se a seguir os relatos e as experiências delas. Lilás apresenta a insuficiência do tempo e a falta de remuneração para exercer o acompanhamento das AEC, junto aos docentes, fora do local de trabalho.

> *O tempo nunca foi suficiente. Eu tenho 17 anos na Supervisão, fazemos e realizamos várias funções que não são pertinentes ao nosso trabalho e à nossa função. Então, toda demanda que a gente tem, ela não dá para ser cumprida dentro da carga horária das 7h às 11h48min. Depois, às 13h, eu pego serviço na outra rede. Eu já tenho que esquecer o trabalho e as demandas do primeiro turno, porque não tem nada a ver mais. Por exemplo, se aparecer algo urgente, eu preciso fazer fora da hora do meu serviço, ou seja, à noite. Dando serviço de graça para o governo. Já estou cansada de dar meu tempo de graça para esses governantes. Servir de graça? Não, horas de graça, que eu não vou receber por isso* (Lilás, entrevista concedida em 05/11/2024).

Violeta reconhece a existência de recursos e de materiais, por parte da SEE, porém, reafirma a percepção de lilás quanto à insuficiência do tempo.

> *Não, o tempo é insuficiente. A Secretaria de Educação fornece material, ela fornece cursos, ela fornece diversas oportunidades, os especialistas se adequarem para poder passar para os professores, porém o tempo é escasso e as demandas que chegam para a gente são muitas e não garantem essa apropriação do conteúdo para passar para o professor* (Violeta, entrevista concedida em 07/11/2024).

Rosa, além de reconhecer a insuficiência do tempo para o acompanhamento das AEC, fornece uma chave de leitura que sugere uma profunda revisão para as atribuições e para tempo de trabalho das DED na rede estadual.

> *O tempo não é suficiente, pois a escola é dinâmica. Existem outras demandas, além das nossas atribuições, o que sobrecarrega o supervisor, deixando menos tempo para que a gente exercite e execute a nossa tarefa. Outra coisa que eu acho bem puxada para a supervisão pedagógica é a questão do módulo 2 (atividade extraclasse), porque nós não somos remuneradas por essas reuniões. O que vem acontecendo é a compensação de horas, algo até constrangedor de solicitar. Vindo a semana toda falta tempo para o desenvolvimento das tarefas, imagine compensando horas?* (Rosa, entrevista concedida em 11/11/2024).

A reflexão feita por Rosa, sobre a dinamicidade pertinente ao espaço escolar, ajuda a elucidar que o acompanhamento das AEC junto aos docentes, não pode ser encerrada em um simples não querer. O próprio trabalho da EEB, na Rede estadual de ensino de Minas Gerais, não contempla em sua carga um tempo de 1/3 destinado ao cumprimento de AEC. Como já relatado por elas, a questão da insuficiência do tempo somada à falta de preparação e de escolha de materiais que devam ser apresentados e acompanhados junto aos docentes. Tarefas, projetos e até mesmo escuta das dúvidas e das angústias dos docentes é negligenciado a elas e as suas condições laborais. Peregrino (2010) contribui no entendimento das dificuldades relatadas pelas entrevistadas, ao refletir acerca dos desdobramentos do sufrágio educacional, ocorrido no espaço escolar brasileiro. Entre outros temas, a autora debate a precarização do trabalho.

A Resolução nº 4.968, de 23/02/2024 (Minas Gerais, 2024a), no capítulo II, Art. 5º diz que:

> Os dias e os horários estabelecidos para cumprimento das atividades extraclasse pelo PEB serão definidos em conjunto com a equipe gestora da escola - Diretor Escolar, Vice-Diretor e Especialista em Educação Básica, considerando a organização e os horários de funcionamento da escola, bem como compatibilização da carga horária, que deverá ser cumprida em local definido pelo Diretor escolar (Minas Gerais, 2024a).

O documento atesta que as EEBs são corresponsáveis em organizarem o horário e atividades para o cumprimento das AEC dos docentes juntamente com a gestão escolar. Porém, não reserva à EEB um tempo adicional em sua jornada de trabalho e nem destina a elas um tempo para que elas organizem e cataloguem temas, ações e atividades a serem desenvolvidas pelos docentes. Segundo os relatos das entrevistadas, percebe-se que, na rede estadual de ensino em Minas Gerais, a dimensão das AEC estão limitadas ao acontecimento das reuniões coletivas. O acompanhamento individual ou coletivo dos docentes, ainda, é um tema que carece de atenção, de planejamento e de instruções.

O Quadro 6 apresenta um quadro-síntese das entrevistadas, contendo as principais percepções acerca das AEC.

Quadro 6 – Resumo das percepções das entrevistadas acerca das atividades extraclasse

Eixo teórico	**Percepção da gestora**	**Percepção das EEBs**
	Gestora e EEBs com as mesmas percepções	
Entendimento das AEC e a formação continuada em serviço aos docentes	Entendem que a formação continuada em serviço é primordial para o desenvolvimento e para o aprimoramento da carreira e da prática docente.	
Participação e acompanhamento das AEC na EEME	Participam na elaboração de pautas e de temas a serem tratados nas reuniões coletivas.	
Apontamentos acerca das dificuldades em acompanhar e promover as AEC	Falta de mais recursos humanos no cotidiano escolar, incompatibilidade de horário dos docentes, que trabalham em mais de uma unidade escolar ou possuem dois cargos na escola, excesso de tarefas inerentes ao cargo, ausência de tempo destinado em sua carga horária para elegerem atividades e acompanhar os docentes no cumprimento das AEC, dificuldades em repassar informações e aplicar as atividades como são enviadas pela SEE e Metropolitana C.	

Fonte: Elaborado pelo autor (2024).

A partir das demandas apresentadas pela gestora e pelas EEBs nas entrevistas, propor-se-á no PAE ações que visam dirimir as dificuldades em organizar, em acompanhar e em promover a formação continuada em serviço aos docentes da EEME, dentro das AEC. Os momentos das AEC são de desenvolvimento e de crescimento pessoal e coletivo para o docente. Além de objetivar a melhoria nos resultados do processo de ensino e de aprendizagem, espera-se, também, valorizar e reconhecer as experiências e práticas dos docentes que privilegiem a cultura do bem-viver.

O capítulo 3 ocupou-se em apresentar o referencial teórico acerca das dimensões de gestão escolar e pedagógica, formação continuada de docentes, metodologia e instrumentos de pesquisa, análise e registro de entrevistas. A seguir, tratar-se-á da confecção do quarto capítulo deste trabalho, que concerne na construção de um PAE, contendo seis ações propositivas. Cada ação visa contribuir com a organização, acompanhamento e formação continuada de docentes em serviço na EEME.

4 PLANO DE AÇÃO EDUCACIONAL

Nesta pesquisa, apresentaram-se dados relativos às dificuldades enfrentadas pela gestão e pelas EEBs da EEME na organização e no acompanhamento das AEC. Além disso, buscou-se analisar a dimensão da formação continuada dos docentes nos encontros coletivos e individuais, realizados no âmbito escolar. Os dados foram coletados, por meio de quatro entrevistas estruturadas, com a gestora e três EEBs.

No Capítulo 3, apresentou-se o caso de gestão à luz de um referencial teórico, com o objetivo de proporcionar ao leitor uma reflexão crítica sobre as dificuldades enfrentadas na promoção da formação continuada dos docentes da escola. Nesse contexto, a falta de uma formação continuada efetiva para os professores orientou a pesquisa a buscar uma resposta para a questão central: “quais desafios a gestão da Escola Estadual Mundo Encantado tem encontrado para realizar a formação continuada na carga horária destinada às AEC?”.

Para o desenvolvimento do Capítulo 3, procurou-se, ainda, alinhar os dados coletados com o objetivo principal da pesquisa: identificar e compreender os desafios enfrentados pela gestão escolar, na implementação da formação continuada, dentro da carga horária destinada às AEC. Assim, após as análises, acredita-se ter reunido elementos suficientes para a elaboração de um Plano de Ação Educacional (PAE), com propostas de ações voltadas para a superação das lacunas identificadas na organização, no acompanhamento e na efetivação da formação continuada dos docentes, durante as atividades extraclasse da Escola Estadual Mundo Encantado.

A formação continuada é uma dimensão essencial no processo de constituição do ofício docente. Além de atualizar as práticas pedagógicas cotidianas, seu principal objetivo é fomentar a apropriação de saberes que conduzam a uma prática crítico-reflexiva. Freire (1996) sintetiza a contribuição da formação continuada e do ato reflexivo na ação docente, destacando seus objetivos:

> Na formação permanente dos professores, o momento fundamental é a reflexão crítica sobre a prática. É pensando criticamente sobre a prática de hoje ou de ontem que se pode aprimorar a próxima. O próprio discurso teórico, necessário à reflexão crítica, deve ser tão concreto que quase se confunde com a prática. O seu 'distanciamento' epistemológico da prática, enquanto objetivo de sua análise, deve, na verdade, aproximá-lo ao máximo (Freire, 1996, p. 39).

Com base nas percepções e relatos obtidos nas entrevistas, apresenta-se abaixo um quadro propositivo, contendo seis ações, a serem implementadas em meados de 2025 e de 2026.

As ações não visam substituir outras atividades, já realizadas pela equipe, mas sim aprimorar as práticas existentes e incorporar novas ações que fortaleçam a implementação das AEC na escola, ao mesmo tempo que favoreçam a formação continuada dos docentes (Quadro 7).

Quadro 7 – Proposta de promoção da formação continuada

Ação	**Promoção da formação continuada**	**Calendário**	**Objetivo pretendido com a ação**
1	Divulgação das AEC na EEME	Junho de 2025 e fevereiro de 2026	Ampliar a divulgação das pautas e estabelecer datas para as reuniões de AEC.
2	Oficina para a gestão do tempo	Julho de 2025	Contribuir com o hábito de planejamento de aulas e cumprimento de horário de trabalho junto aos docentes.
3	Proposição da Comunidade de Aprendizagem Profissional (CAP)	Julho de 2025 a junho de 2026	Estimular a troca de experiências entre os pares e promover a construção de projetos e de ações por áreas de conhecimento.
4	Encontros e parcerias – escola e família de mãos dadas	Agosto de 2025 e maio de 2026	Aproximar escola e família para que, juntos, constituam o processo formativo dos educandos.
5	Oficina de organização financeira para docentes	Outubro de 2025	Contribuir com o projeto de vida dos docentes e sua organização financeira pessoal. Além disso, subsidiá-los no planejamento de atividades ao trabalharem a dimensão financeira com os discentes.
6	Seminário de boas práticas.	Abril e junho de 2026	Valorizar as boas práticas dos docentes e instaurar um arquivo para futuras consultas aos projetos, às ações e às práticas afirmativas.

Fonte: Elaborado pelo autor (2024).

Nas subseções seguintes, apresentar-se-ão quadros baseados no modelo 5W2H, com o objetivo de detalhar o percurso necessário para o desenvolvimento da organização das AEC e a promoção da formação continuada para os docentes da EEME. A ferramenta 5W2H é um protótipo de planejamento utilizado para organizar as atividades a serem executadas. A 5W2H é composta por sete vocábulos em língua inglesa: What (O que, qual), Where (Onde), Who (Quem), Why (Por quê, para quê), When (Quando), How (Como) e How much (Quanto custa?). Essa ferramenta pode ser aplicada para o "mapeamento e para a padronização de processos, na elaboração de planos e no estabelecimento de procedimentos associados a indicadores" (Marshall Junior *et al.*, 2008, p. 108). Nas seções a seguir, será detalhada cada ação necessária para a realização dos encontros e promoção da formação continuada.

4.1 AÇÃO 1 – DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES EXTRACLASSE NA ESCOLA ESTADUAL MUNDO ENCANTADO

A ação consiste na cooperação da equipe gestora, juntamente com as EEBs, na divulgação e no estudo dos documentos que orientam as AEC na rede estadual de ensino de Minas Gerais. A partir da leitura do Ofício nº 2.663/2016 (Minas Gerais, 2016), do documento orientador Reuniões Pedagógicas de Atividades Extraclasse (Minas Gerais, 2022a) e da Resolução nº 4.968, de 23/02/2024 (Minas Gerais, 2024a), em colaboração com os docentes da escola, planejar as atividades a serem executadas nas AEC, de caráter coletivo, de cada semestre. Para isso, é importante que aconteça uma reunião, no início de cada semestre, com todos os profissionais envolvidos na execução das AEC. Nesse momento, deverá ser apresentada a política em questão e discutidas as novas propostas de atividades para o cumprimento da carga horária obrigatória coletiva.

Destaca-se, aqui, que um dos objetivos dessa reunião é propiciar um espaço democrático e participativo, no qual gestores, EEBs e professores debatam quais ações seriam mais adequadas ao grupo. Além disso, o espaço da reunião servirá como lócus privilegiado para a análise de ações que não geraram os resultados esperados no planejamento anterior. Para garantir o sucesso dessa reunião, é fundamental que a equipe gestora busque sugestões junto aos atores envolvidos acerca de possíveis temas e/ou atividades a serem abordadas nos horários de AEC coletivas. Cabe, ainda, a realização de registro e de elaboração de um cronograma para a execução dessas ações. Ressalta-se que a consideração de novas possibilidades de ações, para os horários coletivos das AEC, está fundamentada nas próprias entrevistas concedidas.

Outro fator a ser considerado nesta ação é o fato de que, segundo a descrição no capítulo 2, as reuniões de AEC na EEME são divulgadas apenas por meio de *WhatsApp*. Dessa forma, sugere-se a construção de um mural permanente na sala dos professores, exclusivamente para a divulgação das Reuniões de AEC e de cursos, palestras, materiais, livros, artigos e eventos que contemplem a dimensão formativa dos docentes. A manutenção e as atualizações das informações contidas no mural devem ser coordenadas pelas EEBs. Em sistema de revezamento quinzenal, as especialistas atualizarão o mural com informes, indicações de cursos e de palestras, chamadas e pautas de reuniões de AEC. Caso apareça alguma orientação ou informe que necessite ser divulgado, a especialista responsável pela quinzena deverá fazer as respectivas atualizações no mural. A proposta de que se tenha um mural permanente, além de dar visibilidade às ações e as recomendações para que se estabeleça a formação continuada dos

docentes, possibilita a ampla divulgação das ações e das propostas, alcançando, também, os profissionais que não utilizam com frequência o *WhatsApp* e o e-mail institucional (Quadro 8).

Quadro 8 – Ação 1: Reuniões de divulgação e construção das AEC na EEME

Pergunta	Descrição das ações
What – O que será feito (etapas)	Duas reuniões semestrais com a gestora, EEBs e docentes, em junho de 2025 e fevereiro de 2026.
Why – Por que será feito (justificativa)	▪ Viabilizar que todos saibam dos objetivos das AEC. ▪ Relacionar quais atividades podem ser executadas em seus horários individual e coletivos (confira Apêndice F – quadro descritivo com sugestões de atividades extraclasse). Algumas ações estão contempladas nos ofícios e nos documentos orientadores outras são sugeridos pelo autor. ▪ Apresentar ou reforçar o papel que cada servidor exerce e recepcionar os professores novatos que desconhecem o teor do Ofício nº 2.663/2016 da SEE-MG (Minas Gerais, 2016). O documento orientador Reuniões Pedagógicas Atividades Extraclasse (Minas Gerais, 2022a) e a Resolução n º 4.968, de 23/02/2024 (Minas Gerais, 2024a). ▪ Promover o debate entre gestão, EEBs e professores sobre a viabilidade das ações realizadas nos horários de AEC e elaboração de um calendário semestral com ações e metas a serem desenvolvidas nas AEC coletivas.
Where – Onde será feito (local)	Na escola EEME.
When – Quando será feito (tempo)	Junho de 2025 e fevereiro de 2026.
Who – Por quem será feito (responsabilidade)	Pela equipe gestora e EEBs.
How – Como será feito (método)	Em junho de 2025 e fevereiro de 2026, promover uma reunião na escola para que a gestão e EEBs apresentem, debatam junto aos docentes a importância da AEC e seu cumprimento. Ainda, em colaboração, elencar sugestões, temas e ações para implementar os horários de AEC na escola. Fazer uma anamnese das ações realizadas, considerando aquelas com bons resultados, aprimorando-as e eliminando as que não atenderam o objetivo esperado. A partir do balanço coletivo, será articulada uma proposta de calendário com ações a serem executados durante o semestre.
How much – Custo	R$ 500,00 de lanche (recursos - lanche do professor) e construção de um mural físico permanente para divulgação dos encontros e de suas pautas.

Fonte: Elaborado pelo autor (2024).

Inserir os docentes na eleição e no planejamento das ações, dos temas e das metas a serem executadas dentro das AEC é promover o trabalho colaborativo e democrático. Reforçar os objetivos das AEC nos encontros coletivos abre possibilidades de reconhecimento das potencialidades e dos limites presentes nos atores e espaços escolares. Eleger as EEBs para coordenar os encontros, além de dar visibilidade e voz a elas, promove o entendimento acerca do trabalho de cada um na efetivação das AEC na unidade escolar. Ouvir os docentes e, a partir de seus apontamentos, construírem ações e planejamentos, atende a uma demanda ressaltada pelas EEBs nas entrevistas. Ademais, reforçam as ideais de Gatti (2017) e Tardif (2014) que identificam nos momentos de formação, o espaço propício para que haja o reconhecimento e o entendimento de territórios e de sujeitos. A partir das falas e dos encontros coletivos, as ideias saem do campo individual e se tornam mais fortificadas e eficazes no combate das barreiras e das dificuldades que devem ser solucionadas, com o aporte de todos os envolvidos no processo educacional.

4.2 AÇÃO 2 – OFICINA PARA A GESTÃO DO TEMPO

Essa ação objetiva promover a reflexão acerca do uso do tempo na vida pessoal e profissional dos servidores da EEME. As tarefas dos profissionais da educação são contínuas. O ato de selecionar, organizar, preparar, aplicar, corrigir, registrar e analisar é inerente a toda e a qualquer atividade ou ação pensada no campo pedagógico. A rotina do trabalho docente carece de organização e de muitas análises. Além disso, é indispensável que, nas propostas pedagógicas, considerem-se as adaptações à realidade exclusiva de cada escola. Os professores e os demais atores escolares precisam criar roteiros e mapeamentos de tempo dedicado ao trabalho e à vida pessoal.

A oficina deverá ser ministrada pelas EEBs ou por parceiros convidados atuantes na área da educação. O objetivo dessa ação é provocar nos docentes a necessidade de elaborar planos de aula, de estarem presentes na sala de aula, nos horários estipulados, e de entregarem avaliações e atividades, com prazo mínimo de 48 horas de antecedência, para a coordenação.

Existem vários métodos e técnicas para a gestão do tempo que podem contribuir para o aumento da produtividade e para a melhoria do foco. Em um levantamento prévio, foram identificados três: o Time Blocking (Bloqueio de Tempo), o Kanban e o planejamento semanal e diário. O primeiro concentra-se em dividir o dia em períodos específicos para realizar diferentes tarefas. O segundo permite visualizar todas as tarefas a serem desenvolvidas em três categorias: a fazer (tarefas que precisam ser feitas), fazendo (tarefas que estão em andamento)

e feito (tarefas concluídas). O terceiro ajuda a organizar as atividades e a evitar que tarefas se acumulem. Além disso, permite revisar e ajustar o planejamento conforme necessário (Quadro 9).

A proposição desta oficina como parte integrante do PAE, atenta para as percepções das EEBs, sobretudo a de Lilás (entrevista concedida em 05/11/2024), que, ao descrever sua rotina de trabalho, não acha justo ter de fazer tarefas da EEME após as 21h em seu lar. Ainda, busca despertar nos profissionais a importância de olhar para sua vida pessoal para que fortaleçam o estreitamento de laços afetivos familiares e sociais. Uma mente descansada é capaz de produzir melhor e com qualidade. Planejar não só as aulas, mas a rotina, como um todo, representa condições para otimizar o trabalho e garantir equilíbrio com a vida pessoal. A abordagem consiste, também, em resgatar nos docentes o ato de planejar as aulas, possibilitando um melhor rendimento e assimilação dos conteúdos por parte dos educandos.

4.3 AÇÃO 3 – PROPOSIÇÃO DA COMUNIDADE DE APRENDIZAGEM PROFISSIONAL (CAP)

Essa ação coaduna com a ideia trabalhada nesta dissertação sobre a relevância em valorizar e possibilitar a troca de experiência entre os pares, a fim de que ocorra o reconhecimento de potencialidades e barreiras contidas em cada universo escolar. Sob a luz das ideias de autores como: Ball, Maguire e Braun (2016), que apresentam as condições de como as políticas são feitas nas escolas secundárias, em que, no mais das vezes, desconsidera suas particularidades e Candau (1997), que aponta a escola como lócus apropriado para estabelecer a formação continuada de docentes sob uma nova perspectiva. Gatti (2017), que analisa a formação inicial e continuada de docentes no Brasil. Peregrino (2010), que após analisar o sufrágio da educação brasileira na década de 80, direciona o papel e constituição da formação continuada de professores. Ao considerar o educando como o epicentro do processo educativo, a formação continuada de docentes no interior da escola se torna, de fato, o lugar profícuo para o debate, entendimento e superação de limites.

Quadro 9 – Ação 2: Oficina de gestão do tempo

Pergunta	Descrição das ações
What – O que será feito (etapas)	Será desenvolvida uma oficina em um encontro no mês de julho de 2025, para debater e refletir sobre o uso e a otimização do tempo no campo pessoal e profissional. Na ação, os docentes desenvolverão planos de aulas curtos e objetivos. O objetivo dessa proposição é dar um norte aos docentes quanto à importância em ter um plano de aula com propostas claras, objetivas e verificação de aprendizagem.
Why – Por que será feito (justificativa)	A proposta de pensar na otimização do tempo pelos servidores da escola. Objetiva-se trazer melhores rendimentos e práticas coadunadas com a realidade local. A falta de planejamento das aulas e das ações ocasionam muitos desgastes no cotidiano. Dessa forma, concomitantemente, a oficina refletirá sobre a importância da concepção e do uso do tempo e de como este deve ser utilizado na melhoria ou na criação de práticas educativas eficazes. Ainda, acentuar a relevância da díade entre a vida pessoal e profissional. Tempo para planejar, efetivar, corrigir, refazer rotas, lançar notas e passear, interagir com a família, investir no arcabouço cultural e descansar.
Where – Onde será feito (local)	Na escola.
When – Quando será feito (tempo)	Na reunião de AEC, mês de julho de 2025.
Who – Por quem será feito (responsabilidade)	Organizado pela gestora e EEBs, com convite à equipe do Plano de recomposição de aprendizagens ou EEB.
How – Como será feito (método)	O convidado ou EEB proferirá uma palestra de 30min, orientando e refletindo sobre o uso da gestão do tempo na vida pessoal e no fazer pedagógico dos professores. Subsidiada pela relação de atividades extraclasse contempladas no Ofício nº 2.663/2016, focará na importância de se fazer planos de aula para um melhor rendimento educacional. Em 30min, os docentes reunidos por áreas de conhecimento (Linguagens e suas Tecnologias, Matemática e suas Tecnologias, Ciências da Natureza e suas Tecnologias, e Ciências Humanas e Sociais Aplicadas), elaborarão um plano de aula comum acerca de um tema transversal e ao final os grupos em 05min, apresentaram em plenária a proposta desenvolvida coletivamente. A atividade é concluída pela equipe 10min. (total de horas considerada para a realização da atividade: 01h30min. As técnicas de gestão de tempo indicadas para a realização da ação são: Time Blocking (Bloqueio de Tempo), Kanban e Planejamento semanal e diário.
How much – Custo	R$ 500,00 para custear o lanche (recursos – lanche do professor) e ajuda de transporte para o palestrante - deslocamento de participantes (Recurso de Manutenção e Custeio da Caixa Escolar).

Fonte: Elaborado pelo autor (2024).

A CAP (Comunidade de Aprendizagem Profissional), apresentada nesta pesquisa sob o aporte teórico de Chediak *et al.* (2018), almeja fortalecer o desenvolvimento das AEC na EEME. A CAP é formada por um grupo de educadores que se reúne de forma colaborativa para refletir, compartilhar práticas pedagógicas exitosas e buscar soluções para desafios pedagógicos, é um instrumento fundamental para a promoção do desenvolvimento contínuo dos docentes. Além de promover a melhoria da prática pedagógica individual, possibilita a criação de uma cultura de colaboração e crescimento coletivo na escola. A CAP é um espaço para que os docentes compartilhem suas experiências, discutam boas práticas e reflitam sobre suas práticas pedagógicas. O Quadro 10 descreve como se dá a proposição da CAP para a EEME.

A inauguração da CAP na EEME corroborará com a prática e com o fortalecimento do trabalho coletivo. A partir dos encontros e dos estudos, espera-se que projetos e atividades sejam construídos pelos docentes e acompanhados pelas EEBs. Além disso, permitirá a realização da ação 6, apresentada neste PAE – o Seminário de boas práticas.

4.4 AÇÃO 4 – ENCONTROS E PARCERIAS: ESCOLA E FAMÍLIA DE MÃOS DADAS

No capítulo 2, percebeu-se que as reuniões com os pais não contabilizaram uma adesão representativa. Ao descrever e analisar o desenvolvimento das reuniões de entrega de resultados, evidenciou-se a ausência de estreitamento entre familiares, discentes e docentes. Nesse sentido, ao considerar que a família e a escola são um amálgama e precisam estabelecer acordos, metas e ações, propõe essa ação. Sugere-se que, em dois momentos, anualmente, nos meses de maio e agosto a gestão escolar, promova momentos interativos entre os atores da escola e a comunidade. A escolha dos meses se dá na intenção de comemorar os dias das mães e dos pais, com palestras e ações que promovam a participação e a interação entre escola e família.

As famílias podem informar aos professores acerca da existência de novas necessidades ou desafios diários que reverberam na escola. Nos encontros informais, famílias e docentes podem, ainda, discutir, analisar e compreender questões relacionadas às novas tecnologias, mudanças nas leis educacionais, fatores sociais e culturais que afetam diretamente o processo educacional. Dispor a compreender o desempenho e a cultura dos alunos pode instrumentalizar os profissionais da educação a adaptarem os seus métodos de ensino às necessidades dos alunos.

Quadro 10 – Ação 3: Proposição da Comunidade de Aprendizagem Profissional (CAP)

Pergunta	Descrição das ações
What – O que será feito (etapas)	A proposição dessa ação busca iniciar o cumprimento das AEC individual ou coletiva com maior tranquilidade e comodidade pelo professor na companhia de colegas de mesma área de conhecimento. Propõe-se a criação de grupo de estudos por áreas de conhecimento: Linguagens e suas Tecnologias, Ciências Humanas e suas Tecnologias, Ciências da Natureza e suas Tecnologias e Matemática.
Why – Por que será feito (justificativa)	A ação visa efetivar a realização das atividades extraclasse pelo professor e fomentar o planejamento e o aprimoramento coletivo entre profissionais de áreas de conhecimento ou áreas afins.
Where – Onde será feito (local)	Na escola e em casa.
When – Quando será feito (tempo)	Semanalmente, com um encontro mensal presencial ou virtual com duração de 2 horas, entre os meses de julho de 2025 a junho de 2026.
Who – Por quem será feito (responsabilidade)	Pelos professores, gerenciados pelas EEBs ou equipe gestora.
How – Como será feito (método)	O professor, individualmente ou acompanhado de seus pares, fará as atividades extraclasse contempladas no Ofício nº 2.663/2016 (Minas Gerais, 2016), documento orientador Reuniões Pedagógicas Atividades Extraclasse (Minas Gerais, 2022a) e Resolução nº 4.968, de 23/02/2024 (Minas Gerais, 2024a) semanalmente. Depois, uma vez por mês, reunirá presencialmente ou virtualmente com os pares de área de conhecimento ou áreas afins. Os encontros deverão ser assistidos pela EEB ou gestão escolar. As EEBs orientarão os docentes sobre ofertas de cursos promovidos pela Escola de Formação de Educadores e outras entidades como: FGV, MEC (AVAMEC), Escolas Conectadas, Instituto Unibanco, Nova Escola, plataforma Apoio ao Professor, Instituto Rodrigo Mendes (IRM), Instituto Singularidades, Polo ambiente virtual da fundação Itaú entre outros institutos, Faculdades e Universidades. Após orientar as ações e atividades a serem desenvolvidas pelos docentes, as EEBs irão se reunir com os grupos uma vez por mês, em uma reunião com duração entre uma ou duas horas. Nas reuniões as EEBs, juntamente com os docentes, aferirão o resultado dos estudos e, a partir destes projetarão ações e práticas que visem melhorar o rendimento educacional da EEME. Ademais, a partir desses encontros fomentar-se-á a ação 6 - Seminário de boas práticas deste PAE.
How much – Custo	Sem custo.

Fonte: Elaborado pelo autor (2024).

Promover o diálogo entre os pais e docentes é desenvolver o aprendizado e compartilhamento de experiências. O encontro entre esses atores oportuniza aos docentes refletirem sobre seu trabalho pedagógico, assim como o aprimoramento de suas habilidades de comunicação e de gestão. Entender o meio educacional e a localidade em que labora reforçam as indicações teóricas feitas por Freire (1996), Gadotti (2011), Gatti (2017) e Mali (2013) entre outros que pensam a formação continuada de docentes. Desenvolver a empatia e compreensão dos problemas emocionais e sociais que os alunos enfrentam fora da sala de aula é uma das demandas mais urgentes aos docentes atualmente. As parcerias construídas com a comunidade ajudam a desenvolver o profissionalismo dos professores e a melhorar a qualidade do ensino ministrado.

A proposição da ação consiste em atrair os pais para a escola e fomentar o diálogo entre a comunidade local e os atores escolares, sobretudo com os docentes. Conhecer e mapear a realidade na qual a escola está inserida é uma das dimensões cabíveis dentro do desenvolvimento das AEC. É na escola, que os problemas e dificuldades aparecem. Possibilitar o diálogo entre pais e docentes é, ao mesmo tempo, buscar compreender os desafios enfrentados por ambos que têm como objetivo comum, a formação educacional, social e emocional dos educandos. Abordagens de métodos de estudos e acompanhamento dos pais nas tarefas escolares dos filhos podem ser explorados nesses encontros pelos docentes ou EEBs. Por fim, a ação busca atender uma das orientações apresentadas no Ofício Circular nº 2.663/16 (Minas Gerais, 2016) que prevê que a escola promova ações junto às famílias dentro da execução das AEC. Objetiva-se, então, aproximar, conhecer e estabelecer parcerias capazes de elucidar e dirimir as barreiras, enfrentadas no cotidiano escolar (Quadro 11).

A interação com as famílias e a comunidade escolar pode contribuir para o desenvolvimento profissional dos professores e para a melhoria da qualidade educacional oferecida. A formação docente, também, perpassa pelas questões sociais e emocionais dos educandos. “Estudos demonstram que muitas famílias desejam falar, monitorar, estimular e guiar seus filhos, mas afirmam que precisam de mais orientações das escolas e dos professores sobre como poderiam auxiliá-los em casa” (Jungles, 2022, p. 37).

Nesse sentido, a proposição da ação quatro abre um espaço e canal de comunicação para que ambos os lados, escolas e famílias se percebam como atuantes na mesma dimensão. A escola valorizando as origens, culturas e tradições de sua comunidade, e, as famílias conhecendo os docentes, a gestão e as propostas pedagógicas ofertadas pela unidade escolar.

Quadro 11 – Ação 4: Encontros e parcerias – escola e família de mãos dadas

Pergunta	Descrição das ações
What – O que será feito (etapas)	Duas reuniões anuais com os pais (meses de agosto de 2025 e maio de 2026) para realizar entrega dos resultados bimestrais, premiar os alunos destaques e possibilitar a aproximação entre discentes, docentes e famílias. Ainda, promover uma mostra de profissões e prestação de serviços desenvolvidas pelos pais e pelos educandos na modalidade de feira. Para a execução da ação, nos meses de fevereiro e junho, a gestão e EEBs introduzirão a proposta e prestarão as devidas informações ao grupo acerca dos objetivos esperados com a ação.
Why – Por que será feito (justificativa)	▪ A proposição dessa ação intenta instaurar no ambiente escolar uma participação mais efetiva dos pais na vida educacional dos filhos. ▪ Promover a convivência entre docentes e familiares de seus educandos. ▪ Apresentar e abordar temas relacionados ao papel da família e da escola. ▪ Restaurar a imagem da escola junto à comunidade. ▪ Divulgar o trabalho pedagógico e orientar os pais e os discentes acerca da importância da integração entre família e escola.
Where – Onde será feito (local)	Na escola.
When – Quando será feito (tempo)	Duas vezes no período de um ano, um encontro no mês de agosto de 2025 e outro em maio de 2026.
Who – Por quem será feito (responsabilidade)	Pela gestão e EEBs, em parceria com o corpo docente, SEE, Metropolitana C e faculdades parceiras da escola. Com a comunidade escolar, a mobilização inclui o colegiado escolar e o grêmio estudantil.
How – Como será feito (método)	A escola, na oportunidade dos meses festivos do dia das mães e dos pais, juntamente com a comunidade escolar, promoverá a entrega de resultados acadêmicos referentes ao primeiro e segundo bimestre. Ainda, disporá de palestras sobre temas cotidianos refletidos na escola. Temas como: violência doméstica, direitos da criança e do adolescente, papel da família, papel da escola, a importância dos estudos, entre outros, são sugestões para a promoção de momentos de interação, de reflexão e de mudanças de atitudes. Na oportunidade, promoverá a valorização das habilidades artísticas dos educandos e docentes. Valorizará as profissões e prestação de serviço existente entre os pais e discentes. Ainda, propiciará um momento coletivo de confraternização entre todos os presentes.
How much – Custo	R$ 500,00 (utilizar recursos da merenda escolar).

Fonte: Elaborado pelo autor (2024).

4.5 AÇÃO 5 – OFICINA DE ORGANIZAÇÃO FINANCEIRA PARA DOCENTES

A ação buscará, por meio de uma oficina temática, propiciar a reflexão acerca da organização financeira para os docentes. A proposta está apoiada em uma solicitação dos docentes da EEME que, diante do trabalho desenvolvido por um docente de Matemática, junto à Olimpíada do Tesouro Direto de Educação Financeira, colocou a escola como medalhista no programa. No dia 09/11/2024, durante a reunião de AEC os docentes manifestaram o desejo e a necessidade de pensarem sobre as finanças pessoais e investimentos. Nesse sentido, vislumbrou-se na proposição da oficina a aplicabilidade dos conhecimentos adquiridos para o fortalecimento das disciplinas do NEM, como educação financeira e projeto de vida.

A ação buscará, ao mesmo tempo, oportunizar a formação e incentivar um momento de reflexão acerca da carreira e vida pessoal dos docentes. Salienta-se, aqui, que o docente, juntamente com outros colegas de área, se dispôs a partilhar os conhecimentos adquiridos no curso. A gestão, também, julgou importante a proposta.

A educação financeira oferece aos professores os instrumentos necessários para gerenciar suas próprias finanças, promovendo uma autonomia e segurança financeira. Certamente, essa ação ajudará a reduzir o estresse relacionado à questões financeiras pessoais. Ainda, contribuirá na consolidação da formação continuada dentro das AEC, na medida em que contempla e fomenta a necessidade de planejar, refletir e agir. Ademais, abordará a dimensão social dos docentes, enfatizando sua realização pessoal e, consequentemente, servindo de exemplos concretos ao proporem a atividade aos discentes. Os docentes desempenham um papel salutar no processo educacional. Sendo assim, ao serem capacitados, acerca de suas finanças, poderão construir com uma cultura financeira dentro da comunidade escolar. A partir da oficina, os docentes poderão elaborar atividades que reflitam sobre os gastos familiares, pessoais e institucionais. Os educandos poderão compreender que a vida financeira requer um esforço de organização e de disciplina. Nesse sentido, os sonhos e os objetivos estarão listados no papel e nas planilhas e seus alcances dar-se-ão mediante a programação ou o simulacro de valores.

Pensar em uma ação que busque promover a educação financeira aos docentes, em última instância, é oportunizar uma análise e entendimento do contexto social e econômico no qual muitos alunos estão inseridos. Além disso, temas transversais propostos à educação serão contemplados como o endividamento, o consumo excessivo e a falta de planejamento financeiro. A ação poderá contribuir para a existência de uma educação mais estratégica ao lidar com situações reais, vivenciadas pelos educandos.

Navarro e Silva (2023) descrevem que a abordagem e promoção da educação financeira não se limita ao campo propriamente da Matemática. Outrora, abarca “a aquisição de conhecimentos, habilidades e atitudes que empoderam os indivíduos a tomarem decisões informadas no que diz respeito à gestão de recursos financeiros” (Navarro; Silva, 2023, p. 1). Ainda, destacam que:

> [...] a Educação Financeira transcende o estudo de tópicos de Matemática Financeira, pois desempenha um papel importante na formação dos estudantes do Ensino Médio, preparando-os para tomar decisões financeiras conscientes, lidar com os desafios do mundo contemporâneo e construir um futuro financeiro sólido (Navarro; Silva, 2023, p. 1).

A partir da simulação desenvolvida com os docentes na oficina, a ação refletirá no desenvolvimento na educação real. Dessa forma, a ação propiciará aos discentes uma educação crítica e útil, seja por meio do consumo consciente ou pelo hábito de sonhar, de planejar, de guardar e de consumir de maneira tranquila (Quadro 12).

Navarro e Silva (2023) descrevem que a abordagem e a promoção da educação financeira não se limitam ao campo propriamente da Matemática. Outrora, abarca “a aquisição de conhecimentos, de habilidades e de atitudes que empoderam os indivíduos a tomarem decisões informadas no que diz respeito à gestão de recursos financeiros” (Navarro; Silva, 2023, p. 1). Ainda, destacam que:

> [...] a Educação Financeira transcende o estudo de tópicos de Matemática Financeira, pois desempenha um papel importante na formação dos estudantes do Ensino Médio, preparando-os para tomar decisões financeiras conscientes, lidar com os desafios do mundo contemporâneo e construir um futuro financeiro sólido (Navarro; Silva, 2023, p. 1).

A partir da simulação desenvolvida com os docentes na oficina, a ação refletirá no desenvolvimento na educação real. Dessa forma, a ação propiciará aos discentes uma educação crítica e útil, por meio do consumo consciente ou o hábito de sonhar, de planejar, de guardar e de consumir de maneira tranquila.

Quadro 12 – Ação 5: Oficina de organização financeira para docentes

Pergunta	Descrição das ações
What – O que será feito (etapas)	Um encontro de duas horas, dentro de uma reunião de AEC, no mês de outubro de 2025.
Why – Por que será feito (justificativa)	▪ Atender uma solicitação do grupo de docentes da EEME. ▪ Orientar a utilização do planejamento como aporte para o alcance de metas. ▪ Possibilitar a aplicação dos conhecimentos nas disciplinas eletivas do NEM como projeto de vida e educação financeira. ▪ Incentivar a partilha de conhecimentos e instigar a dimensão de sonhos nos docentes. ▪ Trabalhar a dimensão emocional dos docentes na provocação de conquistas e planejamentos pessoais, trabalhistas e familiares.
Where – Onde será feito (local)	Na escola.
When – Quando será feito (tempo)	Uma vez no mês de outubro de 2025.
Who – Por quem será feito (responsabilidade)	Pela gestão e EEBs, em parceria com o corpo docente da área de Matemática ou convidado externo das entidades parceiras.
How – Como será feito (método)	Durante a reunião de AEC, do mês de outubro, ofertar uma oficina temática reflexiva e prática sobre a organização financeira dos presentes. Os palestrantes abordarão os temas de finanças, projetos, economias e sonhos em 01h. Em seguida, encaminhará os docentes para a sala de informática ensinando por meio do preenchimento de planilhas orçamentárias, como organizar os ganhos e gastos mensais (40min.). Ao fim, caso julgue importante, propor uma roda de conversa sobre a exposição dos sonhos e planos (20min.). Na divulgação da pauta e da data da atividade pode solicitar que quem quiser leve seu Notebook.
How much – Custo	Sem custo.

Fonte: Elaborado pelo autor (2024).

4.6 AÇÃO 6 – SEMINÁRIO DE BOAS PRÁTICAS

A última ação proposta para este PAE consistirá em promover um desdobramento e aplicação das ações 2, 3 e 5. Por meio da proposição de um seminário de boas práticas entre os docentes da EEME, a ação almeja contemplar a dimensão reflexiva e prática do fazer pedagógico. Subsidiados por ações e por atividades referentes à promoção da formação continuada em serviço, os docentes, em caráter individual ou coletivo, protagonizarão um Seminário de Boas Práticas. Por meio de partilhas, de divulgação de estudos e de projetos desenvolvidos, durante o ano de 2025, sobretudo, as atividades sugeridas nas ações 2, 3 e 5 deste PAE, o seminário desenhará um painel de práticas afirmativas. As práticas afirmativas

são aquelas que privilegiam o fazer docente e promove uma abordagem pedagógica e institucional que visa priorizar a igualdade de oportunidades e combate à discriminação, favorecendo ativamente grupos historicamente marginalizados ou desfavorecidos. No caso escolar, objetiva-se mostrar que o conhecimento é uma soma de todas as áreas e, por isso, a ação contempla as quatros abordagens curriculares em suas respectivas dimensões: Linguagens e suas Tecnologias, Ciências Humanas e Suas Tecnologias, Ciências da Natureza e suas Tecnologias e Matemática.

O Seminário Boas Práticas corrobora a criação de um ambiente de colaboração mútua, onde os docentes, EEBs e gestão podem interagir e discutir os desafios comuns percebidos no cotidiano escolar. A partir das reflexões coletivas, juntos, têm possibilidades de encontrarem soluções. Além disso, a ação visa fortalecer o trabalho em equipe e promover uma cultura de solidariedade dentro do espaço escolar. O seminário pode motivar os professores expectadores a experimentarem novas abordagens e técnicas de ensino. Expor as boas práticas de ensino permite que os docentes se sintam valorizados. Além de aumentar a autoestima e desenvolver a motivação dos demais professores, inaugurando um ambiente mais positivo na escola.

O ato de apresentar e de discutir as boas práticas produz uma reflexão crítica sobre a própria prática pedagógica. Isso permite que os docentes identifiquem pontos fortes e áreas para melhoria, resultando em um aprimoramento contínuo do ensino e da ação pedagógica. O Seminário de Boas Práticas, reflete os anseios de Branca (entrevista concedida em 30 de out. de 2024) que percebe nas reuniões de AEC, um momento propício para refazer rotas. Acentua, ainda, as ausências observadas por Violeta (entrevista concedida em 07/11/2024) a qual relata que é preciso ouvir e conhecer as demandas dos docentes para que, a partir destas, as AEC sejam propostas (Quadro 13).

O Seminário de Boas Práticas é uma ação pensada, exclusivamente, para os docentes da escola, além de provocar a participação dos docentes, objetiva instaurar um ambiente coletivo e valorativo sobre as condições e o mapeamento da realidade local. Com efeito, o Seminário pretende provocar nos docentes, gestão e EEBs que as políticas mais efetivas são aquelas construídas no interior de cada escola, desde que preservadas as dimensões concretas. Ao abordar as práticas exitosas e promover ações políticas reais, evoca as ideias difundias por Ball, Maguire e Braun (2016), que defendem que as políticas devem ser formuladas a partir da realidade local. Sugere-se, ainda, que o Seminário seja gravado em vídeo e editado, para se constituir em um banco de ações e práticas para futuras consultas entre os docentes, discentes, EEBs, SEE, Metropolitana C e futuras gestões.

Quadro 13 – Ação 6: Seminário de boas práticas

Pergunta	Descrição das ações
What – O que será feito (etapas)	▪ Dois encontros de 02 horas cada, dentro das reuniões de AEC, nos meses de abril e junho de 2026. ▪ Gravação de vídeos dos encontros para consultas futuras. (pela gestão, EEBs ou discentes).
Why – Por que será feito (justificativa)	▪ Fomentar a formação continuada em serviço dos docentes da EEME. ▪ Criar um banco de materiais para publicação de práticas exitosas na EEME. ▪ Reconhecer os conhecimentos específicos dos docentes em suas respectivas áreas de conhecimento. ▪ Valorizar as boas práticas, pesquisas e projetos idealizados pelos docentes. ▪ Incentivar a partilha de conhecimentos e fomentar a dimensão da construção de trabalhos e projetos coletivos. ▪ Trabalhar a dimensão emocional e profissional dos docentes identificando potencialidades e empecilhos na exposição de ideias.
Where – Onde será feito (local)	Na escola.
When – Quando será feito (tempo)	Duas vezes ao ano no mês de abril e junho de 2026.
Who – Por quem será feito (responsabilidade)	Pela gestão e EEBs, em parceria com o corpo docente, das quatro áreas de conhecimentos.
How – Como será feito (método)	Durante as reuniões de AEC, dos meses de abril e junho de 2026, cada área do conhecimento terá uma hora para divulgar as práticas de projetos, de estudos e de ações desenvolvidas individualmente ou em grupo. A divisão das apresentações deverá ser feita na reunião de AEC do mês de fevereiro de 2026.
How much – Custo	R$ 400,00 para confecção de entrega de certificados e de lembranças aos palestrantes (Recurso de Manutenção e Custeio da Caixa Escolar).

Fonte: Elaborado pelo autor (2024).

Este trabalho encerra-se aqui com as palavras de Nóvoa (1992), nelas se fazem presentes as percepções e concepções trabalhadas ao longo do texto. Abordar um tema tão urgente e necessário como o que foi proposto, requer, ainda, muitos estudos e aprofundamentos. O certo é que se torna indiscutível e necessário é não conceber a formação continuada, assim como a promoção e execução das AEC, como elementos basilares na vida docente. Em relação à proposição do Seminário de Boas Práticas, reforça-se, ainda, que é com os pares e em seu local de trabalho que a formação continuada surtirá efeitos. Como proposto, na ação seis, é na soma dos conhecimentos, lamentavelmente, concebidos em partes fragmentadas, apagadas e desconfiguradas, que a imagem estará restaurada e será percebida.

> Não se trata de mobilizar a experiência apenas numa dimensão pedagógica, mas também num quadro conceptual de produção de saberes. Por isso, é importante a criação de redes de (auto)formação participada, que permitam compreender a globalidade do sujeito, assumindo a formação como um processo interativo e dinâmico. A troca de experiências e a partilha de saberes consolidam espaços de formação mútua, nos quais cada professor é chamado a desempenhar, simultaneamente, o papel de formador e de formando (Nóvoa, 1992, p. 26).

A ação seis encerra a proposição desse PAE, que não tem a intenção de solucionar todas as demandas e lacunas evidenciadas na instituição pesquisada. Todavia, por meio dela, busca incentivar mais pesquisas e estudos sobre a promoção e o acompanhamento das AEC, na rede estadual de ensino de Minas Gerais e no Brasil. As ações são propositivas e podem ser adaptadas, conforme as necessidades particulares da unidade.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho teve como objetivo geral de identificar e compreender os desafios da gestão da Escola em realizar a formação continuada na carga horária destinada às AEC. Além disso, buscou compreender como a promoção da formação continuada em serviço é contemplada nesse espaço. Ao apresentar as legislações, observou-se que a regulamentação e a implementação das reuniões pedagógicas foram um processo gradativo e demorado. No intuito de compreender tais desafios, as legislações pertinentes foram abordadas no Capítulo 2.

Leis, ofícios, orientações e decretos, foram aperfeiçoando a política das AEC na rede estadual de ensino de Minas Gerais. Destaca-se aqui: a Lei nº 7.109/1977 (Minas Gerais, 1977), que apresenta o EPMPEMG; a Lei nº 20.592/2012 (Minas Gerais, 2012), que registra consideráveis avanços acerca da valorização das AEC; o Decreto nº 46.125/2013 (Minas Gerais, 2013); e o Ofício Circular GS nº 2.663/2016 (Minas Gerais, 2016), principais documentos orientadores. A Resolução da SEE-MG nº 4.265, de 15/01/2020 (Minas Gerais, 2020a), que permite aos gestores organizarem e acompanharem as AEC de seu corpo docente. O documento orientador Reuniões Pedagógicas Atividades Extraclasse (Minas Gerais, 2022a), que visa subsidiar as equipes gestoras e pedagógicas para o planejamento e efetivação das Reuniões Pedagógicas. O documento Diretrizes para a Organização e Realização de Reuniões Pedagógicas (Minas Gerais, 2023), que reforça a importância das reuniões de AEC como espaço apropriado para ofertar a formação continuada dos docentes dentro da escola e a Resolução nº 4.968, de 23/02/2024 (Minas Gerais, 2024a), que estabelece normas para o cumprimento da carga horária, destinada às AEC, pelo PEB das escolas da Rede Estadual de Ensino de Minas Gerais.

Observou-se, de maneira minuciosa, a escola pesquisada e a comunidade escolar na qual ela está inserida, apresentando suas características físicas, econômicas, históricas e culturais. Logo, foram apresentados detalhes da organização e realização das reuniões de AEC pela equipe pedagógica e gestora no quinquênio em estudo e, assim, evidenciou-se o estudo de caso apresentado pelo pesquisador. Ficaram demonstradas as dificuldades da gestão em organizar as reuniões pedagógicas de AEC, utilizando-as como espaços de formação continuada em serviço. Por meio das análises dos dados apresentados pelos documentos pesquisados, observou-se que os desafios são perceptíveis e que a falta da promoção e de acompanhamento das AEC trazem consequências negativas ao processo ensino-aprendizagem na escola. Evidenciou-se, também, que, durante o período analisado, o número de reuniões direcionadas à formação continuada

foram inferiores às programadas e que a formação continuada de docentes pouco foi tangenciada.

Após a descrição e a análise do caso, bem como a proposição de um Plano de Ação Educacional que oferecesse a dimensão da formação continuada em serviço aos docentes da EEME, objetiva-se aqui tecer algumas considerações. Primeiramente, faz-se mister reconhecer que o tema se mostrou carente de estudos. Os estudos realizados sobre a temática até então, buscaram recolher percepções de gestores e de docentes que acentuaram as dificuldades e os obstáculos em realizar as AEC nas escolas. As EEBs, principais profissionais aptas a propor, a organizar e a acompanhar as AEC na rede Estadual de Minas Gerais, na maioria dos estudos consultados, não tiveram suas percepções contempladas sobre como promover e acompanhar as AEC no meio escolar.

Com referência à pesquisa de campo, as entrevistas contribuíram para ratificarem o que fora trabalhado ao longo da pesquisa. Aspectos como: a falta de professores eventuais, valorização da carreira docente, condições de acompanhamento e oferta das AEC pelas EEBs e gestão, o acúmulo de atividades e multiplicidades de documentos e legislações, a necessidade de acordo entre as redes municipais e estaduais de ensino em seus calendários que possibilite aos docentes participarem das AEC nas duas redes, a ausência de carga horária de AEC para que as EEBs realizem planejamentos e formação continuada em suas próprias carreiras precarizam a oferta e acompanhamento das AEC. Destaca-se que a multiplicidade das orientações e memorandos expedidos pela SEE-MG, não produziu, ainda, a clareza acerca da promoção e do acompanhamento das AEC na rede estadual de ensino.

No tocante à importância da formação continuada, foi possível constatar que a SEE-MG dispõe de recursos e de meios que contemplam a dimensão. Todavia, percebe-se que existe a falta de divulgação e de valorização das atividades e de cursos promovidos pela Escola de Formação e Desenvolvimento Profissional de Educadores de Minas Gerais, assim como das demais atividades promovidas por entidades parceiras.

A proposição do PAE é de que a formação continuada de docentes seja ofertada dentro das AEC, coletivas da escola. As seis ações propostas buscaram dialogar com as percepções das entrevistadas e a descrição das atividades desenvolvidas pela escola referentes ao cumprimento das AEC. Sabe-se que, ainda, a gestão tem a incumbência de organizar o quadro de horário de modo a possibilitar as ações que objetivam instaurar e fortalecer a troca de experiências dos docentes com seus pares. Pensar a formação continuada de docentes, em contexto educacional brasileiro, é saber que, ainda, é preciso identificar e reconhecer muitas fragilidades e obstáculos. Vislumbrar a formação continuada dentro da própria escola é o início

para que se reconheça que cada escola, em suas potencialidades e desafios, devam debater e entender seu propósito e sua missão.

O PAE apresentado exime-se da pretensão holística de solucionar todas as lacunas, demandas e urgências da unidade pesquisada, deixa a gestão, as EEBs e os professores, a possibilidade de adequação, de remodelação e de ajustes cabíveis, em cada ação, prioriza o que foi tematizado neste trabalho acerca das políticas pensadas para as escolas que, no mais das vezes, desconsideram suas particularidades e realidades. Reconhece-se, aqui, que cada escola possui sua própria história e singularidade.

De mais a mais, deve-se pensar que o docente e a reflexão de sua prática cotidiana são instrumentos capazes de superar os limites locais. Possibilitar a troca de conhecimento e de experiências fortalece o docente, estimula os pares e contribui com o rendimento da unidade. Valorizar o trabalho das especialistas reconhecendo que, assim, como os docentes carecem de um tempo para planejar, para acompanhar e para orientar as AEC, é o primeiro caminho a ser compreendido pela rede estadual de educação de Minas Gerais. O trabalho não abordou o papel da vice-direção no contexto escolar da rede estadual, assim como as EEBs, esses servidores estão recebendo uma carga gerencialista. O documento Diretrizes para a Organização e Realização de Reuniões Pedagógicas (Minas Gerais, 2023) e a Resolução nº 4.968, de 23/02/2024 (Minas Gerais, 2024a), coloca a vice-direção, como corresponsável em acompanhar os docentes, durante a carga horária de execução das AEC, na escola.

Deixam-se, aqui, alguns pontos para a reflexão, o acompanhamento das AEC deve ser desempenhado pelas EEBs, a rede estadual precisa rever o quantitativo de servidores, outras atividades devem ser consideradas para o computo das AEC. Como fora ressaltado por Branca (entrevista concedida em 30/10/2024), é preciso ter um alinhamento entre as redes estadual e municipal, a fim de que os docentes que laboram nas duas esferas participem e experienciem a formação continuada com os pares.

Finalmente, espera-se que a temática estudada estimule futuras investigações e promova reflexões capazes de aprimorar o entendimento sobre as Atividades Extraclasse e a formação continuada de docentes na rede estadual de ensino de Minas Gerais. Além disso, que os governantes, gestores, EEBs e docentes reconheçam que a proposição das Atividades Extraclasse são totalmente de caráter formativo e reflexivo, extirpando delas o caráter punitivo.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, A. S. **A percepção dos professores de ensino fundamental da SEDUC/AM da cidade de Manaus sobre a hora de trabalho pedagógico na escola**. 2016. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública) – Faculdade de Educação/CAEd, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2016. Disponível em: http://www.mestrado.caedufjf.net/wp-content/uploads/2017/01/ALINE-SANTOS-DEALMEIDA.pdf. Acesso em: 30 set. 2023.

ALVARENGA, J. G. M. P.; QUINTANILHA, C. M. Viragem paradigmática: notas sobre o período extraclasse. **Communitas**, v. 2, n. 3, p. 194-206, 2018. Disponível em: https://periodicos.ufac.br/index.php/COMMUNITAS/article/view/1876. Acesso em: 24 set. 2023.

ANDRÉ, M. E. D. A. **Métodos e técnicas de pesquisa educacional**. São Paulo: Edições Loyola, 2011.

ARROYO, M. Tensões na condição e no trabalho docente - tensões na formação. **Movimento: Revista de Educação**, ano 2, n. 2, p. 1-34, 2015.

BALL, S. J.; MAGUIRE, M.; BRAUN, A. **Como as escolas fazem as políticas**: atuação em escolas secundárias. Tradução de Janete Bridon. Ponta Grossa: UEPG, 2016.

BARBOSA, M. V.; FERNANDES, N. A. M. (Orgs.). Políticas públicas para formação de professores e seus impactos na educação básica. **Em Aberto**, v. 30, n. 98, p. 23-39, 2017. Disponível em: http://rbep.inep.gov.br/ojs3/index.php/emaberto/issue/view/265/41. Acesso em: 03 mai. 2023.

BOF, A. M.; CASEIRO, L. Z.; MUNDIM, F. C. Carência de professores na educação básica: risco de apagão? **Cadernos de Estudos e Pesquisas em Políticas Educacionais**, v. 9, 2023. Disponível em: https://cadernosdeestudos.inep.gov.br/ojs3/index.php/cadernos/article/view/5967/4344. Acesso em: 13 mar. 2024.

BRASIL. **Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997**. Estabelece normas para as eleições. Disponível em: https://www.jusbrasil.com.br/legislacao/176514/lei-9504-97. Acesso em: 5 ago. 2023.

BRASIL. **Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007**. Regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB. Brasília, 2007a. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/l11494.htm. Acesso em: 4 jul. 2023.

BRASIL. **Projeto de Lei nº 619, de 2007**. Altera a Lei nº 11.000, de 1º de janeiro de 2000. Brasília, 2007b. Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=1234567. Acesso em: 5 fev. 2024.

BRASIL. **Lei nº 11.738, de 16 de julho de 2008**. Regulamenta a alínea "e" do inciso III do caput do art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica. Brasília, 2008a. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11738.htm. Acesso em: 6 abr. 2023.

BRASIL. **Lei nº 22.747, de 23 de janeiro de 2008**. Altera dispositivos da Lei nº 11.644, de 21 de dezembro de 2007, e dá outras providências. Brasília, 2008b. Disponível em: https://www.jusbrasil.com.br/legislacao/176514/lei-22747-08. Acesso em: 5 mai. 2023.

BRASIL. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE (2014-2024) e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm. Acesso em: 24 jul. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **O censo da educação básica**: orientações para os CACS-FUNDEB. Brasília: Inep/MEC, 2015. Disponível em: http://www.fnde.gov.br/phocadownload/financiamento/fundeb/2016/fundeb_orientacoes-para-os-cacs-fundeb.pdf. Acesso em: 04 jul. 2024.

BUSS, R. B. P. **Gestão escolar**: cadernos de estudos. Indaial: Asselvi, 2008.

CANDAU, V. M. F. Formação continuada de professores: tendências atuais. In: CANDAU, V. M. F. (Org.). **Magistério**: construção cotidiana. Petrópolis: Vozes, 1997. p. 51-68.

CANDAU, V. M. Formação continuada de professores/as: questões e buscas atuais. **Revista Nuevamerica**, n. 122, 2010. Disponível em: http://www.novamerica.org.br/revista_digital/l0122/rev_emrede02.asp. Acesso em: 24 jul. 2023.

CHARLOT, B. **Da relação com o saber às práticas educativas**. São Paulo: Cortez, 2013.

CHEDIAK, S.; KUNNARI, I.; INFORSATO, E. C.; AMORIM JÚNIOR, J. W. Comunidades de aprendizagem profissional como estratégia de liderança na gestão escolar do século XXI. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, v. 13, n. 1, p. 304-323, 2018. Disponível em: https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/11408. Acesso em: 21 dez. 2023.

CORRÊA, C. P. Q. Egressos de um curso de Pedagogia: trajetórias formativas e profissionais. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, v. 28, n. 106, p. 161-181, 2021. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ensaio/a/4ZGD7MQpYWjwRWJjjCDxRTJ/abstract/?lang=pt. Acesso em: 23 nov. 2024.

DELORS, J. **Educação**: um tesouro a descobrir. 8. ed. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: MEC/UNESCO, 2003.

ESCOLA ESTADUAL MUNDO ENCANTADO. **Projeto Político Pedagógico**. Belo Horizonte: EEME, 2019a.

ESCOLA ESTADUAL MUNDO ENCANTADO. **Diretrizes para o Ano Letivo de 2019**. Belo Horizonte: EEME, 2019b.

ESCOLA ESTADUAL MUNDO ENCANTADO. Secretaria Escolar. **Quantitativo de Turno, Turmas e Estudantes (Anexo-2023)**. Belo Horizonte: EEME, 2023a.

ESCOLA ESTADUAL MUNDO ENCANTADO. **Atas de Ocorrências (2022)**. Belo Horizonte: EEME, 2023b.

ESCOLA ESTADUAL MUNDO ENCANTADO. **Planilha Conselho de Classe (2022)**. Belo Horizonte: EEME, 2023c.

ESCOLA ESTADUAL MUNDO ENCANTADO. **Planilha Quadro de Pessoal (2022)**. Belo Horizonte: EEME, 2023d.

ESCOLA ESTADUAL MUNDO ENCANTADO. **Planilha Quadro de Pessoal (2023)**. Belo Horizonte: EEME, 2023e.

ESCOLA ESTADUAL MUNDO ENCANTADO. **Calendário Escolar (2019-2022)**. Belo Horizonte: EEME, 2023f.

ESCOLA ESTADUAL MUNDO ENCANTADO. **Calendário Escolar (2023)**. Belo Horizonte: EEME, 2023g.

ESCOLA ESTADUAL MUNDO ENCANTADO. **Atas das Reuniões de Atividades Extraclasse (2019-2023)**. Belo Horizonte: EEME, 2023h.

ESCOLA ESTADUAL MUNDO ENCANTADO. **Planilha Cumprimento de Atividades Extraclasse (2022)**. Belo Horizonte: EEME, 2023i.

ESCOLA ESTADUAL MUNDO ENCANTADO. **Livro Registro de Ponto (2022)**. Belo Horizonte: EEME, 2023j.

ESCOLA ESTADUAL MUNDO ENCANTADO. **Informe geral**: WhatsApp – Grupo de Servidores 2022. Belo Horizonte: EEME 2023k.

ESCOLA ESTADUAL MUNDO ENCANTADO. Secretaria Escolar. **Beneficiários do Programa Bolsa Família**. Belo Horizonte: EEME, 2024a.

ESCOLA ESTADUAL MUNDO ENCANTADO. Secretaria Escolar. **Lista de Presença de Pais em Reuniões (2022-2023)**. Belo Horizonte: EEME, 2024b.

ESCOLA ESTADUAL MUNDO ENCANTADO. **Planilha Cumprimento de Atividades Extraclasse (2023)**. Belo Horizonte: EEME, 2024c.

FOSSATTI, P. Novo FUNDEB: uma incursão sobre seus possíveis avanços. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, v. 39, n. 1, e123165, 2023. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2447-41932023000100115&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 04 jul. 2024.

FREIRE. P. A **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GADOTTI, M. **Boniteza de um sonho**: ensinar-e-aprender com sentido. 2. ed. São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2011. (Educação cidadã, 2).

GARCIA, A. **Como usar bem o horário de trabalho coletivo pedagógico (HTPC)**: está na hora de parar de discutir e decidir como usar um terço da jornada de trabalho dos professores, previsto em lei. São Paulo: Nova Escola, 2011. Disponível em: https://gestaoescolar.org.br/conteudo/424/como-usar-bem-o-horario-de-trabalho-coletivo-pedagogico-htpc. Acesso em: 27 set. 2023.

GATTI, B. A. Formação de professores, complexidade e trabalho docente. **Revista Diálogo Educacional**, v. 17, n. 53, p. 721-737, 2017. Disponível em: https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=189154956002. Acesso em: 24 set. 2023.

IMBERNÓN, F. **Formação permanente do professorado**: novas tendências. São Paulo: Cortez, 2009.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Belo Horizonte**: população e densidade demográfica. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/populacao-belo-horizonte-2022. Acesso em: 11 ago. 2023.

JUNGLES, L. A. S. **Parceria família-escola**: benefícios, desafios e proposta de ação. Brasília: Ministério da Educação, 2022. Disponível em: https://alfabetizacao.mec.gov.br/images/pdf/parceria_familia_escola_vf.pdf. Acesso em: 01 dez. 2024.

KUENZER, A. Z. A formação de professores para o ensino médio: velhos problemas, novos desafios. **Revista Educação e Sociedade**, v. 3, n. 116, p. 667-688, 2011.

LIBÂNEO, J. C. **A organização e a gestão da escola**: teoria e prática. Goiânia: Alternativa, 2007.

LIMA, M. J. R.; RAMOS, F. S. Pesquisas sobre piso salarial e remuneração docente: um estado da arte – 2008-2021. **Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento**, v. 8, n. 11, p. 100-133, 2021. Disponível em: https://www.nucleodoconhecimento.com.br/educacao/remuneracao-docente. Acesso em: 18 out. 2023.

LÜCK, H. A aplicação do planejamento estratégico na escola. **Revista Gestão em Rede**, n. 19, p. 8-13, 2000. Disponível em: http://www.crmariocovas.sp.gov.br/pdf/luck_planejamento.pdf. Acesso em: 24 nov. 2024.

LÜCK, H. **Gestão educacional**: uma questão paradigmática. Petrópolis: Vozes, 2006. p. 33-107.

LÜCK, H. **Dimensões da gestão escolar e suas competências**. Curitiba: Editora Positivo, 2009. (Versão digital disponibilizada na plataforma da disciplina Liderança Educacional e Gestão Escolar).

MACHADO, J. C. Ateliê de formação continuada e em serviço: subsídios à atualização do conhecimento pedagógico na escola. In: ENCONTRO NACIONAL DE DIDÁTICA E PRÁTICAS DE ENSINO, 16., 2012, Campinas. **Anais** [...]. Campinas: Unicamp, 2012. Disponível em: http://endipe.pro.br/ebooks-2012/2304p.pdf. Acesso em: 23 nov. 2024.

MALI, T. **Um bom professor faz toda diferença**. Rio de Janeiro: Sextante, 2013. 128 p.

MARQUES, M. R. A. Resenha do livro educação superior: avaliação da produção científica. **Revista Brasileira de Educação**, n. 18, p. 148-149, 2001.

MARSHALL JUNIOR, I.; CIERCO, A. A.; ROCHA, A. V.; MOTA, E. B.; LEUSIN, S. **Gestão da qualidade**. 8. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2008. 196 p.

MINAS GERAIS. **Lei nº 7.109, de 13 de outubro de 1977**. Estabelece o Estatuto do pessoal do magistério do Estado de Minas Gerais, e dá outras providências. Belo Horizonte: Assembleia Legislativa, 1977. Disponível em: https://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa-novamin.html?tipo=LEI&num=7109&ano=1977. Acesso em: 06 dez. 2022.

MINAS GERAIS. **Lei nº 9.381, de 18 de dezembro de 1986**. Institui o quadro de pessoal das unidades estaduais de ensino e dá outras providências. Disponível em: https://www.almg.gov.br/legislacao-mineira/LEI/9381/1986/. Acesso em: 10 nov. 2023.

MINAS GERAIS. **Lei nº 15.293, de 05 de agosto de 2004**. Institui as carreiras dos profissionais de educação básica do estado. Disponível em: https://www.almg.gov.br/legislacao-mineira/texto/LEI/15293/2004/?cons=1. Acesso em: 07 nov. 2023.

MINAS GERAIS. **Decreto nº 45.849, de 27 de dezembro de 2011**. Dispõe sobre a organização da Secretaria de Estado de Educação. Belo Horizonte: Assembleia Legislativa, 2011a. Disponível em: https://www.educacao.mg.gov.br/images/stories/publicacoes/DECRETO_Competencias%20SEE_45.849_com%20alteraes%20do%20dec.45.914%201.pdf. Acesso em: 07 nov. 2023.

MINAS GERAIS. **Lei Delegada nº 180, de 20 de janeiro de 2011**. Dispõe sobre a Estrutura Orgânica da Administração Pública do Poder Executivo do Estado de Minas Gerais e dá outras providências. Belo Horizonte: Assembleia Legislativa, 2011b. Disponível em: https://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa-nova-min.html?tipo=LDL&num=180&ano=2011. Acesso em: 10 nov. 2023.

MINAS GERAIS. **Lei nº 20.592, de 28 de dezembro de 2012**. Altera as Leis nº 15.293, de 5 de agosto de 2024, que institui as carreiras dos profissionais de educação básica do estado, e 15.301, de 10 de agosto de 2004, que institui as carreiras do grupo de atividades de defesa social do poder executivo, e dá outras providências. Disponível em: https://www.almg.gov.br/legislacao-mineira/LEI/20592/2012/. Acesso em: 07 nov. 2023.

MINAS GERAIS. **Decreto nº 46.125, de 4 de janeiro de 2013**. Regulamenta dispositivos da Lei nº 15.293, de 5 de agosto de 2004. Belo Horizonte: Assembleia Legislativa, 2013. Disponível em: https://www.almg.gov.br/legislacao-mineira/DEC/46125/2013/. Acesso em: 07 nov. 2023.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Educação. **Ofício Circular GS nº 2.663, de 13 de setembro de 2016**. Orienta sobre o cumprimento de 1/3 da carga horária de professor destinada às atividades extraclasse, de acordo com a Lei Estadual nº 20.592, de 28 de dezembro de 2012, o Decreto Estadual nº 46.125, de 4 de janeiro de 2013, e as normas vigentes da Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais. Belo Horizonte: SEE, 2016. Disponível em: https://orientaeducacao.files.wordpress.com/2017/02/ofc3adcio-circular-2663-2016-cumprimento-de-carga-horc3a1ria-destinada-c3a0s-atividades-extraclasse-4.pdf. Acesso em: 06 dez. 2022.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Educação. **Resolução nº 4.265, de 15 de janeiro de 2020**. Estabelece normas para a organização do Quadro de Pessoal das Escolas Estaduais na Rede Estadual de Ensino da Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais (SEE-MG) para o ano de 2020. Belo Horizonte: SEE, 2020a. Disponível em: http://www2.educacao.mg.gov.br/images/documentos/4265-20-r%20-%20Public.16-01-20.pdf. Acesso em: 07 nov. 2023.

MINAS GERAIS. **Decreto nº 48.109, de 30 de dezembro de 2020**. Dispõe sobre a convocação de profissionais para o exercício das funções de magistério nas unidades de ensino de educação básica e superior dos órgãos, autarquias e fundações do Poder Executivo. Belo Horizonte: Assembleia Legislativa de Minas Gerais, 2020b. Disponível em: https://www.almg.gov.br/legislacao-mineira/DEC/48109/2020/. Acesso em: 08 jan. 2024.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Educação. **Memorando-Circular nº 6/2020/SEE/SE-ASIE, de 21 de agosto de 2020**. Belo Horizonte: Secretaria de Estado de Educação/Subsecretaria de Articulação Educacional - Assessoria de Inspeção Escolar, 2020c. Disponível em: https://acervodenoticias.educacao.mg.gov.br/images/stories/2020/INSPECAO_ESCOLAR/Boletim_Agosto/Memorando-Circular_-_Acompanhamento_do_EEB_no_m%C3%B3dulo_II_1.pdf. Acesso em: 08 jan. 2024.

MINAS GERAIS. **Resolução SEE nº 4.692, de 29 de dezembro de 2021**. Dispõe sobre a organização e o funcionamento do ensino nas Escolas Estaduais de Educação Básica de Minas Gerais e dá outras providências. Belo Horizonte: Assembleia Legislativa de Minas Gerais, 2021. Disponível em: https://www.educacao.mg.gov.br/wp-content/uploads/2023/01/RESOLUCAO-SEE-No-4.692-DE-29-DE-DEZEMBRO-DE-2021.pdf. Acesso em: 07 nov. 2023.

MINAS GERAIS. **Documento orientador**: reuniões pedagógicas atividades extraclasse. Belo Horizonte: Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais, 2022a.

MINAS GERAIS. **Resolução SEE nº 4.797, de 25 de novembro de 2022**. Estabelece para a Rede Pública Estadual de Educação Básica, os procedimentos de ensino, diretrizes administrativas e pedagógicas do Calendário Escolar do ano de 2023. Belo Horizonte: Assembleia Legislativa de Minas Gerais, 2022b. Disponível: https://acervodenoticias.educacao.mg.gov.br/images/documentos/4797-22-r%20-%20%20Public.%2026-11-22.pdf. Acesso em: 07 jan. 2024.

MINAS GERAIS. **Documento: diretrizes para a organização e realização de reuniões pedagógicas**. Belo Horizonte: Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais, 2023. Disponível em: DIRETRIZES_REUNIOES_PEDAGOGICAS.pdf. Acesso em: 18 dez. 2024.

MINAS GERAIS. **Resolução SEE nº 4.968, de 23 de fevereiro de 2024**. Estabelece normas para o cumprimento da carga horária destinada às atividades extraclasse pelo Professor de Educação Básica das escolas da Rede Estadual de Ensino de Minas Gerais. Belo Horizonte: Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais, 2024a. Disponível em: https://www.educacao.mg.gov.br/wp-content/uploads/2024/02/4968-24-r-Public.-24-02-24.pdf. Acesso em: 07 mai. 2024.

MINAS GERAIS. **Resolução SEE nº 4.948, de 25 de janeiro de 2024**. Define normas para a organização e o funcionamento das escolas da educação básica. Belo Horizonte: Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais, 2024b. Disponível em: https://www.educacao.mg.gov.br/wp-content/uploads/2024/01/4948-24-r-Public.-26-01-24.pdf. Acesso em: 05 mai. 2024.

NAHAS, M.; RIBEIRO, C.; ESTEVES, O.; MOSCOVITCH, S.; MARTINS, V. L. A. B. O mapa da exclusão social de Belo Horizonte: metodologia de construção de um instrumento de gestão urbana. **Cadernos de Ciências Sociais**, v. 7, n. 10, p.75-88, 2000.

NAVARRO, G. F. G.; SILVA, J. C. Uma abordagem da educação financeira associada à prática docente na 3ª série do Ensino Médio. **Educação Matemática Debate**, v. 7, n. 13, 2023. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2526-61362023000100123&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 01 dez. 2024.

NÓVOA, A. (Org.). **Os professores e a sua formação**. Lisboa: Dom Quixote, 1992.

OLIVEIRA, L. M. **A implementação das atividades extraclasse dos professores da Escola Estadual de Umburaninha – Bertópolis/MG e as possibilidades para a formação continuada**. 2021. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública) – Faculdade de Educação/CAEd, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2021. Disponível em: https://repositorio.ufjf.br/jspui/handle/ufjf/13147. Acesso em: 21 abr. 2023.

PARO, V. H. Estrutura da escola e prática educacional democrática. In: REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 30., 2007, Rio de Janeiro. **Anais** [...]. Rio de Janeiro: Anped, 2007. Disponível em: http://30reuniao.anped.org.br/trabalhos/gt05-2780--int.pdf. Acesso em: 12 set. 2023.

PARO, V. H. Estrutura da escola e educação como prática democrática. In: CORREA, B. C.; GARCIA, T. O. (Orgs.). **Políticas educacionais e organização do trabalho na escola**. São Paulo: Xamã, 2008. p. 11-38.

PARO, V. H. Elección de directores escolares en Brasil: un instrumento democrático. **Docencia**, v. 14, n. 39, p. 90-100, 2009.

PEREGRINO, M. **Trajetórias desiguais**: um estudo sobre os processos de escolarização pública de jovens pobres. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.

PEREIRA, D. M. **A política de seleção dos dirigentes das escolas públicas estaduais de Minas Gerais na percepção dos gestores das escolas da Superintendência Regional de Ensino Metropolitana C**. 2015. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública) – Faculdade de Educação/CAEd, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2015. Disponível em: https://repositorio.ufjf.br/jspui/bitstream/ufjf/1109/1/danielamagalhaespereira.pdf. Acesso em: 20 out. 2023.

PONTE, J. P. O estudo de caso na investigação em educação matemática. **Quadrante**, v. 3, n. 1, p. 3-18, 1994. Disponível em: https://quadrante.apm.pt/index.php/quadrante/article/view/410. Acesso em: 26 jul. 2023.

PREFEITURA DE BELO HORIZONTE. Fundação Municipal de Cultura. Arquivo Público. **Histórias de bairros**. Belo Horizonte: Prefeitura de Belo Horizonte, 2022. Disponível em: https://prefeitura.pbh.gov.br/fundacao-municipal-de-cultura/arquivo-publico/informacoes/historia-de-bairros. Acesso em: 31 jul. 2023.

RIBEIRO, D. **Pequeno manual antirracista**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

RIBEIRO, F. R.; OLIVEIRA, S. P.; ALVES, G. C. A importância da participação ativa da família no âmbito escolar. **Revista Educação Pública**, v. 23, n. 45, 21 nov. 2023. Disponível em: https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/23/45/a-importancia-da-participacao-ativa-da-familia-no-ambito-escolar. Acesso em: 20 jan. 2024.

RODRIGUES, P. H. **Magistra – a escola da escola**: a implementação de uma política pública em formação continuada de educadores em Minas Gerais. 2014. 144f. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública) – Faculdade de Educação/CAEd, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2014. Disponível em: https://mestrado.caedufjf.net/magistra-a-escola-da-escola-a-implementacao-de-uma-politica-publica-em-formacao-continuada-de-educadores-em-minas-gerais/. Acesso em: 20 jan. 2024.

SILVA, E. Q. **Desafios vivenciados na organização dos horários de atividades extraclasse**: estudo de caso em uma escola estadual de Minas Gerais. 2018. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2018. Disponível em: http://www.mestrado.caedufjf.net/desafios-vivenciados-na-organizacao-dos-horarios-deatividades-extraclasse-estudo-de-caso-em-uma-escola-estadual-de-minas-gerais/. Acesso em: 26 jul. 2023.

SILVA, A. P. S. **Reuniões pedagógicas como espaço de formação continuada em serviço**: estudo de caso da Escola Estadual Monte Sinai/Esmeraldas – MG. 2020. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública) – Faculdade de Educação/CAEd, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2020. Disponível em: http://www.mestrado.caedufjf.net/wp-content/uploads/2021/04/Adriana-Pedrosa-de-Souza-Silva-p%C3%B3s-defesa-revisado-2.pdf. Acesso em: 09 abr. 2023.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. **Supremo anula leis de MG sobre contratação temporária de professores**. Consultor Jurídico, 22 maio 2022. Disponível em: https://www.conjur.com.br/2022-mai-22/stf-anula-leis-mg-contratacao-temporaria-professores/. Acesso em: 17 nov. 2023.

TARDIF, M. **Saberes docentes e formação profissional**. 4. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2002.

TARDIF, M. **Saberes docentes e formação profissional**. Petrópolis: Vozes, 2014.

TARDIF, M.; LESSARD, C. (Orgs.). **O ofício de professor**: história, perspectivas e desafios internacionais. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

TAVARES JÚNIOR, F.; FARIA, V. B.; LIMA, M. A. Indicadores de fluxo escolar e políticas educacionais: avaliação das últimas décadas. **Estudos em Avaliação Educacional**, v. 23, n. 52, p. 48-67, 2012. Disponível em: https://publicacoes.fcc.org.br/eae/article/view/1929. Acesso em: 21 mai. 2024.

TEDESCO, J. C.; FANFANI, E. T**. Nuevos tiempos y nuevos docentes**. Buenos Ayres: Instituto Internacional de Planeamiento de la Educación, 2002.

TEIXEIRA, E. C. N. S.; NUNES, C. P. Os sentidos atribuídos ao piso salarial nacional como política pública de valorização docente. **Revista Tempos e Espaços em Educação**, v. 12, n. 29, p. 195-212, 2019. Disponível em: https://periodicos.ufs.br/revtee/article/view/10688. Acesso em: 15 out. 2023.

VIEIRA, S. L.; VIDAL, E. M.; NOGUEIRA, J. F. F. **Gestão escolar no Brasil**. Rio de Janeiro: FGV, 2020.

WENGZYNSKI, D. C.; TOZETTO, S. S. A formação continuada face as suas contribuições para a docência. In: SEMINÁRIO DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO DA REGIÃO SUL, 2., 2012. **Anais** [...]. Disponível em: http://www.ucs.br/etc/conferencias/index.php/anpedsul/9anpedsul/paper/viewFile/2107/513. Acesso em: 22 nov. 2024.

YIN, R. K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2015.

APÊNDICE A – Levantamento de reuniões sobre atividades extraclasse

A partir do calendário escolar de 2023 (Escola Estadual Mundo Encantado, 2023g) e das atas das reuniões das AEC (Escola Estadual Mundo Encantado, 2023h), aferiu-se que 45% das reuniões de AEC programadas para o ano não aconteceram. Nas acontecidas, registra-se que, em nenhuma delas, houve a abordagem ou o espaço para a promoção da formação continuada dos docentes. A primeira reunião aconteceu no dia quatro de março. A atividade desenvolvida foi um encontro celebrativo em menção ao Dia Internacional da Mulher, comemorado no dia 08/03.

A reunião programada para o mês de abril não aconteceu na escola. A direção orientou que os docentes fizessem o registro e lançamento das avaliações externas do SIMAVE (Sistema Mineiro de Avaliação e Equidade da Educação Pública) em suas residências. Com a não realização da reunião no dia 28/04/2023 fez-se a dispensa dos alunos às 9h do turno matutino e às 15h do turno vespertino para tratar de assuntos de disciplina e aplicação de avaliações do SIMAVE (Escola Estadual Mundo Encantado, 2023h).

A reunião do mês de maio também se deu fora do espaço escolar, a carga horária da reunião foi substituída para que a equipe acompanhasse uma Live promovida pela SEE-MG, no dia 20/04/2023, que visou combater a onda de violência e massacre nas escolas (Escola Estadual Mundo Encantado, 2023h).

A reunião do mês de junho foi utilizada para a entrega de boletins referentes ao primeiro bimestre letivo (Escola Estadual Mundo Encantado, 2024b). A reunião de julho teve um caráter mais orientador de cunho administrativo e foi realizada em dia escolar com a dispensa de alunos da escola (Escola Estadual Mundo Encantado, 2023h). Na reunião de agosto, a direção trouxe uma equipe da capelania escolar para apresentar o trabalho desenvolvido por eles. A Capelania Escolar é um serviço assistencial religioso de apoio espiritual, centrado nos princípios bíblicos (verdades bíblicas), comprometida com a formação integral do ser humano no resgate dos valores construtivos, transmitindo palavra de orientação e encorajamento às pessoas em momentos especiais ou de crise (Escola Estadual Mundo Encantado, 2023j).

No mês de setembro, a atividade promovida foi em parceria com duas outras unidades escolares pertencentes à Metropolitana C e vizinhas da escola. Sob a coordenação e a orientação da inspetora escolar, as escolas promoveram um encontro coletivo para refletir sobre o programa jovens do Futuro (Escola Estadual Mundo Encantado, 2023j).

A reunião destinada ao mês de outubro, que seria inicialmente no dia 21, não aconteceu. A direção remarcou para o dia 28/10 em forma de convite para uma confraternização dos

servidores no período das 10h às 14h nas dependências da escola (Escola Estadual Mundo Encantado, 2023i). No 11/11/2023, aconteceu a reunião que, inicialmente, fora programada para dois horários das 7h às 11h e das 12h às 16h. A reunião do turno matutino iniciou-se com um café e a pauta, efetivamente, foi discutida às 8h. Os assuntos abordados foram: o número de turmas projetadas para 2024, mudanças no currículo do NEM, reprovações e recuperações e pedidos para o envio de questões da avaliação do quarto bimestre, para quem não havia enviado quantidade de questões para os estudos independentes e o preenchimento da planilha de módulo (Escola Estadual Mundo Encantado, 2023j).

No período vespertino, a reunião iniciou-se às 12h40min e encerrou-se às 15h. Os temas tratados foram de ordens disciplinares, reprovações e foi feita a apresentação de dois projetos a serem executados no quarto bimestre; o projeto Soletrando, resgatado por uma das professoras de Língua Portuguesa e o outro, um projeto inaugural proposto pelo professor de História, que pretende pensar acerca da cultura do Brasil, em uma mostra cultural. Nas orientações gerais, esclareceram que o encontro de HPC, do mês de dezembro, será utilizado para a confecção de estudos independentes, preenchimento e correções de DEDs (Escola Estadual Mundo Encantado, 2023j).

APÊNDICE B – Termo de consentimento livre e esclarecimento acerca da participação em entrevista sobre cargos, gestão e EEBS

O(a) Sr.(a) .....está sendo convidado(a) como voluntário(a) para participar da pesquisa "A FORMAÇÃO CONTINUADA DE DOCENTES DA ESCOLA ESTADUAL MUNDO ENCANTADO".

Nessa fase da pesquisa, foi adotada como procedimento metodológico uma entrevista com questões do tipo estruturadas voltada para o entendimento de como a escola promove, organiza e realiza o cumprimento das atividades extraclasse (AEC) juntamente com os docentes, supervisão e direção à luz de documentos, decretos, ofícios e resoluções emitidas pela SEE-MG.

A entrevista será feita de forma presencial, com data e hora marcados previamente e com duração máxima de duas horas. Para melhor entendimento da temática pesquisada, as perguntas foram divididas em sete blocos que contemplam, a formação profissional do entrevistado, o entendimento acerca das legislações que regem as AEC no Estado de Minas Gerais, formação continuada de docentes e o acompanhamento das AEC na escola EEME.

A pesquisa visa subsidiar a construção de PAE (Plano de Ação Educacional) voltado para a estruturação das AEC na escola.

Sua participação é voluntária e não vai lhe trazer qualquer custo. O(A) Sr.(a) será esclarecido(a) sobre o estudo em qualquer aspecto que desejar e estará livre para participar ou não da pesquisa. Sua recusa em participar não lhe acarretará qualquer tipo de penalidade ou prejuízo. O(A) Sr.(a) poderá retirar seu consentimento ou interromper a participação a qualquer momento. O pesquisador tratará a sua identidade com padrões profissionais de sigilo, atendendo à legislação brasileira, utilizando, assim, formações somente para os fins acadêmicos e científicos. Os resultados da pesquisa estarão à sua disposição quando finalizada. O(A) Sr.(a) não será identificado(a) em nenhuma publicação que possa resultar deste estudo.

Este termo de consentimento encontra-se impresso em duas vias, sendo que uma cópia será arquivada pelo pesquisador e a outra cópia entregue ao(à) entrevistado(a).

Eu,_____, ocupante da função de _____, fui informado(a) dos objetivos da referida pesquisa. Estou ciente que, a qualquer momento, poderei solicitar novas informações e modificar minha decisão de participar, se assim o desejar. Assim, declaro que concordo em participar do presente estudo.

Recebi uma cópia deste termo de consentimento livre esclarecido e me foi dada a oportunidade de ler e de esclarecer as dúvidas.

_____, _____ de _____ de 2024.

Nome _____ Assinatura do participante

José Manuel de Jesus Ribeiro _____ Assinatura do pesquisador

APÊNDICE C – Roteiro de entrevista estruturada com a gestora da EEME

No quadro a seguir, será apresentado o instrumento de pesquisa realizado com a direção da escola pesquisada.

Questões elaboradas para a entrevista
1. Qual é o seu nome? Fale um pouco sobre você. 2. Qual sua área de formação inicial? Quando e por qual instituição? 3. Após a graduação, houve outros investimentos na sua formação? 4. Qual o seu cargo na escola? 5. Desde quando atua como diretor (a) ou vice-diretor (a) da escola? 6. O que você considera importante na formação continuada em serviço? 7. Você já participou de uma formação continuada em serviço? A SEE-MG e/ou a SRE oferecem sugestões, atividades ou recursos didáticos para a formação em serviço na escola? 8. De que maneira as reuniões extraclasse podem contribuir para o trabalho da escola? 9. Qual a sua função na organização e na realização das reuniões de atividades extraclasse na EEME? 10. Quais atividades são desenvolvidas nas reuniões de atividades extraclasse na escola? Como essas atividades contribuem para o aperfeiçoamento profissional dos docentes? 11. Você encontra dificuldades na organização e na realização das reuniões de atividades extraclasse como momentos de formação continuada em serviço? Se sim, quais seriam essas dificuldades? 12. O que considera que poderia ser feito para que as reuniões de atividades extraclasse sejam espaços de formação continuada em serviço? 13. Como você utiliza o planejamento estratégico de curto prazo na formação continuada de docentes?

Fonte: Elaborado pelo autor (2024).

APÊNDICE D – Roteiro de entrevista estruturada com as EEBS EEME

No quadro a seguir, será apresentado o instrumento de pesquisa realizado com as supervisoras da escola pesquisada.

Questões elaboradas para a entrevista
1. Qual é o seu nome? 2. Qual sua área de formação inicial? Quando e por qual instituição? 3. Desde quando atua como supervisora na EEME? 4. Você já participou de uma formação continuada em serviço? A SEE-MG e/ou a SRE oferecem sugestões, atividades ou recursos didáticos para a formação em serviço na escola? O que você considera importante na formação continuada em serviço? 5. De que maneira as reuniões extraclasse podem contribuir para o trabalho da escola? 6. Qual a sua função na organização e na realização das reuniões de atividades extraclasse na EEME? 7. Que tipo de atividades são desenvolvidas por você nas reuniões de atividades extraclasse? 8. No que essas atividades contribuem para o aperfeiçoamento profissional dos docentes? 9. Como se dá o acompanhamento das atividades extraclasse em sua rotina de trabalho? 10. Você encontra dificuldades na organização e na realização das reuniões de atividades extraclasse como momentos de formação continuada em serviço? Se sim, quais seriam essas dificuldades? 11. O que você considera que poderia ser feito para que as reuniões de atividades extraclasse sejam espaços de formação continuada em serviço? 12. Com que frequência e como você orienta os docentes nas execuções de atividades extraclasse? 13. Você considera suficiente o tempo e os recursos disponibilizados para o acompanhamento dos docentes nas atividades extraclasse?

Fonte: Elaborado pelo autor (2024).

APÊNDICE E – Instituições, cursos e formação continuada

Instituição	Cursos ofertados	Endereço eletrônico
SEE e Escola de Formação. A SEE, por meio da Escola de Formação e Desenvolvimento Profissional de Educadores, oferta diversos cursos de aperfeiçoamento profissional aos discentes.	Os cursos são na modalidade EAD e presenciais. Temas pedagógicos, elaboração e conhecimento do currículo, projetos de leitura, educação financeira, educação emocional, entre outros são encontrados nas propostas que dispõem dos cursos para 2024. A SEE promete dar continuidade na proposta para o ano de 2025. Ainda, existem parcerias com entidades como a HUAWEI, Fundada em 1987, a Huawei é uma fornecedora líder global de soluções de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC). Levar o poder da conectividade para cada pessoa, lar e organização, rumo a um mundo totalmente conectado e inteligente.	https://escoladeformacao.educacao.mg.gov.br/ http://eadformacao.educacao.mg.gov.br Veja o link dos cursos https://drive.google.com/file/d/1IPt7qF433RB-2oWoMy_Nmo6erTPOoG72/
SEE – Trilha do Futuro Educadores	Trilhas de Futuro é um projeto do Governo do Estado de Minas Gerais que visa ofertar, gratuitamente, cursos de Aperfeiçoamento, Pós-graduação Lato Sensu e Stricto Sensu para servidores da Educação do Estado de Minas Gerais, de acordo com os requisitos estabelecidos pela Resolução SEE nº 4834/2023. O servidor deve observar que os cursos exigem contrapartidas (tempo de permanência na rede e devolução das verbas – caso o curso não seja concluído) .	https://trilhaseducadores.mg.gov.br/index.html
Fundação Telefônica Vivo e da Fundação Bancária da Caixa – Escolas Conectadas	O ProFuturo, programa global de educação, incentiva a formação a distância e o compartilhamento de conhecimento entre educadores, por meio da plataforma Escolas Conectadas - um projeto que oferece cursos on-line de formação continuada, totalmente gratuitos, para professores da educação básica, ensino e aprendizagem inovadores.	https://www.escolasconectadas.org.br/?gad_source=1&gclid=CjwKCAiAyJS7BhBiEiwAyS9uNTnxlANgtwRrszn9CSfTgIN9IEErFlPcFGdEKE-KspjUzy8dImR-vRoCM7AQAvD_BwE
CAJUEIRO-GO. O Centro de Formação, Assessoria e Pesquisa em Juventude	Associação civil, de direito privado, sem fins lucrativos. A instituição oferta cursos de formação, a curto prazo a educadores que trabalham com juventudes periféricas, negras, indígenas, quilombolas, ribeirinhas, em situação de vulnerabilidade e outras. Os cursos são na modalidade EAD de baixos custos.	https://cajueiro.org.br/ Sugestão de parceria para a SEE-MG.

Fonte: Elaborado pelo autor (2024).

APÊNDICE F – Sugestão de atividades extraclasse

(continua)

Documento Ofício 2.663/16 (Minas Gerais, 2016) – Objetivo implementar o PPP na escola.	Documento orientador de reuniões pedagógicas e atividades extraclasse (Minas Gerais, 2022a) – Objetivo Subsidiar EEBs, gestores e vice-direção, na organização das reuniões de AEC.	Sugestão de atividades
▪ Elaboração e planejamento de aulas e de atividades para elaboração dos planos de trabalho e das atividades pedagógicas. ▪ Análise dos resultados das avaliações internas. ▪ Elaboração, em conjunto com a Direção e Supervisão, de critérios complementares para atribuição de turmas, aulas e funções. ▪ Análise dos resultados dos estudantes a cada ano letivo. ▪ Avaliação dos trabalhos realizados, revisão das ações e replanejamento. ▪ Elaboração de instrumentos para acompanhar e avaliar, sistematicamente, os estudantes, durante todo o processo de ensino e aprendizagem. ▪ Elaboração de atividades e aprendizagem a partir das necessidades evidenciadas pela avaliação diagnósticas dos estudantes. ▪ Produção, análise e escolha de materiais didático-pedagógicos; ▪ Atualização dos registros de acompanhamento dos estudantes e dos diários de classes. ▪ Participação no processo de planejamento, execução, controle e avaliação do Projeto Político-pedagógico da escola. ▪ Elaboração do plano de atividades sistemáticas de acompanhamento pedagógico diferenciado para estudantes de baixo desempenho. ▪ Participação na elaboração do Calendário Escolar e do Regimento Escolar da unidade de ensino. ▪ Realização de reuniões de Conselho de Classe.	▪ Organizar a pauta considerando o tempo do encontro, distribuindo as atividades de forma a não o ultrapassar. ▪ A pauta deve estar aberta a sugestões e mudanças e ser adequada à realidade de cada reunião. Disponibilizar a pauta elaborada, com antecedência. ▪ O EEB deverá preparar e verificar, previamente, todos os documentos e materiais que serão utilizados e/ou analisados, bem como as ferramentas tecnológicas que serão necessárias para a realização da reunião. ▪ O EEB deve assumir um papel de liderança na reunião, mediando e realizando intervenções quando necessário. ▪ O foco dos encontros são os estudantes. Os professores que devem apontar e expressar suas dificuldades e necessidades para o direcionamento do trabalho pedagógico. ▪ Realizar a abertura da reunião: Verificar a presença dos participantes. Receber e acolher cada convidado, não se esquecendo da elaboração de uma lista de presença. ▪ Apresentar a pauta e os objetivos da reunião e retomar, brevemente, as decisões da Reunião Pedagógica anterior para uma avaliação coletiva. ▪ Tematizar as práticas desenvolvidas pelos professores em seu cotidiano de trabalho. A ideia é provocar reflexões sobre a prática educativa.	▪ Incentivar a realização de cursos comuns por áreas de conhecimento. ▪ Valorizar a produção de projetos disciplinares interdisciplinares e transdisciplinares. ▪ Computar os encontros da CAP como válidos para a realização das AEC. ▪ Difundir o hábito de leitura de documentos, de ofícios e de decretos e de resoluções, como parte integrante das AEC. ▪ Contabilizar deslocamento na proposição de trabalho de campo (passeios e visitas a museus e a cidades históricas).

(conclusão)

Documento Ofício 2.663/16 (Minas Gerais, 2016) – Objetivo implementar o PPP na escola.	Documento orientador de reuniões pedagógicas e atividades extraclasse (Minas Gerais, 2022a) – Objetivo Subsidiar EEBs, gestores e vice-direção, na organização das reuniões de AEC.	Sugestão de atividades
▪ Colaboração nas atividades de articulação da escola com as famílias e com a comunidade. ▪ Participação das atividades a serem desenvolvidas com os estudantes, em progressão parcial, juntamente com o professor do componente curricular do ano anterior; ▪ Outras atividades consideradas pela Superintendência Regional de Ensino ou pela direção, destinadas à implementação do Projeto Político-pedagógico.	▪ Sistematizar as ideias discutidas durante a reunião, estabelecendo direcionamentos que ajudem a melhorar a prática, de acordo com os debates realizados no encontro. ▪ Ouvir reivindicações dos professores; ▪ Definir horário e data da reunião seguinte com o grupo.	

Fonte: Elaborado pelo autor (2024).

ANEXO A – Calendário Escolar da EEME 2022

Janeiro 2022

Dom	Seg	Ter	Qua	Qui	Sex	Sáb
						1
2	3	4	5	6	7	8
9	10	11	12	13	14	15
16	17	18	19	20	21	22
23	24	25	26	27	28	29
30	31					

Fevereiro
15 Dias Letivos

Dom	Seg	Ter	Qua	Qui	Sex	Sáb
		1	2	3	4	5
6	7	8	9	10	11	12
13	14	15	16	17	18	19
20	21	22	23	24	25	26
27	28					

Março
21 Dias Letivos

Dom	Seg	Ter	Qua	Qui	Sex	Sáb
		1	2	3	4	5
6	7	8	9	10	11	12
13	14	15	16	17	18	19
20	21	22	23	24	25	26
27	28	29	30	31		

Abril
18 Dias Letivos

Dom	Seg	Ter	Qua	Qui	Sex	Sáb
					1	2
3	4	5	6	7	8	9
10	11	12	13	14	15	16
17	18	19	20	21	22	23
24	25	26	27	28	29	30

Maio
22 Dias Letivos

Dom	Seg	Ter	Qua	Qui	Sex	Sáb
1	2	3	4	5	6	7
8	9	10	11	12	13	14
15	16	17	18	19	20	21
22	23	24	25	26	27	28
29	30	31				

Junho
21 Dias Letivos

Dom	Seg	Ter	Qua	Qui	Sex	Sáb
			1	2	3	4
5	6	7	8	9	10	11
12	13	14	15	16	17	18
19	20	21	22	23	24	25
26	27	28	29	30		

Julho
09 Dias Letivos

Dom	Seg	Ter	Qua	Qui	Sex	Sáb
					1	2
3	4	5	6	7	8	9
10	11	12	13	14	15	16
17	18	19	20	21	22	23
24	25	26	27	28	29	30
31						

Agosto
23 Dias Letivos

Dom	Seg	Ter	Qua	Qui	Sex	Sáb
	1	2	3	4	5	6
7	8	9	10	11	12	13
14	15	16	17	18	19	20
21	22	23	24	25	26	27
28	29	30	31			

Setembro
22 Dias Letivos

Dom	Seg	Ter	Qua	Qui	Sex	Sáb
				1	2	3
4	5	6	7	8	9	10
11	12	13	14	15	16	17
18	19	20	21	22	23	24
25	26	27	28	29	30	

Outubro
17 Dias Letivos

Dom	Seg	Ter	Qua	Qui	Sex	Sáb
						1
2	3	4	5	6	7	8
9	10	11	12	13	14	15
16	17	18	19	20	21	22
23	24	25	26	27	28	29
30	31					

Novembro
20 Dias Letivos

Dom	Seg	Ter	Qua	Qui	Sex	Sáb
		1	2	3	4	5
6	7	8	9	10	11	12
13	14	15	16	17	18	19
20	21	22	23	24	25	26
27	28	29	30			

Dezembro
12 Dias Letivos

Dom	Seg	Ter	Qua	Qui	Sex	Sáb
				1	2	3
4	5	6	7	8	9	10
11	12	13	14	15	16	17
18	19	20	21	22	23	24
25	26	27	28	29	30	31

△	Início e Término Ano Escolar
✡	Início e Término Ano Letivo
	Feriado
	Dias Escolares
	Recessos Escolares
	Datas Comemorativas
	Sábado Letivo

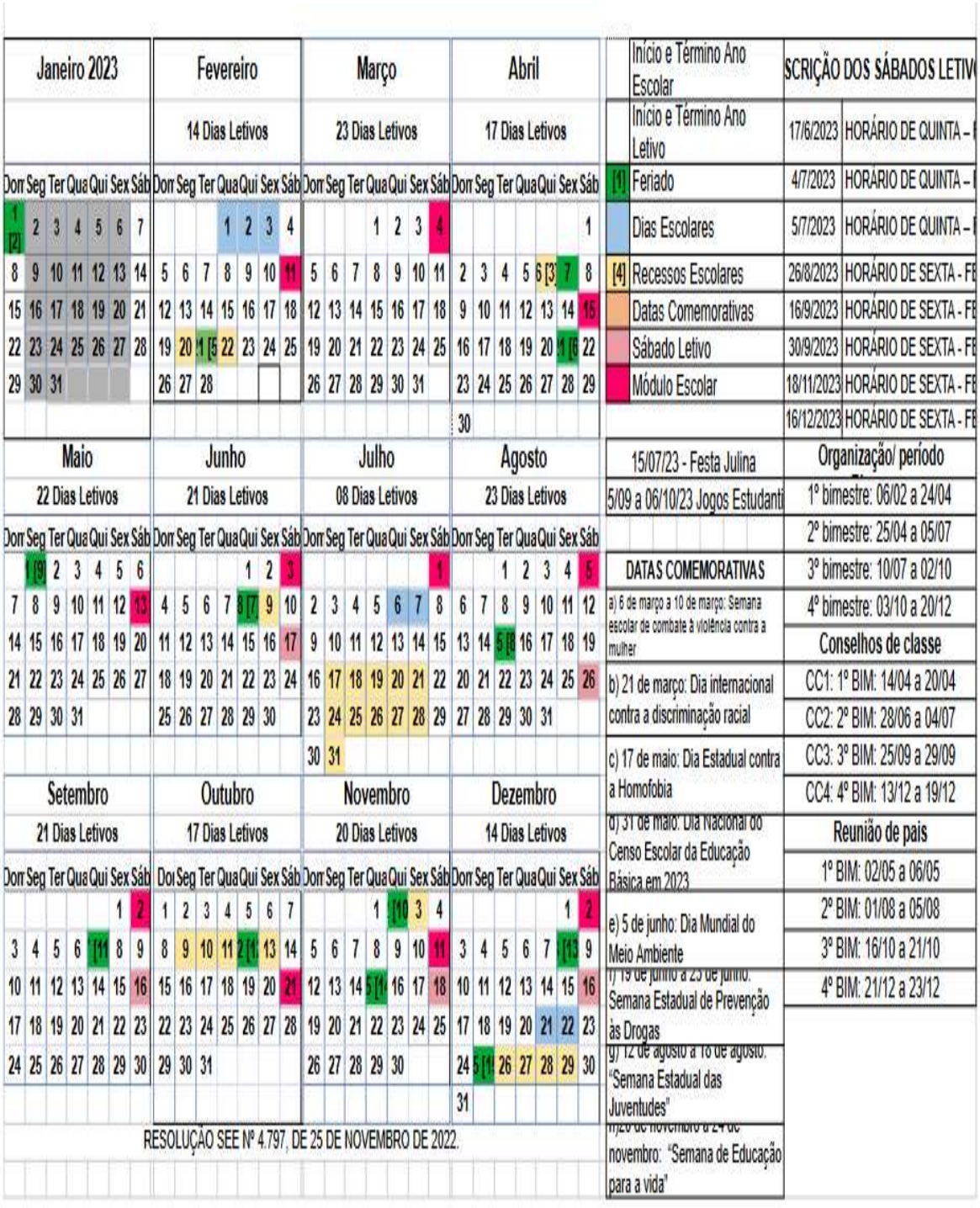
RESOLUÇÃO SEE Nº 4.660, DE 16/11/21 MG 18/11/2021 .
RETIFICAÇÃO DA RESOLUÇÃO SEE Nº 4.660, DE 16/11/21 MG 03/12/21

Belo Horizonte, _____de_____de _____

Diretora Escolar

Inspetora Escolar

ANEXO B – Calendário Escolar da EEME 2023



Janeiro 2023						
Dom	Seg	Ter	Qua	Qui	Sex	Sáb
1 [2]	2	3	4	5	6	7
8	9	10	11	12	13	14
15	16	17	18	19	20	21
22	23	24	25	26	27	28
29	30	31				

Fevereiro						
14 Dias Letivos						
Dom	Seg	Ter	Qua	Qui	Sex	Sáb
			1	2	3	4
5	6	7	8	9	10	11
12	13	14	15	16	17	18
19	20	21 [5]	22	23	24	25
26	27	28				

Março						
23 Dias Letivos						
Dom	Seg	Ter	Qua	Qui	Sex	Sáb
			1	2	3	4
5	6	7	8	9	10	11
12	13	14	15	16	17	18
19	20	21	22	23	24	25
26	27	28	29	30	31	

Abril						
17 Dias Letivos						
Dom	Seg	Ter	Qua	Qui	Sex	Sáb
						1
2	3	4	5	6 [3]	7	8
9	10	11	12	13	14	15
16	17	18	19	20	21 [6]	22
23	24	25	26	27	28	29
30						

Maio						
22 Dias Letivos						
Dom	Seg	Ter	Qua	Qui	Sex	Sáb
	1 [9]	2	3	4	5	6
7	8	9	10	11	12	13
14	15	16	17	18	19	20
21	22	23	24	25	26	27
28	29	30	31			

Junho						
21 Dias Letivos						
Dom	Seg	Ter	Qua	Qui	Sex	Sáb
				1	2	3
4	5	6	7	8 [7]	9	10
11	12	13	14	15	16	17
18	19	20	21	22	23	24
25	26	27	28	29	30	

Julho						
08 Dias Letivos						
Dom	Seg	Ter	Qua	Qui	Sex	Sáb
						1
2	3	4	5	6	7	8
9	10	11	12	13	14	15
16	17	18	19	20	21	22
23	24	25	26	27	28	29
30	31					

Agosto						
23 Dias Letivos						
Dom	Seg	Ter	Qua	Qui	Sex	Sáb
		1	2	3	4	5
6	7	8	9	10	11	12
13	14	5 [8]	16	17	18	19
20	21	22	23	24	25	26
27	28	29	30	31		

Setembro						
21 Dias Letivos						
Dom	Seg	Ter	Qua	Qui	Sex	Sáb
					1	2
3	4	5	6	[11]	8	9
10	11	12	13	14	15	16
17	18	19	20	21	22	23
24	25	26	27	28	29	30

Outubro						
17 Dias Letivos						
Dom	Seg	Ter	Qua	Qui	Sex	Sáb
1	2	3	4	5	6	7
8	9	10	11	2 [1]	13	14
15	16	17	18	19	20	21
22	23	24	25	26	27	28
29	30	31				

Novembro						
20 Dias Letivos						
Dom	Seg	Ter	Qua	Qui	Sex	Sáb
			1	[10]	3	4
5	6	7	8	9	10	11
12	13	14	5 [1]	16	17	18
19	20	21	22	23	24	25
26	27	28	29	30		

Dezembro						
14 Dias Letivos						
Dom	Seg	Ter	Qua	Qui	Sex	Sáb
					1	2
3	4	5	6	7	[13]	9
10	11	12	13	14	15	16
17	18	19	20	21	22	23
24	5 [1]	26	27	28	29	30
31						

RESOLUÇÃO SEE Nº 4.797, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2022.

	Início e Término Ano Escolar	SCRIÇÃO DOS SÁBADOS LETIV
	Início e Término Ano Letivo	17/6/2023 HORÁRIO DE QUINTA –
[1]	Feriado	4/7/2023 HORÁRIO DE QUINTA –
	Dias Escolares	5/7/2023 HORÁRIO DE QUINTA –
[4]	Recessos Escolares	26/8/2023 HORÁRIO DE SEXTA - FE
	Datas Comemorativas	16/9/2023 HORÁRIO DE SEXTA - FE
	Sábado Letivo	30/9/2023 HORÁRIO DE SEXTA - FE
	Módulo Escolar	18/11/2023 HORÁRIO DE SEXTA - FE
		16/12/2023 HORÁRIO DE SEXTA - FE

15/07/23 - Festa Julina
5/09 a 06/10/23 Jogos Estudanti

DATAS COMEMORATIVAS
a) 6 de março a 10 de março: Semana escolar de combate à violência contra a mulher
b) 21 de março: Dia internacional contra a discriminação racial
c) 17 de maio: Dia Estadual contra a Homofobia
d) 31 de maio: Dia Nacional do Censo Escolar da Educação Básica em 2023
e) 5 de junho: Dia Mundial do Meio Ambiente
f) 19 de junho a 25 de junho: Semana Estadual de Prevenção às Drogas
g) 12 de agosto a 18 de agosto: "Semana Estadual das Juventudes"
h) 20 de novembro a 24 de novembro: "Semana de Educação para a vida"

Organização/ período
1º bimestre: 06/02 a 24/04
2º bimestre: 25/04 a 05/07
3º bimestre: 10/07 a 02/10
4º bimestre: 03/10 a 20/12
Conselhos de classe
CC1: 1º BIM: 14/04 a 20/04
CC2: 2º BIM: 28/06 a 04/07
CC3: 3º BIM: 25/09 a 29/09
CC4: 4º BIM: 13/12 a 19/12
Reunião de pais
1º BIM: 02/05 a 06/05
2º BIM: 01/08 a 05/08
3º BIM: 16/10 a 21/10
4º BIM: 21/12 a 23/12

ANEXO C – Planilha de registro das atividades extraclasse da EEME

COMBINADO PARA REALIZAR O MÓDULO II			
Dia da semana	**Início**	**Término**	**Carga horária total**
CARGA HORÁRIA TOTAL:			

MÊS: MAIO				ANO: 2023.
PROFESSOR:				
DISCIPLINA:				
DATA	Horário de início	Horário término	Atividades desenvolvidas.	Duração